

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

163 abr./jun. 2009

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

Desempenho da economia baiana

Elissandra Britto,
Jorge Tadeu Caffé,
Joseanie Mendonça,
Rosângela Conceição,
Zélia Góis

Entrevista

14

A Bahia frente à crise

Geraldo Reis

Artigos

18

Novo cenário para o avanço do orçamento participativo nos municípios baianos

André Silva Pomponet

30

Análise das características dos gestores das micro e pequenas empresas do eixo Itabuna-Ilhéus, na Bahia

Rísia Kalliane Santana de Souza,
Carlos Henrique Leite Borges

27

Mercado formal de emprego na RMS e Bahia

Edelcique Machado Serra

38

A construção do sistema de inovação do estado da Bahia: uma análise dos recursos de ciência e tecnologia empregados

Nícia Moreira da Silva Santos,
Gilca Garcia de Oliveira

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

WALTER PINHEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jair Sampaio Soares Junior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Carla Janira Souza do Nascimento, Jorge Caffé,
Joseanie Aquino Mendonça, Zélia Góis

REVISÃO DE LINGUAGEM

Luis Fernando Sarno

COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA – COBI

Ana Paula Sampaio

NORMALIZAÇÃO

Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CODIN

Márcia Santos

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO

Elisabete Cristina Teixeira Barretto
Aline Santana (estagiária)

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Mariana Brito

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

FOTOS

Agecom, Mariana Gusmão, Stock XCHNG, Agência Brasil

IMPRESSÃO

EGBA

Tiragem: 1.000

Seção especial

48

Em tempo de crise internacional, economia baiana apresenta crescimento de 0,6% no primeiro trimestre de 2009

Denis Veloso da Silva,
Gustavo Casseb Pessoti

Ponto de vista

56

Empreendedor Individual – cidadania empresarial para milhões de brasileiros

Edval Passos

Investimentos na Bahia

58

Os investimentos industriais previstos deverão gerar, até 2013, um volume de aproximadamente R\$ 76,8 bilhões

62

Livros

64

Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

74

Indicadores econômicos

81

Indicadores sociais

91

Finanças públicas

Colaboraram com este número as jornalistas Ana Paula Porto e Luzia Luna.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2009.

n. 163

Trimestral

Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.

ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)


SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA


TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Planejamento

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br



Litoral extenso, mata abundante,
chapada, sertão, metrópole...
todos formam um rico cenário
chamado **Bahia**.

Cada uma destas "paisagens" estará contemplada
na *Série Estatísticas dos Municípios Baianos*,
um conjunto de publicações que traz os principais
números e informações econômicas, sociais e
geoespaciais sobre os 417 municípios baianos,
divididos por 26 territórios de identidade.



Estatísticas
dos municípios
baianos

Litoral Sul

Carta do editor

A apreensão quanto ao futuro da economia brasileira ainda se faz presente. Transcorrido o primeiro momento do impacto causado pela eclosão da crise financeira internacional, o desempenho da atividade econômica ainda se mostra comprometido. Entretanto, os indicadores econômicos indicam um aparente arrefecimento no nível de queda.

Nesse cenário, a revista *Conjuntura & Planejamento* na sua edição de nº 163 traz para os seus leitores informações que permeiam não somente essa discussão, mas também sobre a construção de políticas na atual conjuntura. A fim de enriquecer a análise, na seção Entrevista o atual diretor geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) transcorre sobre a crise mundial, as medidas tomadas pelo governo federal e estadual para reduzir os prejuízos e o impacto para as empresas do estado; e na seção Ponto de vista, Edival Passos fala sobre a figura do empreendedor individual e trabalhadores por conta própria, ressaltando as últimas ações do governo para beneficiar essas categorias.

Na seção Artigos, temos o trabalho de André Silva Pomponet intitulado *Novo Cenário para o Avanço do Orçamento Participativo nos Municípios Baianos*. Nele, o autor chama atenção para o momento propício para disseminar processos participativos direcionados à construção de políticas públicas. No artigo de Edelcique Machado Serra, *Mercado Formal de Emprego na RMS e Bahia*, há uma avaliação do mercado de trabalho no estado baiano referente ao período de 2008/2007 e aos quatro primeiros meses do ano de 2009, destacando a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A Seção especial apresenta, com o texto de Denis Veloso da Silva e Gustavo Casseb Pessoti, o cenário conjuntural da economia baiana após um momento de turbulência nas economias mundiais. *Em Tempo de Crise Internacional, Economia Baiana Apresenta Crescimento de 0,6% no Primeiro Trimestre de 2009* é um trabalho em que os autores ressaltam um incremento verificado no PIB da Bahia no contexto de retração no PIB nacional e de perspectiva de uma leve queda no nível de atividade econômica.

Assim, mais uma vez a SEI, cumprindo a sua missão de disseminar a informação a serviço da sociedade, através da revista *Conjuntura & Planejamento*, busca esclarecer seus leitores sobre os impactos da crise internacional na atividade econômica estadual, traçando, em linhas gerais, as perspectivas da conjuntura baiana para os próximos meses.



Desempenho da economia baiana

Elissandra Britto^A
Jorge Tadeu Caffé^B
Joseanie Mendonça^C
Rosangela Conceição^D
Zélia Góis^E

As estatísticas oficiais disponíveis revelam após o primeiro trimestre que a expectativa de retração da economia brasileira foi atenuada. Apesar dos efeitos da crise ainda estarem presentes, os indicadores recentemente divulgados animam o mercado quanto ao desempenho da atividade econômica em 2009.

A análise da economia brasileira nos últimos meses do ano de 2008, em decorrência da crise financeira internacional, indicou um cenário desfavorável para o crescimento do nível de atividade econômica do país no ano de 2009. Entretanto, o conjunto de medidas adotadas pelo governo – incluindo a redução dos juros, a melhoria do cenário externo, que proporcionou novo fluxo de recursos para o país, e a queda do risco – repercutiu na melhoria dos indicadores.

^A Mestre em Economia; graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

^B Especialista em planejamento agrícola, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); analista técnico da Secretaria de Planejamento da Bahia (Seplan); trabalha na Diretoria de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). tadeu@sei.ba.gov.br

^C Especialista em Planejamento e Gestão Governamental pela Universidade Salvador (Unifacs); economista pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). joseaniem@hotmail.com

^D Especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB), economista pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

^E Mestre em administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em Administração Pública/Planejamento pela Universidade Católica (UCSal); professora universitária, técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). zeliagois@sei.ba.gov.br

Dentre os indicadores, vale ressaltar, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que o ritmo de queda na produção física foi amenizado. O mês de março/09 apresentou taxa negativa de 10,0% em relação a igual mês de 2008, entretanto, considerando a taxa do mês imediatamente anterior, verifica-se um declínio ainda maior (-16,7%). O mesmo se observa para o acumulado do ano, que registrou um decréscimo de 14,7%, comparado à taxa de -17,2% do período anterior. Ressalta-se, ainda, o progresso da indústria automobilística, que em março/09 superou a produção realizada no mesmo mês do ano anterior.

Quando analisado o comportamento do nível de atividade econômica por unidade da federação, observa-se que o estado baiano segue o mesmo cenário nacional. No Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE houve, no mês de abril/09, comparativamente ao mês de março/09, um arrefecimento da queda na produção de grãos. A produção industrial baiana registrou uma estabilidade quando comparado o seu desempenho no mês de março/09 com o mês imediatamente anterior, excluindo as variações sazonais, apesar da queda de 10,0% no primeiro trimestre de 2009, sinalizando uma possível recuperação do setor. Em relação ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Salvador, divulgado pela SEI, obteve-se elevação de 0,05%. Quando comparada à variação apurada para o mês de março (0,30%), observa-se que houve uma desaceleração nos níveis de preço. Quanto ao saldo de empregos, verifica-se que em abril/09 a Bahia contabilizou 3.917 novos empregos com carteira assinada.

Assim, as próximas seções foram reservadas para analisar o comportamento das economias nacional e baiana nos meses que se seguiram à instauração de uma turbulência no mercado mundial. Através da análise sobre

como os diferentes setores de atividade econômica foram afetados, buscou-se discutir as perspectivas quanto ao comportamento da economia nos próximos meses.

INDÚSTRIA

A indústria brasileira continua sofrendo os efeitos da crise internacional, não somente pelos seus efeitos sobre as exportações e as condições de crédito, mas também sobre as expectativas das empresas e famílias, levando alguns segmentos industriais, como a indústria de bens intermediários, a ajustarem seus estoques e a reduzir a produção. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, em março/09 o setor apresentou variação negativa de 10,0%, em relação a igual mês do ano anterior. A taxa de 1,9% registrada para o acumulado dos últimos 12 meses confirma uma trajetória declinante, observada desde setembro de 2008.

Quando analisado o comportamento industrial no primeiro trimestre de 2009, verifica-se um recuo de 14,7%, relativamente a igual período de 2008, repercutido em 24 dos 27 segmentos pesquisados. A exceção ficou por conta das atividades de *outros equipamentos de transporte* (26,2%), *farmacêutica* (13,7%) e *bebidas* (5,6%).

A taxa de 1,9% registrada para o acumulado dos últimos 12 meses confirma uma trajetória declinante, observada desde setembro de 2008

Na análise do Bacen, a perda de dinamismo da produção de bens de capital provém da persistência da turbulência financeira internacional. Por outro lado, a recuperação, na margem, do dinamismo da produção de bens duráveis decorre das medidas de desoneração tributária, como a redução do IPI para as montadoras e para materiais de construção.

Na Bahia, a produção industrial recuou 2,4% no comparativo a março de 2008. Considerando o desempenho do setor no acumulado, registraram-se taxas negativas de 10,0% nos primeiros três meses em relação ao mesmo período anterior, e 1,1% nos últimos 12 meses.

O ritmo de queda da produção baiana nesse primeiro trimestre de 2009 é atribuído ao comportamento negativo apresentado pela indústria extrativa (-4,7%) e pela indústria de transformação (-10,3%). O acentuado declínio desse último setor veio de cinco das nove atividades pesquisadas, com destaque para *produtos químicos* (-19,7%), em função da fraca produção de polietileno de baixa densidade; *metalurgia básica* (-35,8%), proveniente da redução da barra de ferro, perfis e vergalhões de cobre; *refino de petróleo e produção de álcool* (-8,1%), procedente da queda na produção de óleo diesel e nafta. Já as maiores contribuições positivas foram observados em *alimentos e bebidas* (13,6%) e *minerais não metálicos* (11,8%), em consequência do aumento na fabricação de farinhas e *pellets*, da extração do óleo de soja e massa de concreto para construção, respectivamente.

O ritmo de queda da produção baiana nesse primeiro trimestre de 2009 é atribuído ao comportamento negativo apresentado pela indústria extrativa (-4,7%) e pela indústria de transformação (-10,3%)

Como reflexo da retração na atividade industrial, o nível de emprego no setor também recuou. Em março/09, o número de pessoal ocupado decresceu 4,0% e 1,4%, no Brasil e na Bahia, respectivamente, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE.

O arrefecimento no nível de pessoal ocupado nos primeiros meses de 2009 contribuiu para o estado baiano acumular no trimestre uma taxa negativa de 1,6%. Analisando a indústria de transformação, verifica-se que os segmentos produtivos que registraram as maiores quedas no nível de ocupação para o acumulado do ano foram: *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-26,2%), *Máquinas e equipamentos, excusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações* (-24,0%) e *Produtos químicos* (-15,7%). Por outro lado, os segmentos que apresentaram maior contribuição para o crescimento no número de pessoas ocupadas nesse período foram: *Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool* (20,4%); *Produtos de metal, excusive máquinas e equipamentos* (15,7%); *Calçados e couro* (10,0%); e *Metalurgia básica* (5,1%).

A despeito desse ambiente, a expectativa diante da melhoria do cenário externo é que o setor industrial apresente, nos próximos meses, quedas menos acentuadas. Como a indústria foi um dos setores mais atingidos pela crise financeira que se abateu sobre os países, espera-se que, ao sinal de um aquecimento nesse setor, a economia brasileira adquira novos rumos.

COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial brasileira encerrou o primeiro trimestre de 2009 apresentando uma suave melhora nos fluxos comerciais. De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2009), o saldo do comércio exterior foi de US\$ 3.007 bilhões no acumulado do ano, resultado das exportações de US\$ 31.176 bilhões e as importações de US\$ 28.164 bilhões nesse período. Esse comportamento denota que a economia do país começa a dar sinais de que os efeitos da crise financeira sobre as relações internacionais estão se tornando mais brandos.

[...] o comércio exterior apresentou em abril/09 um superávit de US\$ 3.712 bilhões, superando o saldo apresentado no mês imediatamente anterior (US\$ 1.768 bilhões)

Apesar dos impactos decorrentes da crise, o comércio exterior apresentou em abril/09 um superávit de US\$ 3.712 bilhões, superando o saldo apresentado no mês imediatamente anterior (US\$ 1.768 bilhões). Na Bahia, o saldo para o mês corrente foi de US\$ 180 milhões, em razão das exportações atingirem um volume de US\$ 480 milhões, com queda de 26,2%, comparado ao mesmo mês de 2008, e as importações alcançarem um volume de US\$ 300 milhões, registrando decréscimo de 33,9%.

Observando a balança comercial baiana no acumulado dos últimos 12 meses, nota-se que o desempenho foi influenciado pelos últimos acontecimentos verificados no cenário internacional. Enquanto as exportações apresentaram um discreto crescimento na ordem de 0,1%, as importações registraram quedas de 8,1%. Evidencia-se ainda que o fluxo comercial da Bahia passou a oscilar a partir do mês de outubro. A despeito dessas variações, nos primeiros quatro meses de 2009, em relação a igual período de 2008, tanto as exportações baianas, como as importações apontaram taxas negativas de 31,1% e 48,7%, respectivamente. Ressalta-se ainda que a balança comercial acumula no ano (jan./09-abr./09) saldo positivo de US\$ 680 milhões, com relação a igual período do ano anterior, comportamento verificado desde junho de 2002.

Ainda em relação às exportações, os principais produtos exportados pela Bahia que contribuíram negativamente na taxa acumulada no ano (jan./09 – abr./09) foram: *Fuel oil e bagaços e outros resíduos sólidos* (-74,6%), *Catodos de cobre refinado* (-54,7%) e *Automóveis com motor explosão* (-47,6%). Em relação às principais empresas

exportadoras, Bahia Sul Celulose S/A, Petrobras S/A, Caraíba Metais S/A e Braskem S/A apontaram os referidos decréscimos nas exportações: 14,7%, 71,4%, 56,1% e 46,9%, respectivamente.

COMÉRCIO VAREJISTA

O volume de vendas do varejo nacional cresceu 1,8% em março/09, comparado a março de 2008, acumulando no primeiro trimestre uma taxa de 3,8%, e de 7,2% nos últimos 12 meses, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A desaceleração verificada no ritmo de crescimento das vendas provém das restrições ao crédito, dado o aumento da inadimplência tanto no comércio varejista como no mercado financeiro, e da deteriorização da confiança dos consumidores.

Na Bahia, o comércio varejista segue com crescimento, apesar das incertezas em relação ao ambiente econômico. De acordo com a PMC, as vendas tiveram um aumento de 1,3% no mês de março deste ano, quando comparado com o mesmo mês de 2008. No acumulado do ano, foi de 2,6%.

Conforme a pesquisa, o crescimento do setor no acumulado do ano, apesar de modesto, foi liderado, principalmente, pela atividade *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, que obteve acréscimo de 38,5%. Essa atividade, que agrega diversos segmentos do varejo como

[...] as vendas tiveram um aumento de 1,3% no mês de março deste ano, quando comparado com o mesmo mês de 2008. No acumulado do ano, foi de 2,6%

lojas de departamentos, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos etc., vem sendo impulsionada pela manutenção do crescimento da massa salarial. Mais outras três atividades se destacaram com resultados positivos no volume de vendas: *Livros, jornais, revistas e papelaria* (33,7%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (9,6%); *Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (4,4%). Obteve-se, ainda, variação positiva para o subgrupo *Hipermercados e Supermercados* (2,5%).

A atividade de *Hipermercados e Supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, que é, basicamente, sustentada pelos alimentos, último item a sofrer as consequências da crise, sinaliza para o decréscimo nas vendas dos alimentos perecíveis e ampliação dos consumidores para a lista de supérfluos. Quanto à atividade de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* seu crescimento é justificado pela essencialidade do consumo de medicamentos, que embora, na sua maioria, tenham preços altos, muitas vezes são imprescindíveis.

Dentre as atividades que apresentaram resultados negativos para o volume de vendas no trimestre destaca-se a de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-26,7%), em seguida as atividades de *Tecidos, Vestuário e Calçados* (-4,8%), *Combustíveis e Lubrificantes* (-2,0%) e *Móveis e Eletrodomésticos* (-4,0%).

O varejo ampliado apresenta crescimento no seu volume de vendas de 3,5% no acumulado do ano e 6,9% no acumulado dos últimos doze meses. Na análise do acumulado do ano, a atividade de *Veículos, Motos e Peças* registra crescimento de 7,6% puxado pela redução de IPI e pelas promoções das montadoras. A de *Material de Construção* apresenta retração nas vendas acumuladas do ano de 6,8%, o que encontra justificativa na restrição do crédito, com as reduções dos prazos de financiamento, e nas expectativas do consumidor em relação à manutenção do emprego.

A análise do comportamento do varejo nos três primeiros meses do ano de 2009 sinaliza que assim como os demais setores da economia, o comércio varejista também sentiu os efeitos de uma conjuntura econômica adversa. Entretanto, os especialistas do setor atribuem o comprometimento das vendas no setor em março/09 ao desempenho

Tabela 1
Variação no volume de vendas no varejo¹
Bahia – mar. 2009

Classes e gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio varejista	1,3	2,6	6,3
Combustíveis e lubrificantes	-4,2	-2,0	7,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,2	4,4	3,2
Hipermercados e supermercados	-1,4	2,5	1,7
Tecidos, vestuário e calçados	-4,2	-4,8	-4,6
Móveis e eletrodomésticos	-0,5	-4,0	10,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	14,7	9,6	11,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	11,4	33,7	26,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-22,3	-26,7	1,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	36,7	38,5	28,4
Veículos, motos e peças	20,4	7,6	8,5
Materiais de construção	-1,4	-6,8	6,0

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

¹ Dados deflacionados pelo IPCA.

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

do segmento de *hiper e supermercados*, que tem forte peso na pesquisa. A elevação dessa atividade em menores proporções é justificada pela mudança do calendário, uma vez que a Páscoa, geralmente comemorada em março, neste ano foi em abril, e por conta do efeito base.

AGRICULTURA

Os impactos da crise econômica começam a ser sentidos no setor agrícola brasileiro, desacelerando o crescimento deste setor. Segundo o IBGE, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresenta queda de 6,8% em relação ao ano anterior. Das três principais culturas – arroz, milho e soja –, apenas o arroz registra variação positiva na produção (6,2%). O milho e a soja apresentam estimativa de queda de produção, em relação ao ano anterior, de 13,2% e 3,9%, respectivamente (LAVOURAS, 2009).

Na Bahia, a conjuntura agrícola nos últimos anos apresentou resultados positivos, impulsionados pelas elevações constantes de preços, levando a aumento significativo

Tabela 2
Estimativas de produção física, área plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia – 2008/2009

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2008 ¹	2009 ²	Var. (%)	2008 ¹	2009 ²	Var. (%)	2008 ¹	2009 ²	Var. (%)	2008	2009	Var. (%)
Mandioca	4.519.966	4.200.960	-7,06	393.036	397.983	1,26	344.364	324.360	-5,81	13.126	12.952	-1,33
Cana-de-açúcar	6.180.785	5.891.990	-4,67	109.558	106.594	-2,71	108.479	104.984	-3,22	56.977	56.123	-1,50
Cacau	139.331	141.662	1,67	569.155	566.332	-0,50	547.244	548.253	0,18	255	258	1,49
Café	170.680	172.356	0,98	160.569	161.277	0,44	154.399	151.774	-1,70	1.105	1.136	2,73
Grãos	6.221.347	6.074.710	-2,36	2.668.861	2.671.332	0,09	2.481.566	2.525.762	1,78	2.507	2.405	-4,07
Algodão	1.189.460	1.152.922	-3,07	315.477	314.450	-0,33	315.477	314.175	-0,41	3.770	3.670	-2,67
Feijão	298.556	364.774	22,18	578.454	550.022	-4,92	489.617	502.807	2,69	516	725	40,56
Milho	1.882.648	1.943.512	3,23	804.372	801.200	-0,39	707.014	705.760	-0,18	2.341	2.754	17,66
Soja	2.747.634	2.511.000	-8,61	905.018	930.000	2,76	905.018	930.000	2,76	3.036	2.700	-11,07
Sorgo	103.049	102.502	-0,53	65.540	75.660	15,44	64.440	73.020	13,31	1.572	1.404	-10,72
TOTAL	-	-	-	3.901.179	3.903.518	0,06	3.636.052	3.655.133	0,52	-	-	-

Fonte: IBGE/GCEA-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ IBGE – LSPA safra 2008.

² IBGE – LSPA abril 2009.

³ Rendimento = produção física/área colhida.

das safras. Entretanto, com a crise econômica, houve reduções na produção. De modo geral o desempenho da safra no estado já começa a sofrer os impactos da crise econômica.

As estimativas de abril/09 para a Bahia, do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), seguem a mesma tendência de queda observada no cenário brasileiro. A produção de grãos tem redução de 2,4% em relação à safra do ano passado, e também apresenta redução de área plantada em torno de apenas 0,1% e queda do rendimento físico (-4,1%). O resultado negativo da produção de grãos no estado é puxado principalmente pela soja e algodão, coadjuvados de longe pelo sorgo. Estes produtos representam juntos 62% do total produzido, chegando a 3,76 milhões de toneladas. A estimativa de produção de soja teve queda de 8,6%, a de algodão 3,1% e a de sorgo 0,5%.

As estimativas da produção de milho figuram com acréscimo de 3,2%. O cultivo do feijão, contrariando o cenário desfavorável aos grãos (commodities), vem apresentando estimativas extraordinárias, que em abril apontam crescimento da ordem de 22,2% em relação a 2008. O aumento de 40,6% na produtividade (rendimento médio da produção) reflete as melhorias nas técnicas de produção. Além disso, as chuvas têm favorecido a implantação e desenvolvimento do grão, tendo como previsões

climáticas aumento da média histórica, o que favorecerá mais ainda a produção (ACOMPANHAMENTO..., 2009).

MERCADO DE TRABALHO

No primeiro quadrimestre de 2009, observou-se estabilidade relativa no nível de desocupação em todas as pesquisas que avaliam o mercado de trabalho.

Conforme dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a Região Metropolitana de Salvador (RMS) apresentou

[...] a Região Metropolitana de Salvador (RMS) apresentou taxa de desocupação em abril de 2009 de 12,4%, contra 11,9% em março e revelando estabilidade na comparação com abril de 2008 (11,9%) [...]

taxa de desocupação em abril de 2009 de 12,4%, contra 11,9% em março e revelando estabilidade na comparação com abril de 2008 (11,9%), de acordo com a metodologia da pesquisa. Considerando-se os grupamentos de atividades, a pesquisa aponta estabilidade, sendo que o segmento *Construção civil* apresentou crescimento de 15,8% quando comparado a abril de 2008. Esse desempenho pode se dever aos novos empreendimentos imobiliários que se multiplicam na capital baiana, como também em municípios próximos de Salvador, a exemplo de Camaçari e Lauro de Freitas.

O contingente de desocupados (228 mil pessoas) permaneceu estável em relação a março de 2008 e fevereiro de 2009. Ainda conforme a PME, o rendimento médio habitualmente recebido por mês pelo total das pessoas ocupadas (R\$1.049,30) apresentou queda de 0,6% quando comparado a março de 2009 e crescimento de 7,1% na comparação com abril de 2008.

A massa de rendimento real efetivo da população ocupada foi estimada em R\$1.670 milhões em março de 2009, uma variação negativa de 2,0% em relação a fevereiro de 2009 (R\$1.705 milhões) e de 8,6% comparando-se com fevereiro de 2008 (R\$1.538 milhões).

Segundo dados apresentados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a taxa de desocupação alcançou 20,1% da População Economicamente Ativa, contra 19,4% de fevereiro do mesmo ano. Comparada à taxa de março de 2008 (22,9%), essa taxa sofreu uma redução de cerca de 3 p.p., revelando-se como a menor taxa dos meses de março desde o início da pesquisa (1996). A criação de 9 mil novos postos de trabalho no setor de *Serviços* pode explicar esse desempenho da taxa, apesar da redução de 0,6% do nível de ocupação no período.

O rendimento real médio, conforme os dados da PED, ficou estável entre os ocupados, com salário médio de R\$971. Assim como a massa de rendimentos médios reais dos ocupados permaneceu estável, reflexo da estabilidade dos rendimentos médios, da ocupação e do emprego.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontou um acréscimo de 3.917 postos com carteira

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontou um acréscimo de 3.917 postos com carteira de trabalho assinada em abril de 2009 na Bahia

de trabalho assinada em abril de 2009 na Bahia. No primeiro quadrimestre de 2009, esse estado apresentou acréscimo de 7.919 postos. Em abril de 2009, a RMS apresentou acréscimo de 3.065 postos de trabalho celetistas.

Setorialmente, em abril/09, o setor de *Serviços* registrou o maior saldo de emprego no estado da Bahia, com 1.485 vagas, possivelmente em razão do início do ano letivo. Seguido por *Construção civil*, que, possivelmente por conta dos novos empreendimentos imobiliários com foco no pacote de incentivos ao setor lançado pelo governo federal, apresentou acréscimo de 2.565 postos de trabalho. A Agropecuária verificou uma redução de 110 postos, possivelmente por conta da finalização das colheitas de verão e da 2ª safra do feijão, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE. O destaque negativo ficou por conta da *Indústria de transformação*, que apresentou saldo negativo de 381 postos, o que se pode explicar pela crise econômica mundial que atingiu mais fortemente esse setor.

No acumulado do ano para a Bahia, destacam-se a *Construção civil*, o setor de *Serviços* e a *Agropecuária* com os maiores saldos, 5.028, 4.216 e 2.490 postos, respectivamente. Por outro lado, os setores de *Comércio*, com redução de 1.836 postos, e *Indústria de transformação*, com redução de 1.649 postos de trabalho, foram os destaques negativos no estado da Bahia, conforme os dados do Caged.

Da mesma forma, na RMS verificou-se um maior saldo no setor de *Serviços*, com a geração de 1.134 novos postos, e na *Construção civil*, com 2.173 vagas formais de trabalho.

Por fim, ainda conforme dados do Caged, o estado da Bahia apresentou crescimento de 1,71% no nível de emprego nos últimos 12 meses, ou seja, geração de 22.732 novos postos de trabalho, ficando atrás do Ceará (41.299) e Pernambuco (30.762).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do nível de atividade econômica no primeiro trimestre do ano de 2009 é bastante reveladora de uma conjuntura permeada por ajustes nas políticas macroeconômicas. Nesse aspecto, as ações governamentais de autoridades americanas e europeias, fazendo uso de inúmeros instrumentos para assegurar uma melhoria no ambiente externo de forma a reduzir o risco sistêmico, atreladas às medidas utilizadas pelo governo brasileiro, sinalizam para uma melhoria dos indicadores nos próximos meses.

De acordo com informações da ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, em razão das projeções de inflação estarem abaixo do centro da meta de 4,5% para este ano e para 2010, passa-se a utilizar o instrumento de queda na taxa básica de juros (Selic). Dessa forma, com base no cenário nacional, a taxa de juros Selic foi reduzida para 10,25% a.a.

Assim, apesar dos efeitos da crise externa e a recessão dos EUA ainda serem perceptíveis na economia brasileira, a condução da política econômica adotada pelo governo traz a expectativa de que com uma trajetória de queda dos juros, o aquecimento da economia seja retomado nos próximos trimestres de 2009. Entretanto, apesar dos sinais de redução da aversão global ao risco, ainda é cedo para avaliar uma possível mudança de trajetória do nível de atividade econômica.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO da safra brasileira (grãos). Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/6graos_08.09.pdf>. Acesso em: 19 maio 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas* [Brasília]: MDIC, 2009. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2009.

CADASTRO DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília: MTE, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2009.

DELFINO NETO – sem bola de cristal. *Gazeta Mercantil*, 2009. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2009.

FARID, Jacqueline. Comércio cresce 0,3% em março. *O Estado de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2009.

LAVOURAS. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_200902comentarios.pdf>. Acesso em: 20 maio 2009.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2009.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 14 maio 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DO EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 maio 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 maio 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: índices especiais de categoria de uso por atividade. Bens de capital. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 maio 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2009.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2009.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 maio 2009.

SINAIS de melhora após trimestre ruim. *Valor Econômico*, 2009. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2009.

Geraldo Reis

A Bahia frente à crise

Em entrevista à revista C&P, o sociólogo e diretor-geral da SEI, José Geraldo Reis, analisa os indicadores mais recentes das economias brasileira e baiana, recapitulando o contexto da maior crise das últimas décadas. Ele apresenta a fase atual de transição, avaliada como uma recuperação que deve ganhar fôlego neste segundo semestre de 2009. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e ex-secretário de Expansão Econômica do Município de Vitória da Conquista, Reis não deixa passar em sua análise o sentido da crise para além dos aspectos econômicos e financeiros, sinalizando mudanças no “padrão de acumulação e regulamentação institucional, no padrão tecnológico, no mundo dos negócios, no perfil da força de trabalho, no papel do Estado e mesmo nos valores que consubstanciam a ideia de bem-estar social”. Para o pós-crise, ele aponta a chance de reposicionamento do estado a partir de novos vetores de desenvolvimento.

Entrevista concedida em 25/07/2009

C&P – Como o senhor analisa a conjuntura brasileira após a eclosão da crise mundial?

Geraldo Reis – Como se sabe, a economia brasileira vinha crescendo nos três primeiros trimestres de 2008 a uma taxa média de 6%. No quarto trimestre, houve uma intensa queda das atividades econômicas, influenciada pela crise internacional, que provocou uma forte retração do crédito, atingindo o Brasil. Uma freada talvez exagerada, considerando que os chamados pilares da macroeconomia brasileira são considerados altamente sustentáveis, altamente consistentes. Então, nesse sentido, não havia motivos de ordem interna para que ocorresse aquela desaceleração na economia brasileira. Na minha opinião, o que ocorreu de fato foi uma crise de confiança, que por sua vez foi gerada a partir da

crise de crédito em nível internacional e que contaminou os agentes econômicos no país.

C&P – E como o senhor avalia o posicionamento do Brasil diante dessa situação?

GR – Algumas características da economia brasileira foram vitais para o posicionamento do país diante da crise. Além dos fundamentos macroeconômicos, a existência de um grande mercado interno, a existência de fortes instituições financeiras de caráter estatal, como o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Banco do Nordeste, contribuíram, entre outros aspectos, para que a retração das atividades econômicas não desestruturasse os mercados e não causasse maiores danos ao tecido social. Nesse aspecto, a capacidade de consumo das famílias,

potencializada pelos ganhos recentes da renda do trabalhador, com o crescimento real do salário mínimo e o conjunto de políticas de transferência de renda e de seguridade social, está sendo determinante para a recuperação, possibilitando inclusive que os efeitos negativos sobre a demanda externa sejam compensados, em parte, pelo vigor do mercado interno. Vale lembrar

[...] o que ocorreu de fato foi uma crise de confiança, gerada pela crise de crédito internacional que contaminou os agentes econômicos no país



uma série de medidas do governo federal de ordem monetária, como, por exemplo, dando início à queda de juros; de ordem fiscal, flexibilizando e diminuindo o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), primeiro para a indústria automobilística e em um segundo momento para a chamada linha branca de eletrodomésticos e para materiais de construção, e, por fim, o pacote da construção civil.

C&P – Quais foram os setores mais atingidos?

GR – O que se observa é que a indústria foi mais fortemente atingida, enquanto no comércio e no setor de serviços os impactos não foram tão significativos. A queda de 0,8% no PIB do país, no primeiro trimestre, ante o trimestre imediatamente anterior, foi puxada pela indústria, com retração de 3%.

A agropecuária apresentou um recuo de 0,5% e o setor de serviços subiu 0,8%. Do ponto de vista espacial, observa-se, também, que os estados mais industrializados e com mais *links* com o mercado externo sofreram mais os impactos da crise.

C&P – De que forma a Bahia foi atingida?

GR – Considerando o perfil da economia baiana, altamente concentrada na indústria de bens intermediários, com grande dependência dos mercados interno e externo, podemos afirmar que a indústria de transformação foi, mesmo nos segmentos de produção de bens finais, como a indústria automobilística, o setor mais atingido pela crise. Como reflexo, o impacto pode ser percebido, também, nas receitas do estado, com queda real

de arrecadação de quase 5% no último trimestre de 2008 e de cerca de 14% no primeiro trimestre deste ano. Entretanto, depois de nove meses das repercussões da crise no Brasil, os setores afetados já mostram sinais de recuperação e a expectativa da Sefaz é de crescimento da arrecadação no segundo semestre, já a partir de julho.

C&P – Indicadores mais recentes apontam para a redução dos efeitos da crise. Podemos dizer que o pior já passou?

GR – O que nós observamos, em termos de Brasil, é que tivemos um primeiro trimestre de 2009 ainda com dificuldades, inclusive com o crescimento do desemprego, mas, hoje, já são visíveis os sinais positivos na economia. Observamos a retomada das exportações; assistimos à manutenção do comércio

de automóveis; assistimos a bolsa de valores de São Paulo ultrapassar a casa dos 54 mil pontos; e observamos o aumento da concessão de crédito e da confiança dos agentes econômicos. O Índice de Confiança do Consumidor, medido pela Fundação Getúlio Vargas, teve um crescimento de 4,1% em junho em relação a maio, o que contribuiu para a volta dos investimentos por parte do empresariado.

C&P – E os indicadores para a Bahia?

GR – No primeiro trimestre de 2009, mesmo ainda no meio da turbulência econômica, quando os mais pessimistas esperavam que o PIB baiano apresentasse queda, a exemplo do que se confirmou para o país, tivemos um leve crescimento de 0,6%. Entre os setores, o Comércio teve uma variação positiva de quase 4%, os Serviços cresceram cerca de 3% e a Agropecuária, 2,2%. Somente a Indústria variou negativamente 3,7%. Desde então, a expectativa era de que a economia baiana, gradualmente, confirmasse a tendência de recuperação, o que os indicadores vêm mostrando hoje. A produção da indústria no estado expandiu mais de 7% de abril para maio, o segundo melhor desempenho do Brasil. Também, na mesma comparação, o comércio baiano cresceu 4%, a maior taxa do ranking brasileiro. A taxa foi a maior do ano de 2009 para o varejo baiano e reafirma a tendência de reaquecimento.

C&P – E as exportações do estado, como ficaram?

GR – As exportações baianas tiveram, em junho, o melhor resultado do ano,

O mercado de trabalho é outro importante indicador que vem respondendo bem, criando postos pelo quinto mês consecutivo

atingindo cerca de US\$ 570 milhões, superando em 25% o resultado do mês anterior. Importante destacar que a China passa a ser o maior parceiro comercial do estado, responsável por 17% das exportações no primeiro semestre, jogando os EUA para a segunda posição, com 14%.

C&P – Como se comportou o mercado de trabalho?

GR – O mercado de trabalho é outro importante indicador que vem respondendo bem, criando postos pelo quinto mês consecutivo. Em 2009, já são mais de 23 mil empregos com carteira assinada, colocando o estado na liderança no Nordeste e na quinta posição no Brasil na geração de vagas no trabalho formal. Este número representa 50% das mais de 46 mil vagas criadas no mesmo período de 2008. Entretanto, em virtude dos desligamentos ocorridos nos últimos trimestres do ano passado, em função da crise, os postos criados no primeiro semestre de 2009 equivalem a 56,4% do saldo total de todo o ano de 2008 (40.922). Consideramos este um excelente resultado.

C&P – Como o governo baiano procedeu em relação às empresas

e indústrias e qual é o cenário hoje?

GR – Na Bahia, tivemos o parcelamento do ICMS em quatro vezes e o financiamento do Desembahia de mais de R\$ 100 milhões para capital de giro das micro, pequenas e médias empresas dos setores têxtil e de calçados, alimentos e bebidas, de transformação de plástico e para o Polo de Informática de Ilhéus. Foram ações importantes para minimizar os impactos da crise. Mesmo com a crise e as dificuldades no gerenciamento do capital de giro das empresas, a Juceb (Junta Comercial do Estado da Bahia) aponta abertura de quase 19 mil novas empresas no estado, no primeiro semestre, o que representa um aumento de 18% em relação ao mesmo período de 2008. As indústrias também devem intensificar a recuperação neste trimestre. Com seus níveis de estoque baixos, elas devem voltar a produzir de forma mais intensa. Vale citar o crescimento, por quatro meses consecutivos, da utilização da capacidade média instalada das indústrias baianas de transformação, passando de 77% em março para mais de 79% em junho.

C&P – Quais as perspectivas para o segundo semestre de 2009?

GR – A equipe da SEI está fazendo um monitoramento fino, tanto da evolução da economia nacional quanto da economia baiana. Alguns números do segundo trimestre ainda estão sendo consolidados, assim não é possível anunciar uma projeção oficial. Mas é certo que estamos caminhando, tanto o Brasil quanto a Bahia, para uma recuperação consistente, com possível ênfase no quarto trimestre de 2009. A minha

expectativa pessoal, que não é meramente especulativa, e que tem por base o monitoramento que a SEI tem feito até então, é de que, no segundo semestre, tanto o Brasil quanto a Bahia devem crescer.

C&P – O que muda na economia após a crise? O que a sociedade ganha e perde?

GR – A crise precisa ser avaliada de uma perspectiva mais ampla, que possibilite uma antecipação das mudanças estruturais decorrentes dela. Essa crise é uma oportunidade de transformação dos comportamentos individuais e dos padrões coletivos. Ela ocorre simultaneamente às crises energética e de alimentos e às grandes mudanças climáticas, trazendo a possibilidade de que esteja em curso um esgotamento do padrão de acumulação e regulamentação institucional, com mudanças no padrão tecnológico, no mundo dos negócios, no perfil da força de trabalho, no papel do Estado e mesmo nos valores que consubstanciam a ideia de bem-estar social. No contexto da Bahia, ainda que compreendendo a importância e a preocupação com o crescimento do

PIB, com a melhoria da arrecadação e com a geração de empregos, o governo e os agentes econômicos e sociais precisam aprofundar os esforços para alterar substancialmente o nosso padrão de desenvolvimento. Para além dos atuais grandes vetores de crescimento econômico (petroquímica, agronegócio, turismo, celulose, logística, mineração, entre outros), é necessário observar quais os novos setores que se tornarão dinâmicos e que agregarão valor monetário, mas também qualidade de vida para a nossa população.

C&P – Quais são esses “novos setores”?

GR – Trata-se de pensar a descentralização espacial e setorial da nossa economia, mas com um novo olhar que enxergue o papel estratégico da ciência e da tecnologia, e, consequentemente, um novo papel para as novas universidades federais e estaduais e as escolas técnicas. É necessário conceber a educação e a saúde como políticas fundamentais para a inclusão social, mas também como importantes vetores econômicos, que tendem a ganhar cada vez mais relevância no mundo atual. Nesse contexto, vale reconhecer, também, a importância das estratégias de inclusão social e das políticas de transferência de renda. É necessário dar suporte aos novos papéis das cidades médias para ampliar os seus desempenhos, de forma que a ação governamental possa induzir à concentração e/ou espraiamento de serviços urbanos. É preciso, por um lado, intensificar a formalização e a qualificação da força de trabalho, diminuindo a precarização, e, por outro lado, reforçar a cultura

A crise precisa ser avaliada de uma perspectiva mais ampla, que possibilite uma antecipação das mudanças estruturais decorrentes dela

empreendedora dos pequenos e médios agentes econômicos. Temos que apostar na constituição de uma nova classe média rural, possuidora de uma consciência ambiental. Na cultura, a ideia é potencializar a diversidade, bem como os valores emancipacionistas, de forma a contribuir para melhorar a imagem não apenas dos traços econômicos do estado, mas, também, de um modo de vida. Enfim, trata-se de aprofundar o caminho para uma Bahia contemporânea.

C&P – Como está sendo a experiência da SEI de monitorar a economia no contexto da maior crise das últimas décadas?

GR – Esse processo continua sendo feito com a serenidade, a objetividade e a experiência adquiridas ao longo dos anos pela equipe da SEI. A autonomia técnica e científica sustentada pela SEI, mesmo em gestões anteriores, e o profissionalismo dos nossos quadros dão a mim uma grande segurança das análises dos resultados do nosso trabalho. Uma das grandes marcas da SEI, no governo e na sociedade, é a confiança e a credibilidade do seu trabalho.

[...] é certo que estamos caminhando, tanto o Brasil quanto a Bahia, para uma recuperação consistente, com possível ênfase no quarto trimestre de 2009

Novo cenário para o avanço do orçamento participativo nos municípios baianos

André Silva Pomponet^A



A Bahia vive um momento político favorável para a disseminação de processos participativos voltados para a construção de políticas públicas, a exemplo do Orçamento Participativo (OP). Na esfera municipal, onde novos gestores foram empossados em janeiro para o próximo quadriênio e a correlação de forças políticas tornou-se mais equilibrada desde as eleições de 2008, a conjuntura é ainda mais favorável.

Aprofundar processos participativos na Bahia, a exemplo do OP, é também uma oportunidade para construir um novo modelo de governança, superando os antigos vícios que sustentaram o sistema social e político da Bahia durante décadas e que explicam em parte o atraso histórico e os indicadores sociais desfavoráveis.

O objetivo do presente trabalho é justamente refletir sobre o momento vivido pela Bahia, com maior democracia e transparência, fatores indispensáveis para uma repactuação política mais inclusiva, em que os agentes sociais historicamente excluídos dos processos decisórios tenham mais espaço e se façam ouvir.

^A Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, exercendo suas funções na Secretaria do Planejamento da Bahia (Seplan). andrepomponet@hotmail.com



Além desta introdução, o trabalho é composto pela seção seguinte, que apresenta os fundamentos do Orçamento Participativo, em que pese a variedade assumida pelas experiências nos diversos municípios. Em seguida, parte-se para um histórico do processo, com uma caracterização mais profunda e uma reflexão sobre o avanço da iniciativa no país. Por fim, faz-se uma análise sobre o momento vivido pela Bahia e apresentam-se argumentos que justificam a percepção positiva em relação ao cenário para a construção de processos participativos como o OP. Em caráter conclusivo, agregam-se algumas considerações.

FUNDAMENTOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Embora não exista um conceito formulado que contemple a diversidade de experiências registradas de Orçamento

Participativo, pode-se entender o processo como uma iniciativa de gestão participativa, focada na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e que implica no

**[...] Orçamento Participativo,
[...] uma iniciativa de
gestão participativa, focada
na elaboração da Lei
Orçamentária Anual (LOA) e
que implica no envolvimento
da população em fóruns e
reuniões temáticas [...]**

envolvimento da população em fóruns e reuniões temáticas onde se delibera sobre a aplicação de recursos em políticas públicas. O OP, contudo, vai mais além e exige o acompanhamento, por representantes eleitos pela sociedade, da execução do que foi deliberado e incorporado à LOA. Experiência essencialmente municipal e urbana, o OP se disseminou pelo Brasil a partir de Porto Alegre-RS, em 1989, e transpôs as fronteiras nacionais.

Montevidéu (Uruguai), Toronto (Canadá), Saint-Denis (França) e Bruxelas (Bélgica) são algumas cidades que adotaram a iniciativa brasileira que se tornou destaque inclusive em um fórum da Organização das Nações Unidas (ONU), promovido em Nova Iorque em 2007 (ALFARO; SOARES; COSTA, 2007). Mesmo não constituindo um modelo uniforme, já que a aplicação do Orçamento Participativo varia de acordo com a realidade de cada município, o OP em si reúne um conjunto de virtudes que o distingue como uma iniciativa de sucesso.

Parte desse sucesso deriva da natureza participativa do processo: o foco mais adequado nas demandas da sociedade, principalmente dos segmentos mais carentes e que, tradicionalmente, não tem participação nas decisões políticas; a alocação mais eficiente dos recursos, a partir da consulta; a maior transparência na ação governamental; e o estímulo ao controle social, com a consequente inibição da corrupção e do clientelismo.

Os processos participativos, no entanto, são fenômenos com natureza essencialmente política. A realização de consultas com êxito e o acompanhamento da execução dependem de uma adequada mobilização da sociedade que, por sua vez, exige um razoável grau de organização e de politização dos membros da comunidade. Essa conscientização e a compreensão adequada do processo vão se desdobrar em um controle social mais efetivo, na maior execução das demandas priorizadas nas consultas e, por fim, representar uma mudança na forma como se relacionam o Estado e a sociedade, representada pelos movimentos sociais e pelos demais segmentos organizados.

A transformação na relação entre Estado e sociedade significa, enfim, a construção de um novo modelo de governança. E nesse novo modelo, o protagonismo da

A importância estratégica do Orçamento Participativo no âmbito municipal é ainda mais crucial em função de ser a ferramenta de planejamento que mais aproxima a população do Estado

sociedade em processos como o Orçamento Participativo colabora para a maior eficácia e efetividade das ações do Estado, superando o antigo modelo forjado por práticas políticas arcaicas, baseadas no clientelismo, na apropriação e usufruto do Estado para fins privados e em relações espúrias entre os agentes políticos.

A importância estratégica do Orçamento Participativo no âmbito municipal é ainda mais crucial em função de ser a ferramenta de planejamento que mais aproxima a população do Estado. Afinal, as reuniões temáticas e as eleições de representantes se reportam à realidade imediata dos indivíduos, o que facilita e estimula o diálogo e a percepção sobre a efetivação das deliberações relacionadas às políticas públicas.

A EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Talvez a primeira experiência de consulta à sociedade sobre aplicação de recursos públicos no Brasil, e que pode ser considerada como Orçamento Participativo, ocorreu na gestão de Francisco Pinto à frente da prefeitura de Feira de Santana, entre 1963 e 1964. Entre outras iniciativas, Chico Pinto, como era mais conhecido, promoveu a descentralização administrativa com a criação de secretarias municipais e implantou uma curta experiência de Orçamento Participativo, atendendo demandas da sociedade como a construção de escolas e o calçamento de ruas da

periferia (POMPONET, 2008a; GOES, 2009). No cartaz da campanha, Chico Pinto era ladeado por um trabalhador rural e um operário e venceu a mais empolgante eleição municipal da história feirense, derrotando o atual senador e ex-governador João Durval no pleito realizado em 1962 (SIMAS, 2009). Deposto em maio de 1964 após o Golpe Militar, Chico Pinto não pôde dar andamento à iniciativa.

Cerca de 25 anos depois, quando o Brasil retornara à normalidade democrática e a população começou a eleger os prefeitos das capitais, a experiência foi retomada com a elaboração do Orçamento Participativo em Porto Alegre, em 1989, e que a literatura consagrou como a primeira experiência do gênero no Brasil. Conforme Oliveira (2005), os governantes do município, diante do quadro de falência da prefeitura, resolveram estabelecer um diálogo com a sociedade nos primeiros meses da gestão. Esse diálogo resultou em um conjunto de propostas que, agrupadas, constituíram o embrião da experiência batizada de Orçamento Participativo e que, nos quatro anos seguintes, tinham sido adotadas em outros 12 municípios brasileiros (OLIVEIRA, 2005, p. 12).

O quarto de século que separa as duas experiências, porém, evidencia a busca pela construção de um novo modelo de governança para a gestão municipal, em que pesem as marcantes diferenças que caracterizam os dois momentos históricos: na Feira de Santana do início da década de 1960, a aristocracia rural e os grandes comerciantes encastelados na UDN e em legendas similares perpetuavam o atraso herdado da República Velha,

monopolizando o controle sobre o Estado, e representavam o retrocesso a ser superado, tornando o processo político mais democrático e inclusivo; na Porto Alegre de meados da década de 1980, os segmentos progressistas da sociedade empenhavam-se para consolidar a democracia e fortalecer a desconcentração do poder que os 21 anos de arbítrio militar haviam concentrado. A essa demanda política somava-se o esforço pela construção de um modelo de gestão incluyente e socialmente representativo, o que contrariava o legado militar.

Embora com o passar dos anos o Orçamento Participativo tenha sido adotado por governantes de legendas diversas, coube ao Partido dos Trabalhadores (PT) o pioneirismo em boa parte das experiências que se seguiram a Porto Alegre. Afinal, o instrumento foi sendo adotado por um número crescente de prefeituras, atingindo 12 em 1992; 36 no quadriênio 1993-1996; 103 entre 1997 e 2000; e 194 nos quatro anos entre 2001 e 2004 (OLIVEIRA, 2005, p.12). O modelo mais institucionalizado, porém, permaneceu o de Porto Alegre, de onde Oliveira (2005, p. 61-62) descreve o ciclo que envolve reuniões preparatórias (entre março e abril), assembleias regionais e temáticas (nos meses de abril e maio), assembleias regionais para apresentação de propostas e para eleição de delegados (maio a julho), posse do novo conselho (julho), análise técnica das propostas pelo governo (agosto e setembro), votação da matriz orçamentária pelo conselho constituído por delegados eleitos (setembro) e, por fim, alocação dos recursos por regiões (outubro a dezembro).

A evolução do Orçamento Participativo no Brasil, no entanto, não ocorreu de maneira homogênea pelas diversas regiões do país, conforme observa Milani (2006, p. 9). Ao contrário, houve uma concentração da experiência nas regiões mais desenvolvidas, particularmente o Sul e o Sudeste. Entre as capitais também houve uma maior consolidação da experiência, já que além de Porto Alegre destacam-se Belo Horizonte, Recife e, mais recentemente, Aracaju. Não há também, evidentemente, um modelo unificado de aplicação do instrumento, havendo variações do percentual do orçamento sobre o qual cabe à comunidade deliberar a forma como os participantes são eleitos nas plenárias, passando pela composição dos conselhos de acompanhamento e até mesmo pela continuidade ou não do processo nos anos seguintes.

A evolução do Orçamento Participativo no Brasil [...] não ocorreu de maneira homogênea pelas diversas regiões do país [...]. Ao contrário, houve uma concentração da experiência nas regiões mais desenvolvidas [...]

[...] em 1997 a Bahia viveu uma nova experiência de Orçamento Participativo, 34 anos depois da tentativa pioneira de Chico Pinto em Feira de Santana

Na Bahia, a redemocratização e a continuidade de indicadores sociais vexatórios nas áreas de Educação e Saúde durante a década de 1990 fortaleceu a pressão popular pela melhoria na qualidade dos serviços prestados (POMPONET, 2008b, p.140). Só que essa pressão desarticulada e frequentemente individualizada não se traduziu em resultados imediatos, apesar dos mecanismos democráticos de participação legados pela Constituição de 1988 justamente nas políticas públicas de maior impacto sobre a população, que são a Saúde e a Educação (BRASIL, 1988, 1990, 1996). Milani (2006, p.19) aponta outros fatores que contribuíram para inibir o florescimento de experiências participativas na Bahia: velhas estruturas sociais e políticas marcadas pelo patriarcalismo, pela lógica do poder exercido individualmente e pelo clientelismo.

Somente em 1997 a Bahia viveu uma nova experiência de Orçamento Participativo, 34 anos depois da tentativa pioneira de Chico Pinto em Feira de Santana. Foi em Vitória da Conquista, com a gestão petista eleita em 1996. Contrariando algumas experiências de outros municípios, em Vitória da Conquista a iniciativa de promover a consulta à sociedade partiu dos governantes, já que as práticas políticas vigentes até então acompanhavam a tradição da intermediação parlamentar, com a habitual troca de favores entre Executivo e Legislativo (MILANI, 2006, p. 9). Entre 1998 e 1999, por exemplo, a experiência pode ser considerada exitosa, já que 80% das obras consideradas prioritárias foram executadas. No ano seguinte, algumas dificuldades retardaram a execução do OP, interrompendo o processo em 2001.

Nos anos seguintes, o reduzido número de prefeituras sob o controle de partidos mais progressistas e a perpetuação de práticas retrógradas, como o clientelismo e a intermediação legislativa movida por interesses espúrios, têm retardado o avanço de processos de consulta à sociedade na Bahia. O próprio Milani (2006) cita que experiências similares ocorreram apenas em Salvador, em 2005 (sem continuidade posterior), e em Lauro de Freitas. Em Pintadas, embora o Orçamento Participativo não tenha sido adotado, os processos consultivos são constantes e remontam a uma tradição de organização dos trabalhadores rurais iniciada ainda nos anos 1960. Desde o início da década, municípios como Alagoinhas, Itabuna e Senhor do Bonfim também aderiram ao Orçamento Participativo (WAMPLER, 2009).

No âmbito estadual, em duas oportunidades ocorreram experiências batizadas como Orçamento Cidadão, em 2005 e 2006. Ao contrário de formas habitualmente adotadas de OP, a consulta foi individualizada, sem discussões, debates ou eleições de representantes da sociedade civil para o acompanhamento. A coleta de propostas ocorreu somente pelo telefone ou através da Internet, o que compromete a participação da população mais pobre ou residente nos municípios menores e na zona rural (POMPONET, 2008b, p. 142). Em tese, o acompanhamento deveria ser realizado por conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social indicados pelo Executivo e que não chegaram a funcionar, mas que

No âmbito estadual, em duas oportunidades ocorreram experiências batizadas como Orçamento Cidadão, em 2005 e 2006. [...] a consulta foi individualizada, sem discussões, debates ou eleições de representantes da sociedade civil

certamente enfrentariam dificuldades em função da adoção de uma territorialização com “flexibilidade conceitual” (BAHIA, 2003, p. 116) que, na prática, implicava em regionalizações superpostas que inviabilizariam o acompanhamento adequado de qualquer política de desenvolvimento territorial.

Em 2007 houve um passo importante nos processos consultivos, quando aconteceram as plenárias do Plano Plurianual Participativo (PPA-P), experiência pioneira na Bahia, que efetivamente promoveu a discussão de propostas e adotou uma territorialização unificada. Na ocasião, os participantes elegeram também um Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual composto por representantes da sociedade (POMPONET, 2008b, p.143). Não houve, contudo, a adoção do Orçamento Participativo durante o quadriênio.

NOVO CENÁRIO PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

As duas últimas eleições (em 2006 e 2008) evidenciaram o refluxo de lideranças e partidos conservadores no Nordeste, em geral, e na Bahia, em particular. A grande novidade foi a pulverização do poder entre as principais legendas partidárias e a consolidação de um maior equilíbrio no compartilhamento desse poder, rompendo com a adesão quase monolítica ao extinto Partido da Frente Liberal (PFL) nos anos 1990. Com base nos resultados das eleições municipais, pode-se deduzir que emergiram como partidos mais importantes o PMDB, que conquistou 107 prefeituras, o PT, que elegeu o prefeito em outras 60 cidades, além do PR (com 44) e do Democratas (extinto PFL), com 41 prefeituras (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2008, p. 2).

A decadência eleitoral dos partidos mais conservadores, no entanto, não é condição suficiente para consolidar a marcha ascendente da adoção do Orçamento Participativo nas prefeituras baianas. Tampouco o fato do PT, partido ao qual coube o pioneirismo e a condução majoritária dos OP no Brasil, ter conseguido conquistar 60 prefeituras é garantia, por si só, de que esse processo vai se aprofundar. Também não é condição suficiente a

O jogo político constitui parte da arquitetura institucional para a construção de processos como o Orçamento Participativo, mas não é o elemento mais fundamental [...]. A necessidade de promover gestões que combinem eficácia, eficiência e efetividade é o fator mais decisivo

maior pulverização do poder político, que exigirá dos partidos o exercício de métodos mais modernos de gestão, superando o antigo modelo baseado no personalismo, na apropriação da máquina pública e no estabelecimento de relações clientelistas com a sociedade e de troca de favores com os agentes políticos.

O jogo político constitui parte da arquitetura institucional para a construção de processos como o Orçamento Participativo, mas não é o elemento mais fundamental, principalmente em função da histórica inconsistência partidária no Brasil, cujos arranjos ideológicos fluem em conformidade com o barômetro eleitoral. A necessidade de promover gestões que combinem eficácia, eficiência e efetividade é o fator mais decisivo e implica na construção de um modelo de governança compatível com as demandas da sociedade. O próprio Banco Mundial reconhece essa necessidade e a classifica como “boa governança”, e embora não prescreva modelos, reconhece a participação e o acompanhamento da sociedade na elaboração de políticas públicas como fator relevante nos novos arranjos de gestão (OLIVEIRA, 2005; MILANI, 2006).

Ora, o Orçamento Participativo é uma ferramenta privilegiada na captação das demandas da sociedade e na

alocação eficiente de recursos, particularmente num cenário de crise econômica em que as prefeituras alegam dificuldades decorrentes da queda no repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). É também um instrumento de aproximação entre o Estado e a sociedade no âmbito institucional e de compartilhamento de responsabilidades na dimensão gerencial. Constitui, portanto, um dos instrumentos mais poderosos para a construção da “boa governança” do Banco Mundial.

O cenário político mais democrático e equilibrado e a necessidade contínua de aprimoramento na gestão pública, porém, são elementos estáticos na engrenagem social. A força indutora das transformações advém da sociedade, que é o elemento dinâmico, mas que, sem organização e capacidade de mobilização, vai induzir as transformações de forma mais lenta. Embora não exista uma cultura participativa consolidada na Bahia (POM-PONET, 2008b, p. 144), à medida que se estabelece uma rotina democrática, com eleições frequentes e alternância de gestores, a sociedade percebe de forma mais clara que gestões exitosas vão além das “boas intenções” dos governantes e do “espírito público” da burocracia. Nota-se, portanto, que é necessário um maior engajamento da sociedade para a oferta de políticas públicas melhor focalizadas e com maior qualidade, subvertendo a lógica gerencial vigente na Bahia até aqui.

Um elemento que vem colaborando para o desenvolvimento de uma cultura mais participativa no Brasil ao longo das duas últimas décadas tem sido a constituição de conselhos que preveem a participação de membros da comunidade, inclusive como pré-condição para repasses de recursos, como os conselhos de Saúde, Educação, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Urbano e Direitos Humanos. Embora ainda aparelhados pelos prefeitos nos municípios menores ou inchados com representantes governamentais quando a legislação não prevê composição paritária com a sociedade, esses fóruns têm constituído importantes espaços de exercício da cidadania, aproximando os responsáveis pelas políticas públicas dos seus beneficiários.

Assim, percebe-se uma conjuntura favorável e que sinaliza para a irreversibilidade da ampliação dos processos participativos, bem como para a efetiva democratização do Estado. Essa realidade mostra-se palpável mesmo nas

Um elemento que vem colaborando para o desenvolvimento de uma cultura mais participativa no Brasil ao longo das duas últimas décadas tem sido a constituição de conselhos que preveem a participação de membros da comunidade [...]

regiões mais atrasadas do país, como o tem demonstrado o Nordeste e a Bahia nos últimos anos. Afinal, *pari passu* com a consolidação de processos como o Orçamento Participativo, os partidos mais conservadores vêm encolhendo a cada eleição, o que demonstra a ânsia por transformações mais profundas na sociedade brasileira.

Há, todavia, um caminho longo, tortuoso e íngreme a ser trilhado. Nesse caminho, o Orçamento Participativo constitui um passo significativo. Particularmente nos dias atuais, em que o momento político é amplamente favorável e as gestões municipais estão nos primeiros meses do quadriênio e precisam adotar práticas inovadoras para fazer frente aos desafios da crise econômica, aos resquícios dos antigos vícios políticos e, principalmente, para atender às demandas da população sob a égide de um novo modelo de governança, que as velhas práticas foram incapazes de atender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações em curso na administração pública, particularmente para tornar mais efetivas as ações do Estado, decorrem da necessidade de se aprimorar os modelos de gestão pública, construindo novas e modernas formas de governança ou a “boa governança” concebida pelo Banco Mundial. No Brasil, os esforços para a constituição de uma gestão mais eficiente conduziram

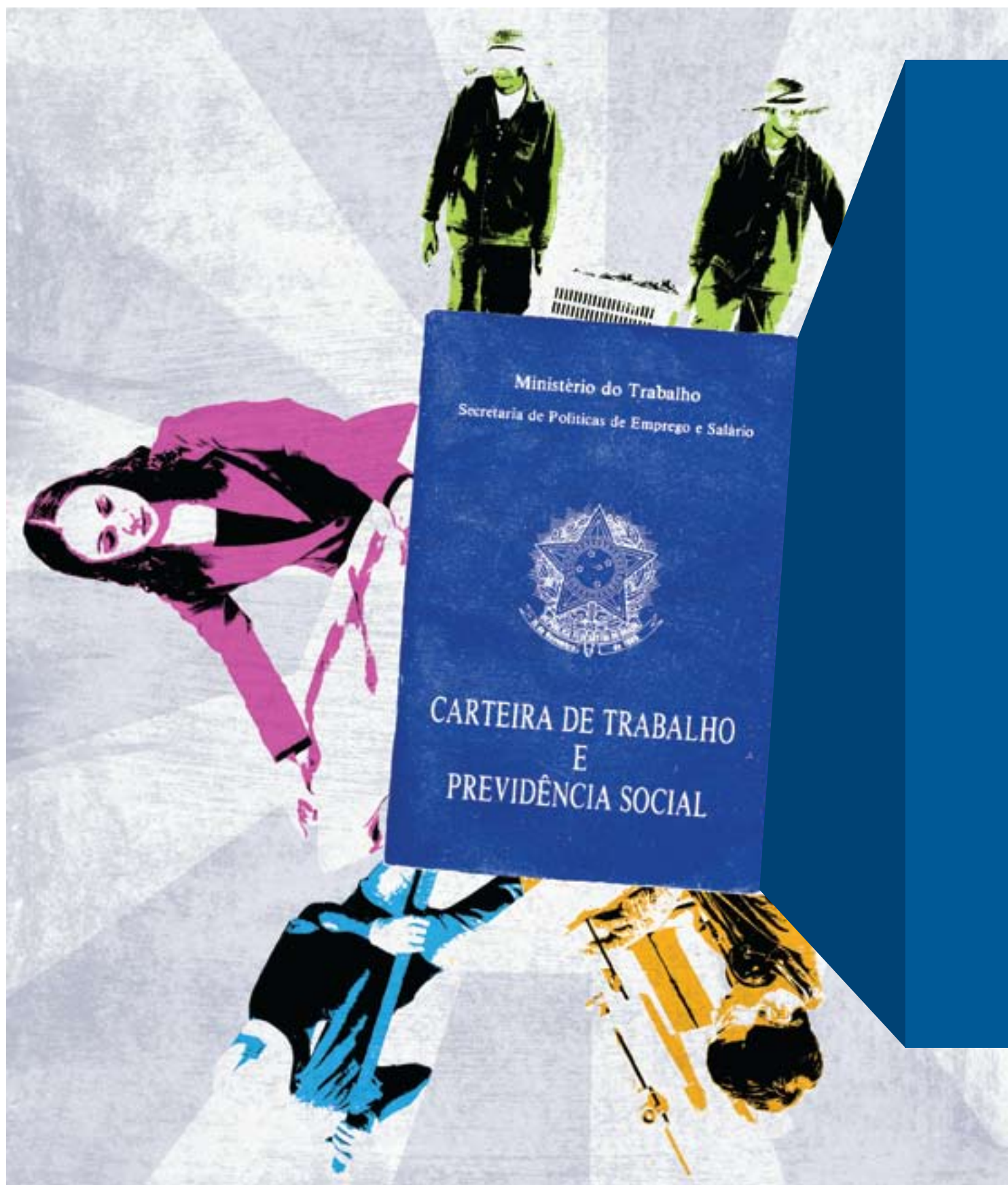
ao aprofundamento dos processos consultivos, particularmente o Orçamento Participativo.

A adoção desses processos implica na incorporação de um conjunto de fatores positivos. Entre eles estão a melhor alocação de recursos e a focalização mais adequada das políticas públicas, a elevação do nível de consciência da sociedade, com o efetivo exercício do controle social. Esse último, por sinal, é um excelente antídoto contra a corrupção, o clientelismo e os acordos espúrios entre os agentes políticos, muito presentes no noticiário atual.

Os municípios baianos vivem um momento particularmente favorável para a adoção do Orçamento Participativo nas gestões que se iniciaram em 2009. Afinal, as práticas autoritárias, personalistas e clientelistas aos poucos caem em desuso, varridas pela necessidade de um Estado mais eficiente. Mas, mais do que da iniciativa isolada de políticos ou das imperiosas mudanças nas formas de gestão, a adoção de processos participativos como o OP depende do engajamento da sociedade para efetivar essas transformações, apesar das dificuldades de articulação e mobilização enfrentadas pelos movimentos sociais na Bahia.

REFERÊNCIAS

- ALFARO, Marco; SOARES, Jorge; COSTA, Eduardo. Orçamento Participativo. *Rádio ONU*, Nova York, 27 dez. 2007. Disponível em: < <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/153489.html> />. Acesso em: 30 mar. 2009
- BAHIA. Governador (2003 – 2006 : Paulo Souto). *O Futuro a gente faz*: Plano Estratégico da Bahia. Salvador: SEPLAN, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <<http://www.redebrasil.inf.br/0cf/00fr.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2007.
- BRASIL. Lei n°. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 20 set. 1990.
- BRASIL. Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br/direduc.html>>. Acesso em: 19 jul. 2007.
- GOES, Everaldo. *Família doa biblioteca de Chico Pinto à Uefs*. Feira de Santana: UEFS, 2009. Disponível em: <<http://www.uefs.br/portal/noticias/2009/familia-doa-biblioteca-de-chico-pinto-a-uefs>>. Acesso em: 24 abr. 2009.
- MILANI, Carlos. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão *versus* política. *Sociologias*, Porto Alegre, n.16, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 abr. 2009.
- OLIVEIRA, Edmilson. *Governança e orçamento participativo: reflexões a partir do caso de Porto Alegre*. 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração da UFBA, Salvador, 2005.
- POMPONET, André. O legado de Chico Pinto. *Tribuna Fênix*, Feira de Santana, p. 03-03, 21 fev. 2008a,
- _____. Envolvimento social na formulação de políticas públicas: o PPA participativo 2008-2011 na Bahia. *Bahia Análise & Dados*: políticas sociais: experiências, avaliações e subsídios, Salvador, v. 18, n. 1, p. 137-145, abr./jun. 2008b.
- SIMAS, Adilson. *Hoje Chico Pinto completaria 79 anos*. Feira de Santana, 16 abr. 2009. Disponível em: <<http://porsimas.blogspot.com/2009/04/hoje-chico-pinto-completaria-79-anos.html>>. Acesso em: 24 abr. 2009.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Estudo*: nove partidos políticos representam 93% da população da Bahia. Salvador, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=331:estudo-nove-partidos-politicos-representam-93-da-populacao-da-bahia&catid=1:latest-news&Itemid=243>. Acesso em: 5 jan. 2009.
- WAMPLER, Briam. *Levantamento das cidades brasileiras que realizaram o orçamento participativo (1989-2004)*. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/239.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2009.



Mercado formal de emprego na RMS e Bahia

Edelcique Machado Serra^A

O presente artigo faz uma breve avaliação do emprego no estado da Bahia, destacando a Região Metropolitana de Salvador (RMS) no período de 2007-2008, bem como apresenta o cenário para o mercado de trabalho formal nos primeiros quatro meses do ano. Esse estudo tem como referência o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O mercado de trabalho baiano sofreu uma retração no número de empregos formais gerados no comparativo 2008/2007. Em 2007, o saldo observado foi de 58.720, enquanto no ano seguinte o número de postos gerados foi de 40.922 vagas.

Em termos de atividade também houve um decréscimo bem acentuado, sendo que serviços de indústria de atividade pública e agricultura apresentaram saldo negativo (Tabela 1).

Tabela 1
Saldo Admissões-Desligamentos por setor de atividade Bahia – 2007/2008

Setores de atividade	2007	2008
Extrativa mineral	640	275
Indústria de transformação	10432	4094
Serviços ind. e de util. pública	207	-18
Construção civil	9499	3892
Comércio	14699	13643
Serviços	19580	19292
Administração pública	1009	709
Agropecuária	2654	-965
Total	58720	40922

Fonte: MTE-Caged – Lei 4923/65.

^A Especialista em Planejamento Operativo pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Isto mostra sem dúvida que a Bahia se mantém num ritmo de crescimento moderado, em termos econômicos. A perda de investimento fixo na Braskem e no setor de metalurgia contribuiu para que o estado registrasse no ano de 2008 resultados insatisfatórios quanto à geração de novas vagas. Enquanto os estados de Pernambuco e Ceará apresentaram um saldo de 52.800 e 41.441, respectivamente, a Bahia acusou um saldo de 40.922 vagas. Atribuem-se como causas para essa disparidade o fato de Pernambuco ser favorecido com a implantação de Porto de Suape e o estado baiano receber poucos recursos da União.

No que tange a RMS, o saldo apresentado em 2007 (30.255) superou o verificado em 2008 (22.035). Observando os setores de atividade, constata-se que a indústria de transformação apresentou uma acentuada queda, pois em 2007 o saldo foi de 3.929, enquanto em 2008 o saldo foi de 909 (Tabela 2).

Tabela 2
Saldo Admissões-Desligamentos por setor de atividade
RMS – 2007/2008

Setores de atividade	2007	2008
Extrativa mineral	-59	420
Indústria de transformação	3929	909
Serviços ind. e de util. pública	314	-24
Construção civil	6173	1873
Comércio	5767	4550
Serviços	13363	13636
Administração pública	834	390
Agropecuária	-66	281
Total	30255	22035

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65.

Apesar de alguns fatores como o crescimento das importações de bens de capital e de bens intermediários contribuírem para ampliar o nível de investimento no país, elevar o nível de atividade da indústria, do comércio varejista e da construção civil, os últimos acontecimentos verificados no cenário mundial no segundo semestre de 2008 determinaram uma alteração no ritmo de crescimento da economia brasileira e baiana. A instauração de uma crise mundial levou o país a restringir o nível de atividade econômica, fato sinalizado pelo saldo de empregos criados no ano de 2008.

A iminência de uma retração na atividade econômica determinou a mudança na política monetária brasileira, tornando-se expansionista. A partir de janeiro de 2009, o Conselho Monetário Nacional passou a realizar cortes na taxa Selic, mudando a trajetória de alta dos juros. Assim, na próxima seção será analisado o comportamento do mercado de trabalho formal na Bahia e na RMS no período de janeiro a abril de 2009, diante da turbulência verificada no cenário econômico.

O MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO ACUMULADO DO ANO

Os dados do Caged revelam que em abril de 2009 foram gerados 3.917 empregos formais na Bahia, resultado da diferença entre o número total de admitidos (50.752 vagas) e desligados (46.835 vagas). Analisando o desempenho apresentado nos quatro primeiros meses do ano, constata-se que o estado baiano acumulou um saldo de 7.919 postos de trabalho, superando os estados de Ceará e Pernambuco. Este último exibiu saldo negativo, sendo justificado pelos efeitos sazonais relacionados à atividade da cana-de-açúcar e por influências da crise internacional (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2009).

No que se refere ao comportamento da RMS, verifica-se que foram criadas no mês de abril 3.065 vagas de emprego. No período correspondente a janeiro-abril de 2009, o saldo foi de 3.510 (Tabela 3).

Quanto à atividade de maior absorção de mão de obra, verifica-se que no mês de abril a construção civil registrou

Tabela 3
Comportamento do mercado de trabalho formal
Bahia/RMS – abr./jan.-abr. 2009

Estados	Bahia		RMS	
	abr. 2009	jan.-abr. 2009	abr. 2009	jan.-abr. 2009
Total de admitidos	50.752	192.416	26.194	96.382
Total de desligados	46.835	184.497	23.129	92.872
Saldo	3.917	7.919	3.065	3.510

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65.

um saldo de 2.565 empregos formais, configurando-se no setor que mais empregou na Bahia, tendo a RMS gerado a maior parte dessas vagas. Essa alavancagem é atribuída aos empreendimentos imobiliários realizados recentemente no estado.

O setor de serviços também apresentou, no estado, maior saldo no mês de abril (1.485 vagas), tendo como destaques o segmento de comércio e administração de imóveis e o segmento de ensino. Por outro lado, a Indústria de transformação registrou o menor saldo do mês (-381 postos de trabalho), ficando aquém do resultado apresentado no mesmo mês dos anos de 2007 e 2008, quando gerou 3.536 e 2.600 empregos formais, respectivamente.

No período compreendido entre janeiro e abril de 2009, os segmentos que apresentaram redução no total de admissões e desligamentos foram o comércio, seguido pela indústria de transformação, extrativa mineral e, em menor intensidade, a administração pública, com decréscimo de 1.836, 1.649, 457, e 47 na geração de postos de trabalho, respectivamente (Tabela 4).

No que se refere ao comportamento da indústria geral (extrativa e de transformação), observa-se que o comprometimento da atividade econômica verificado nos últimos meses do ano de 2008 atingiu intensamente o nível de emprego no setor nos primeiros meses de 2009. A queda na produção desse setor, ocasionada pela crise financeira internacional, restringiu a criação de novas vagas de trabalho.

Nesse aspecto, questiona-se sobre quais as perspectivas para o setor de emprego formal no ano de 2009, diante de um cenário de intensa turbulência. Em janeiro/09, Márcio Pires, consultor empresarial e ex-presidente da SUDIC, já avaliava que a economia baiana poderia ser prejudicada drasticamente com a crise internacional. Defendia a teoria de que é preciso criar condições para atrair empresas, além de reduzir a máquina administrativa e usar a sobra para produção (CRISE..., 2009).

Assim sendo, o mercado de trabalho formal também sentiu os efeitos de uma conjuntura econômica adversa, entretanto ainda não se pode prever se em 2009

Tabela 4
Comportamento do emprego formal por setor de atividade econômica – Bahia – abr. 2009/jan.-abr. 2009

Atividade econômica	Total de admitidos	Total de desligados	Saldo (adm.-deslig.)
Abril de 2009			
Total	50.752	46.835	3.917
Extrativa mineral	146	143	3
Indústria de transformação	5.597	5.978	-381
Serviços ind. e de util. pública	195	420	-225
Construção civil	9.186	6.621	2.565
Comércio	10.803	10.313	490
Serviços	17.492	16.007	1.485
Administração pública	200	110	90
Agropecuária	7.133	7.243	-110
Janeiro a abril de 2009			
Total	192.416	184.497	7.919
Extrativa mineral	474	931	-457
Indústria de transformação	22.964	24.613	-1.649
Serviços ind. e de util. pública	1.186	1.012	174
Construção civil	31.147	26.119	5.028
Comércio	40.988	42.824	-1.836
Serviços	68.813	64.597	4.216
Administração pública	730	777	-47
Agropecuária	26.114	23.624	2.490

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65.

haverá na Bahia e na RMS uma redução no número de empregos gerados na mesma proporção que o período 2008/2007. É preciso aguardar a divulgação dos próximos indicadores econômicos para precisar com maior segurança o comportamento desse mercado no ano de 2009.

REFERÊNCIAS

CADASTRO DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília: MTE, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2009.

CRISE ameaça parque industrial baiano. *Tribuna da Bahia Notícias*, Salvador, 29 jan. 2009. Bahia Economia. Disponível em: <http://www.portaldaacec.com.br/noticias/prg_not_exi.cfm?cod=307>. Acesso em: 15 fev. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia mantém saldo positivo de empregos em abril de 2009*. Salvador: SEI, maio. 2009. Boletim abr. 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2009.

Análise das características dos gestores das micro e pequenas empresas do eixo Itabuna–Ilhéus, na Bahia

Rísia Kaliane Santana de Souza^A

Carlos Henrique Leite Borges^B

As microempresas e as empresas de pequeno porte têm um papel fundamental na vida econômica do país. O volume de renda nacional, a geração de empregos e a criação e implementação de inovações são algumas das contribuições desse segmento empresarial para o desenvolvimento das atividades produtivas no Brasil.

O desempenho das Micro e Pequenas Empresas (MPes), sua capacidade de integração e interação com o mercado dependem dos critérios de sua concepção e da capacidade de gestão dos seus dirigentes. Nesse contexto, a figura do empreendedor aparece como um fator importante tanto no sucesso quanto no

^A Mestranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). adm_risia@hotmail.com

^B Mestrando em Cultura e Turismo, pós-graduado em Economia e Empresas e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); professor do Curso de Administração da Faculdade de Tecnologia e Ciências (Rede FTC), unidade Itabuna (BA); professor de Economia da UESC. chlborges@hotmail.com





As relações de mercado às quais estão expostas as Micro e Pequenas Empresas exigem uma atuação profissional, dinâmica e marcada pela forte presença da competência na gestão dos meios e recursos

fracasso das MPes. Pode-se constatar através da observação no mercado que nem todas as MPes constituídas com suficiência de recursos prosperam; por outro lado, muitas concebidas com insuficiência de recursos conseguem prosperar, portanto, a capacidade de reação às condições de mercado do empresário empreendedor pode ser determinante.

Supõe-se que um empresário desse segmento conheça todas as variáveis internas de sua organização e saiba apreciar a construção de cenários que permitam planejar suas ações e estabelecer os seus critérios de relacionamento com o mercado.

As competências que o empresário tem ou está disposto a aprender, suas atitudes e habilidades, suas crenças e valores e sua percepção do negócio representam fatores-chaves para o desempenho organizacional das MPes. Nesse contexto, percebe-se como imprescindível para a sobrevivência a competência do empresário empreendedor, pois a maioria das MPes não pode dispor de uma administração profissional contratada.

As relações de mercado às quais estão expostas as Micro e Pequenas Empresas exigem uma atuação profissional, dinâmica e marcada pela forte presença da competência na gestão dos meios e recursos.

Analisando que algumas das empresas abertas com muitos recursos não prosperam e que algumas das empresas abertas com pouco ou quase nenhum recurso conseguem obter sucesso e destacar-se no mundo dos

negócios, quais as implicações das características e condição de atuação dos gestores das MPEs? É possível descrever um perfil para o empresário tradicional que atua nas MPEs?

Este artigo tem como objetivo geral analisar as características e elementos do perfil dos empresários responsáveis pelos negócios das Micro e Pequenas Empresas do eixo Itabuna/Ilhéus; e como objetivos específicos: identificar o comportamento do gestor das MPEs levantando os aspectos característicos de sua conduta no âmbito da gestão organizacional, e pesquisar a sucessão empresarial nas MPEs e suas implicações na gestão organizacional.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS GERENCIAIS

Um dos fatores vitais para uma empresa ser eficaz é a qualidade do gerenciamento. Portanto, os gerentes desempenham papéis de fundamental importância dentro de uma organização. Segundo Schermerhorn Jr. e outros (1999, p. 32), “ser gerente é um desafio singular, que envolve responsabilidades distintas”.

Contudo, para haver um gerenciamento eficiente é necessário que o gerente possua competências e habilidades. E não apenas que possua conhecimento da área e da empresa. Pois segundo Schermerhorn Jr. e outros (1999, p. 32) “... uma habilidade consiste em transformar conhecimento em ação, o que resulta no desempenho desejado”.

Ao definir habilidades, Schermerhorn Jr. e outros (1999) apresentam três tipos de habilidades, que podem ser entendidas da seguinte maneira:

- a. Habilidade Técnica: é aquela que advém do conhecimento ou da especialização obtidos na educação ou da experiência, e que são aplicados em um campo específico. Ou seja, esse tipo de técnica consiste na realização de tarefas específicas, através de métodos, processos e procedimentos.
- b. Habilidade Humana: é aquela voltada para a compreensão de outras pessoas e de interação entre elas

O processo gerencial provoca contribuições na produtividade e na lucratividade, por isso o gerenciamento deve ser bem dirigido e coordenado

de forma eficaz, através de um espírito de confiança, entusiasmo e envolvimento genuíno.

- c. Habilidade Conceitual: é aquela capaz de analisar e resolver problemas e oportunidades, coletar e interpretar informações e tomar decisões para solucionar problemas atendendo ao propósito da empresa.

ASPECTOS DISTINTIVOS DO GERENCIAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Todas as organizações, da menor à maior, necessitam de administração e administradores. Na maioria das Micros e Pequenas Empresas (MPEs) são os proprietários que desempenham o papel de proprietário investidor e de administrador, tendo a família como colaboradores. Geralmente, o homem é o gerente geral, a esposa é a responsável pelo escritório e os filhos são os atendentes.

Esses indivíduos são criativos, inovadores, assumem riscos e têm coragem para batalhar sozinhos. Porém, muitas vezes, os fundadores não tem um conhecimento profissional das funções gerenciais. E isso compromete o desenvolvimento e crescimento da empresa.

O processo gerencial provoca contribuições na produtividade e na lucratividade, por isso o gerenciamento deve ser bem dirigido e coordenado. O gerenciamento das MPEs sofre grande tensão entre o gerenciamento profissional e o de empreendedor. Os aspectos distintivos do gerenciamento das MPEs apresentam questões

como as diferenciações de gestão entre os fundadores gerentes e os gerentes profissionais, bem como a questão da sucessão empresarial e suas implicações na gestão organizacional.

Para entender ou explicar essas diferenças entre as características dos empreendedores/fundadores/proprietários e dos gerentes profissionais, Longenecker, Moore e Petty (1997, p. 135) fazem uma análise dos pontos de motivação e orientação emocional e da orientação analítica, dividindo da seguinte maneira:

- a. Motivação e Orientação Emocional – Empreendedores/fundadores/proprietários: orientados na direção da construção do negócio; orientados para a realização; preocupados com a própria imagem; necessitam de grande autonomia; lealdade com a própria empresa; dispostos e capazes de assumir riscos moderados com a própria autoridade.
- b. Motivação e Orientação Emocional – Gerentes profissionais: orientados para a consolidação e sobrevivência do negócio; orientados para o poder e a influência; preocupados com a imagem da empresa; interesse voltado para desenvolvimento da organização e dos subordinados; lealdade com a profissão; capazes de assumir riscos, porém com cuidado e com apoio.
- c. Orientação Analítica – Empreendedores/fundadores/proprietários: confiam nas próprias intuições;

horizonte de tempo de longo prazo; holísticos; capazes de ver o quadro como um todo.

- d. Orientação Analítica – Gerentes profissionais: analíticos; horizonte de tempo de curto prazo; específicos; capazes de ver detalhes e suas consequências.

Outro aspecto distintivo do gerenciamento das MPEs é o processo de sucessão nas empresas familiares. A transferência do poder do pai para o filho na maioria das vezes é um processo difícil e frustrante em razão de alguns fatores tais como a incompatibilidade dos interesses do pai e do filho, culturas de negócios diferentes, talentos disponíveis da família e a transferência de propriedade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a classificação do tipo de pesquisa, tomou-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (2006), que a considera em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, foi escolhida a pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque, embora as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) sejam alvo de pesquisa em diversas áreas de investigação, não se verificou a existência de estudos que abordem o perfil empresarial dos seus gestores na forma que a presente pesquisa tenta abordar. Descritiva porque possibilitou a descrição das características, elementos e práticas realizadas no exercício das funções que desenvolvem. Quanto aos meios, optou-se por pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa de campo coletou dados primários no ano de 2008 a partir da aplicação de formulários que levantaram as seguintes informações: sexo, faixa etária, nível de escolaridade, tempo de experiência no ramo, vínculo quanto à condição de gerente, periodicidade em participação de cursos e treinamentos, renda mensal e práticas administrativas. Os dados secundários foram extraídos através de livros, artigos e sites da internet.

Para efeito do trabalho, optou-se como área de estudo o mercado disponibilizado pelas cidades de Itabuna e Ilhéus, no estado Bahia, no âmbito das empresas estabelecidas e

A transferência do poder do pai para o filho na maioria das vezes é um processo difícil e frustrante em razão de alguns fatores tais como a incompatibilidade dos interesses do pai e do filho [...]

classificadas como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Essas duas cidades estão localizadas na microrregião cacauífera, no sul do estado. O cenário político, econômico e social dessa região está fortemente ligado à cultura do cacau. Porém, a cultura do cacau foi atacada pela doença vassoura-de-bruxa, que atingiu consideravelmente a produção. E desde então, a sociedade teve que procurar alternativas econômicas para sustentar a região.

A população deste estudo constituiu-se do conjunto dos empresários responsáveis pelas MPEs estabelecidas no comércio e no serviço das cidades de Itabuna e Ilhéus. A amostra foi definida pelo método de acessibilidade, sendo composta por 120 pequenos e médios empresários do comércio e do serviço da área definida anteriormente. Vale ressaltar que os estabelecimentos pesquisados atuam nos segmentos de confecção, papelaria, mercado, ótica, autopeças e farmácia. Os segmentos de atividades do ramo de serviço pesquisados foram: restaurantes, cursos de idiomas, música, informática, *lan house*, salão de beleza e serviço de assessoria a empresas.

Os dados foram tratados quantitativamente por associação de variáveis e observação de frequências de ocorrências nas indicações da amostra consultada para possibilitar conclusões sobre o objeto pesquisado.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Este capítulo aborda o tratamento e a análise dos dados obtidos no trabalho de campo e tem por finalidade fazer inferências com base no tratamento e organização dos mesmos. No trabalho de campo foi coletado um total de 120 formulários devidamente preenchidos, os quais foram utilizados para análise e discussão dos dados. A análise foi feita seguindo a estrutura do formulário, onde são apresentados os dados de identificação da empresa, seguidos dos dados do principal dirigente e dos dados sobre as práticas administrativas.

A distribuição dos dados coletados nas MPEs revelou que, dentre os respondentes da pesquisa, 73,33% estão classificados como Microempresa e 26,67% como Empresa de Pequeno Porte. Essa constatação é característica da representação do conjunto das empresas brasileiras, onde

a maioria absoluta é classificada como Micro e Pequena Empresa. Notou-se que entre as empresas classificadas como Microempresa, 60,23% das unidades atuam no ramo de comércio e 39,77% no ramo de serviços. Quanto às Empresas de Pequeno Porte pesquisadas, constatou-se que 68,75% dessas empresas atuam no ramo do comércio e 31,25% no ramo de serviços.

Quanto à sucessão, a pesquisa revelou que 34,17% das empresas identificadas não tem planos de sucessão e 40% pretendem dar continuidade aos negócios da família com o plano de sucessão, o que constitui uma proposição de sucessão informal. A quantidade de profissionais, para a área de gestão, contratados pode ser considerada baixa, chegando a um percentual de 21,67%. O Gráfico 1 expõe a percepção de que a maioria das empresas classificadas como MPEs é de origem familiar e tem a sua administração praticada por seus proprietários/fundadores. As observações quanto à gestão e sucessão feitas a partir da pesquisa ilustram um grande problema das MPEs: as dificuldades de sucessão condenam muitas empresas ao desaparecimento entre a primeira e a segunda geração. A ausência de disposição para constituir uma gestão profissional contratada ou adotar procedimentos que permitam a capacitação para gestão familiar com características profissionais pode inibir as possibilidades de avanço entre gerações.



Gráfico 1
Administração das MPEs de Itabuna e Ilhéus,
segundo os dirigentes de investimentos realizados

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Os dados revelaram ainda que o conhecimento prévio do ramo de atividade (45%) pode ser considerado pelos dirigentes das MPEs como o principal fator para a abertura das empresas. O segundo motivo apontado foi a oportunidade de negócios (30%), seguido da falta de oportunidade de trabalho (12,5%), realização profissional (10%) e por fim a disponibilidade de capital (2,5%).

Através dos dados coletados foi possível observar que a maioria dos gestores/dirigentes participantes da pesquisa era do sexo masculino. Porém, essa constatação vem sofrendo alterações quando comparada com o percentual da participação das mulheres na gerência e na abertura de novos empreendimentos. Cabe ainda mencionar que a evolução da participação feminina no mercado de trabalho se destacou primeiramente pela complementação de renda, e começou a ganhar espaço com o aumento do nível de escolaridade, queda da taxa de fecundidade e principalmente pelas habilidades peculiares. A participação das mulheres na gestão pode representar uma tendência que deverá ser considerada para qualquer análise das MPEs.

Em relação ao nível de escolaridade, é relativamente elevado o número de dirigentes com o segundo grau completo, conforme aponta a pesquisa realizada. Pode-se verificar no Gráfico 2 que o número de pessoas com nível superior completo é muito baixo, apresentando um percentual de 8,33%, embora possa haver muitas outras formas de qualificação como programas de capacitação para empresários e cursos de extensão voltados a esse segmento.

Quanto ao tempo de experiência, verificou-se que 55% dos dirigentes pesquisados possuem mais de dez anos de experiência na área, e o percentual de dirigentes com experiência entre um e cinco anos não chegou a 35% dos pesquisados. O alto índice de tempo de experiência prévia no ramo pode ter relação com o alto índice de motivação para abertura do negócio, apontado como o conhecimento do ramo de atividade.

O Gráfico 3 expõe a questão da gestão realizada pelos proprietários/fundadores, em que estes representam 58,33% da amostra. Outro ponto a ser destacado com base na pesquisa refere-se ao percentual de 12,50% em

relação à gestão realizada por sucessores familiares, enquanto 29,17% das MPEs entrevistadas possuem profissionais contratados.

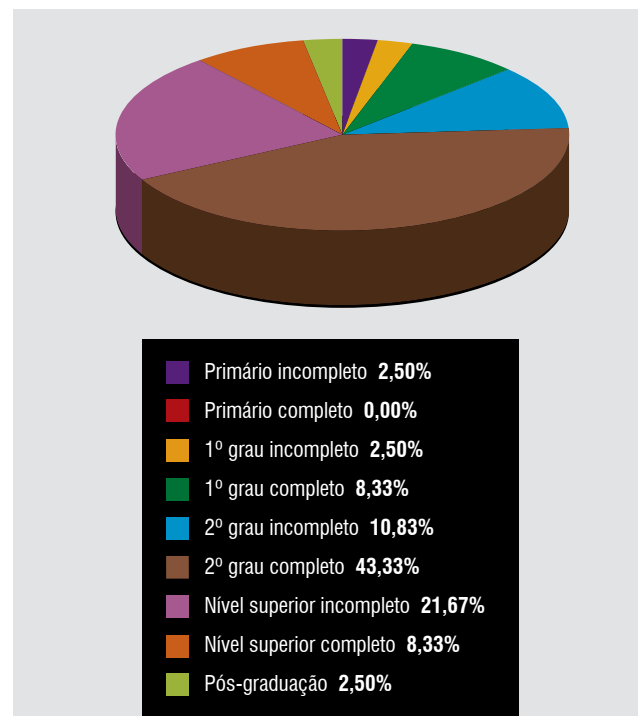


Gráfico 2
Nível de escolaridade dos gestores das MPEs de Itabuna e Ilhéus – Bahia

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.



Gráfico 3
Vínculo quanto à condição do gerente/administrador das MPEs

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

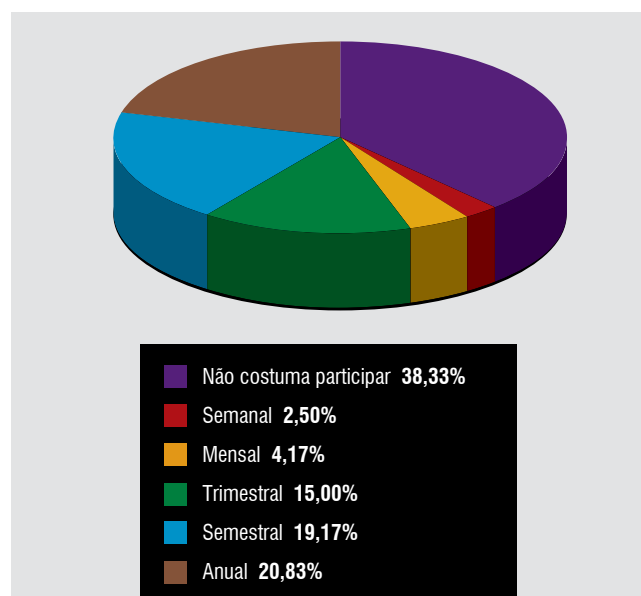


Gráfico 4
Demonstração da periodicidade em participação de cursos e treinamentos dos gerentes/administradores das MPEs de Itabuna e Ilhéus – Bahia

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Com relação à periodicidade de participação em cursos e treinamentos, O Gráfico 4 mostra, através da pesquisa feita, que 38,33% da amostra dos dirigentes das MPEs não participam destas atividades. Os que costumam participar semestral e anualmente correspondem a 19,17% e 20,83%, respectivamente.

Quanto à questão da prática de tomada de decisões, observou-se que 35,83% dos dirigentes das MPEs pesquisadas tomam as decisões administrativas de forma individual, 36,67% partilham parcialmente com os seus colaboradores as tomadas de decisões, enquanto 27,50% tomam as decisões de forma plenamente participativa.

O aspecto análise da concorrência, apresentado no Gráfico 5, revelou que mais de 50% das MPEs participantes da pesquisa costumam fazer análise da concorrência e apenas 1,67% se sente prejudicada por não realizar essa análise. A análise da concorrência no atual cenário competitivo é de fundamental importância para todo e qualquer tipo de empresa. Ela permite à empresa posicionar-se estrategicamente tanto de forma ofensiva, para inibir as ameaças, quanto de forma defensiva, para se defender dos ataques das empresas concorrentes.

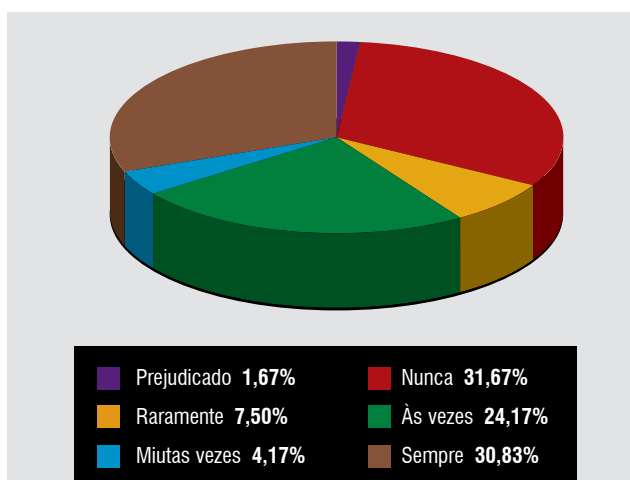


Gráfico 5
Análise da concorrência de Itabuna e Ilhéus – Bahia

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Com referência ao treinamento e capacitação oferecidos pelas MPEs em estudo aos seus funcionários, 36,67% dessas empresas responderam que não possuem essa prática administrativa, enquanto 30,83% responderam que sempre proporcionam novas aprendizagens aos seus funcionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o intuito de analisar as características e elementos do perfil médio dos empresários responsáveis pelos negócios das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), no âmbito da atuação empresarial.

Após o tratamento dos dados da pesquisa, obteve-se o levantamento do perfil médio dos empresários responsáveis pelos negócios das MPEs e a análise das principais características e elementos que determinam sua conduta no âmbito da gestão organizacional.

A pesquisa demonstrou também que a maior parte dos gestores consultados é do sexo masculino, com idade entre 36 e 50 anos, e 43,33% possuem 2º grau completo e percebem mensalmente entre um e três salários mínimos. Identificou-se ainda que a maioria dos gestores tem acima de dez anos de experiência prévia na área em que se encontram atuando, o que permitiu inferir que há

uma propensão natural dos indivíduos que acumulam experiências em uma atividade específica a tornarem-se micro ou pequenos empresários.

Os dados coletados expõem que apenas 12,50% dos dirigentes/empresários que estão atuando nesses segmentos são indivíduos que sucederam à geração de seus pais. E apesar de 40% dos respondentes afirmarem que a gestão empresarial de suas empresas é familiar, com planos de sucessão, não se pode afirmar que as mesmas possuam procedimentos de capacitação para uma gestão familiar com características profissionais.

Em relação à participação em cursos e treinamentos, 38,33% dos gestores analisados responderam que não costumam participar e apenas 20,83% responderam que participam de cursos e treinamentos anualmente, o que permite inferir que a capacitação para gestão e execução das atividades típicas encontra-se prejudicada pela ausência de maiores esforços para qualificação, o que pode levar a empresa a uma condição de fragilidade no mercado, baixa competitividade, estagnação tecnológica e de gestão, condenando-a a uma presença suburbana ou extinção do cenário empresarial.

Ao analisar os dados referentes à forma de tomada de decisão, notou-se que não houve destaque para nenhuma das variáveis disponibilizadas. O percentual de gestores que compartilham plenamente as decisões a serem tomadas foi de 36,67%, enquanto 35,83% responderam que tomam as decisões individualmente.

Sintetizando o perfil dos gestores das MPEs participantes desta pesquisa, pode-se apontar alguns aspectos das características e elementos dos dirigentes dessas empresas, dentre eles: baixo nível de escolaridade, baixa renda mensal, baixa participação em cursos e treinamentos e práticas administrativas nem sempre condizentes com a realidade e necessidade das empresas no cenário que estão inseridas.

Em relação às práticas administrativas realizadas nas MPEs, faz-se necessário que os empresários dos micro e pequenos negócios busquem maior capacitação

gerencial, disponibilizando mais tempo para a preparação dos processos e métodos do empreendimento, tendo em vista o sucesso empresarial.

Finalmente, este trabalho abre possibilidades para novos estudos que comparem o perfil dos dirigentes das MPEs com os fatores de sobrevivência e mortalidade deste segmento, contribuindo para a expansão das pesquisas deste segmento e, possivelmente, para a construção de programas para o fortalecimento dessas empresas.

REFERÊNCIAS

ANGELO, E. B. *Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença*. Rio de Janeiro: Campos, 2003.

CARAVANTES, G. R. *Teoria geral da administração: pensando & fazendo*. 6. ed. esp. Porto Alegre: AGE/UDESC, 1999.

DE MORI, F. et al. *Empreender: identificando, avaliando e planejando um novo negócio*. Florianópolis: Escola de Novos Empreendedores da UFSC, 1998.

HOFFMAN, K. D.; BATESON, J. E. G. *Princípios de marketing de serviços: conceitos, estratégias e casos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2003.

IBGE. *Pesquisa de informações básicas*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/default.shtm>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. *Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial*. São Paulo: Makron Books, 1997.

MAXIMIANO, A. C. A. *Introdução à administração*. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

QUINN, R. E. et al. *Competências gerenciais: princípios e aplicações*. Tradução Cristiana de Assis Sena. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SCHERMERHORN JR., J. R. et al. *Fundamentos de comportamento organizacional*. Tradução Sara Rivka Gedanke. Porto Alegre: Bookman, 1999.

TACHIZAWA, T.; FARIA, M. S. *Criação de novos negócios: gestão de micro e pequenas empresas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

A construção do sistema de inovação do estado da Bahia: uma análise dos recursos de ciência e tecnologia empregados

Nícia Moreira da Silva Santos^A
Gilca Garcia de Oliveira^B



Atualmente, existe consenso quanto à relevância do papel da capacitação tecnológica e científica para o desenvolvimento econômico dos países. A inovação e o conhecimento vêm se constituindo como principais fatores determinantes da competitividade das nações, ao criarem subsídios para ganhos de produtividade das firmas, ampliação de mercados e elevação de lucros.

A crescente competição internacional e a necessidade de introduzir, eficientemente, avanços das tecnologias de informação e comunicação nos processos produtivos, têm motivado as empresas a centrar suas estratégias no desenvolvimento de capacidade inovativa. Tal capacitação é vista como essencial até para permitir às firmas a participação nos fluxos de informação e de conhecimentos que marcam o presente estágio do capitalismo mundial (CASSIOLATO; LASTRES, 2000).

^A Mestranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia (CME-UFBA); graduada bacharel em Ciências Econômicas pela UFBA; pesquisadora do Projeto GeografAR da UFBA. niciasantos@hotmail.com

^B Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); graduada em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Lavras (UFLA); professora do Curso de Mestrado em Economia (CME-UFBA). ggo@ufba.br



Essa mudança no paradigma produtivo mundial, no qual a difusão das tecnologias e a globalização dos mercados acabaram por valorizar os sistemas de ciência e tecnologia, trouxe uma significativa modificação no panorama brasileiro. Isto ocorreu uma vez que este, fundado a partir de uma lógica autárquica, centrado numa matriz industrial integrada e caracterizado pelo uso de tecnologias banalizadas, teve que desenvolver rapidamente um aparato de ciência, tecnologia e inovação para sobreviver neste novo contexto do mercado global.

O sistema nacional de inovação é entendido como uma construção institucional, produto de ações planejadas e conscientes, e de um somatório de decisões não planejadas e desarticuladas, que motivam o progresso tecnológico em economias capitalistas complexas. Este sistema encerra um conjunto articulado de políticas, instituições, organizações e indivíduos, conectando o conhecimento à matriz produtiva, exercendo, desta forma, um papel substancial na capacitação tecnológica das empresas.

O caráter imaturo do sistema de inovação brasileiro é destacado, sendo consequência principalmente do modelo de substituição de importações empregado no país, a partir da década de 1930. Ao desmotivar a construção de uma base científico-tecnológica, através da importação ou aquisição de tecnologia internacional, contribuiu para a perda da competitividade nacional observada atualmente. E foi definitivo para a formação de um sistema baseado na elevada dependência tecnológica do país, com baixos níveis de gastos em ciência e tecnologia, na predominância dos investimentos públicos para o setor, e reduzidos dispêndios privados em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Ressalta-se a dinâmica concentradora e desigual na distribuição dos recursos de C&T, na qual as assimetrias existentes na base técnico-científica nacional favorecem o desenvolvimento de atividades mais complexas nas regiões mais ricas do país. Compreende-se que o caráter continental e federativo do país exige uma análise das diferenças regionais, no que tange ao setor de ciência e tecnologia. Neste sentido, destaca-se o papel da construção de sistemas de inovação regionais, estaduais e locais no país, de forma a desenvolver, entre outros, uma base educacional local mais eficiente, com uma infraestrutura

[...] o caráter continental e federativo do país exige uma análise das diferenças regionais, no que tange ao setor de ciência e tecnologia

de apoio técnico (laboratórios, prestação de serviços, dentre outros) e de comunicação que dê subsídios para o desenvolvimento econômico local.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar o Sistema de Inovação do Estado da Bahia, e apresentá-lo como um conjunto integrado de ações governamentais e privadas em prol do desenvolvimento das áreas de ciência e tecnologia do estado da Bahia. Assim, é mostrado o esforço empreendido nos últimos anos para a formação, fortalecimento e consolidação do Sistema Estadual de Inovação.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SISTEMA BRASILEIRO DE INOVAÇÃO

As atividades de ciência e tecnologia envolvem, entre outros elementos, a pesquisa básica, o financiamento às atividades em C&T, as aplicações de C&T, os serviços científicos e tecnológicos, a formação de pesquisadores e quadros técnicos, a gestão tecnológica, a informação e a transferência de tecnologia. O caráter sistêmico da inovação é evidente, já que compreende o estudo das relações de interdependência entre os vários agentes, fatores intervenientes e suas interações.

Os primeiros esforços para a construção da infraestrutura de ciência e tecnologia no Brasil ocorreram durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. Tais iniciativas estavam associadas às estratégias de desenvolvimento nacional, quando foram criados diversos órgãos com o intuito de apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

O esforço organizado de pesquisa iniciou-se em 1951, com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) [...]

O esforço organizado de pesquisa iniciou-se em 1951, com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior¹ (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico² (CNPq), ambos destinados à formação de recursos humanos altamente qualificados para a expansão das universidades e geração de pesquisa científica. Na época tinha-se a percepção de que a pesquisa acadêmica geraria conhecimentos que naturalmente se transformariam em inovações tecnológicas, através de um modelo linear de pesquisa ou inovação. Havia um conceito implícito de que sem geração própria de ciência não seria possível dominar a tecnologia e produzir inovações (NICOLSKY, 2001).

Some-se a tais empenhos o estabelecimento de instrumentos financeiros para promover atividades relacionadas ao desenvolvimento, produção e comercialização de produtos de caráter tecnológico, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – (1952), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – (1967) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(FNDCT) – (1969). Além da concepção do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) – (1954), Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes) – (1966), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) – (1970), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – (1972) e Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro) – (1973), completando o circuito da geração de infraestrutura legal e laboratorial, com a finalidade de criar um aparato institucional diversificado, voltado para o atendimento das demandas do setor.

Concomitantemente à geração da infraestrutura de ciência e tecnologia, o país assistia ao crescimento constante de sua economia, principalmente a partir do processo de substituição de importações, com a crescente importação ou aquisição de tecnologia internacional. Este modelo prejudicou posteriormente a competitividade nacional ao desmotivar a produção tecnológica e a inovação no país.

Acrescenta-se que durante o período de substituição de importações, a maior parte das tecnologias adquiridas era relativamente madura. Considerava-se que a maior parte da capacitação necessária para usar e operar as tecnologias de produto e processo podia ser adquirida de maneira simples, via treinamento em rotinas básicas. Por outro lado, não se requeria ou estimulava, de forma efetiva, a acumulação da capacitação necessária para gerar novas tecnologias, sendo tais requisitos ainda mais limitados em setores onde a proteção isolava as empresas dos efeitos das mudanças geradas na economia internacional (CASSIOLATO; LASTRES, 2000).

[...] a maior parte da capacitação necessária para usar e operar as tecnologias de produto e processo podia ser adquirida de maneira simples, via treinamento em rotinas básicas

¹ A Capes visa a melhoria da pós-graduação brasileira, através de avaliação, divulgação, formação de recursos e promoção da cooperação científica internacional.

² O CNPq mantém diversos programas de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, que visam, primordialmente, garantir a formação e o desenvolvimento de grupos de pesquisas nacionais, capacitados para gerar produção científica e acadêmica, com enfoque na ciência básica, de nível internacional, bem como fortalecer a competitividade das empresas instaladas no país.

Assim, o referido modelo contribuiu para a formação de um sistema nacional de inovação baseado na importação tecnológica, com níveis reduzidos de gastos em ciência e tecnologia e pesquisa e desenvolvimento (P&D), e na predominância dos investimentos públicos para estes setores.

Some-se que os recursos destinados à P&D pelo setor privado no Brasil são, historicamente, baixos. Nesta perspectiva, Áurea e Galvão (1999) destacam a relação tênue e de pouca densidade das empresas instaladas no país com a variável tecnológica, mesmo no polo desenvolvido da economia nacional. Para os autores, as empresas não dispensaram esforços mais consistentes no que tange à capacitação tecnológica, utilizando em larga medida o recurso da importação de tecnologia.

Apesar do sistema brasileiro de inovação apresentar grande complexidade atualmente, dada sua extensão e malha de articulações interinstitucionais, é consenso que ele ainda não obteve uma densidade satisfatória para tornar-se um sistema nacional de inovações. Fatores como a tênue articulação com o setor produtivo e a reduzida infraestrutura tecnológica contribuem para a não caracterização como sistema nacional de inovação.

Mesmo com a presença de elementos de infraestrutura científica e de alguma capacidade tecnológica no setor produtivo, o caráter incompleto do sistema de inovação torna-se evidente diante dos fatos explicitados acima. A imaturidade do sistema de inovação brasileiro pode ser observada também por uma comparação das estatísticas de C&T.

[...] sistema brasileiro de inovação [...] ainda não obteve uma densidade satisfatória para tornar-se um sistema nacional de inovações

Analisando o número de pedidos de patentes³ de invenção à *United States Patent and Trade Market Office (USPTO)* em 2004, tem-se que o Brasil obteve um desempenho pouco satisfatório frente a outros países, com apenas 287 pedidos. O resultado inexpressivo não se deu apenas em relação aos países desenvolvidos, como EUA (189.536), Japão (64.812) e Alemanha (19.824), mas também no que tange às demais nações do BRIC⁴, a exemplo da China (1.655) e Rússia (382). Ressalta-se o esforço realizado pela China, Coreia do Sul e Singapura, com enorme variação de pedidos de patentes de invenção entre 1980 e 2004, sendo de 1.486%, 2.248% e 500%, respectivamente.

Os indicadores para a pesquisa científica apontam uma evolução significativa. Houve um crescimento acentuado na participação relativa do país no número de artigos científicos brasileiros indexados no *Institute for Scientific Information (ISI)*. Este número ascendeu aproximadamente nove vezes entre 1981 e 2006, passando de 1.884 para 16.872 artigos (MCT, 2007).

Em relação aos investimentos, tem-se que o Brasil investe somente cerca de 1% do seu PIB em atividades relacionadas à P&D, enquanto países avançados e com industrialização recente, a exemplo da Coreia do Sul, alocam recursos entre 2% e 3% para o setor.

Como consequência do caráter imaturo do sistema de inovação brasileiro, tem-se a alta dependência tecnológica do país, que pode ser identificada, principalmente, pelos enormes dispêndios com transferências tecnológicas e compra de *softwares* (programas computacionais), com elevada elasticidade em relação ao crescimento do PIB.

Além disso, as grandes desigualdades regionais socioeconômicas existentes no território brasileiro ocorrem também em relação à distribuição dos recursos científicos

³ Patente representa uma concessão, conferida pelo Estado, e que garante ao seu titular a propriedade de explorar comercialmente a sua criação. Tem-se como premissa, portanto, que quem a registra tem a intenção de utilizar esse conhecimento para alguma aplicação prática. Logo, o número de patentes é uma aproximação comumente utilizada para indicar o nível de inovação de uma empresa ou país.

⁴ A expressão BRIC foi criada pelo Goldman Sachs para designar países em desenvolvimento com alto potencial de crescimento. Representa as iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China. Este termo ficou conhecido no mundo representando oportunidades de negócios. Desses países, somente o Brasil não tem apresentado um desempenho econômico compatível.

[..] a heterogeneidade na distribuição dos recursos aplicados em C&T é um dos aspectos mais marcantes do sistema brasileiro de inovação. Os indicadores científicos e tecnológicos existentes revelam um grande desequilíbrio entre as regiões

e tecnológicos. Assim, a heterogeneidade na distribuição dos recursos aplicados em C&T é um dos aspectos mais marcantes do sistema brasileiro de inovação. Os indicadores científicos e tecnológicos existentes revelam um grande desequilíbrio entre as regiões. Tais assimetrias podem ser verificadas através da observação de indicadores científicos e tecnológicos.

Analisa-se, inicialmente, como exemplo básico, o volume dos dispêndios dos governos estaduais em C&T, haja vista que tais gastos são fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas de inovação regional, estadual e local. Verifica-se que a maior parte destes recursos vem sendo concentrada na região Sudeste, respondendo por 55,4% (R\$1.248.233 mil) do volume empregado pelos estados em 2006.

Para os investimentos federais em pesquisa e desenvolvimento das instituições de ensino superior, a mesma tendência concentradora pode ser observada. Somente as regiões Sudeste e Sul absorveram aproximadamente 71% dos recursos investidos em 2005. Destaca-se o fato do Sudeste alocar o maior número de instituições federais de ensino superior (42), frente ao Nordeste (26), Sul (14), Norte (13) e Centro-Oeste (10).

Ainda em relação à pesquisa básica, a distribuição dos pesquisadores cadastrados no CNPq, em 2006, desfavorece as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que

juntas alocam apenas 29% do número de pesquisadores beneficiados com bolsas de fomento à pesquisa, enquanto o Sudeste concentra aproximadamente 50% destas (BRASIL, 2007).

A mesma dinâmica de desequilíbrios regionais e concentração dos recursos de C&T apresentada na pesquisa básica pode ser observada no setor empresarial. A Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) mostra o predomínio da região Sudeste na realização de todas as atividades inovativas das firmas brasileiras em 2005, quais sejam: atividades internas de P&D (81,2%); aquisição externa de P&D (82,2%); aquisição de outros conhecimentos externos (77,4%); treinamento (73,1%); projeto industrial e outras preparações técnicas (76,3%), (IBGE, 2007).

SISTEMA DE INOVAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA: MAPEAMENTO DOS RECURSOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EMPREGADOS

Na Bahia, os esforços recentes para institucionalizar o setor de ciência e tecnologia foram a partir da criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), em 2001. Esta agência de fomento está voltada para o desenvolvimento das atividades científicas, tecnológicas e empresariais de ensino, pesquisa, extensão e inovação em todas as áreas do conhecimento.

Na Bahia, os esforços recentes para institucionalizar o setor de ciência e tecnologia foram a partir da criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), em 2001

Em 2003, criou-se a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) através do reconhecimento do importante papel do poder público para a dinâmica das ações de C&T. Foi concebido, em 2004, o Conselho de Ciência e Tecnologia (Concitech), com o intuito de articular as ações de C&T, conectando os diversos níveis do governo estadual ao setor produtivo e às instituições de pesquisa e ensino. Soma-se a isto a criação da Política de CT&I do Estado da Bahia, em 2004.

As atividades de C&T são coordenadas pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a participação efetiva da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. A Secti desenvolve diversos projetos de incentivo às ações de CT&I, dentre eles destacam-se:

- i. Tecnovia, ou a implantação do Parque Tecnológico de Salvador: constitui um consórcio de pesquisas universitárias, incubadoras e empresas de base tecnológica. Constitui-se num centro de convergência do sistema estadual de inovação na Bahia, nas esferas pública, acadêmica e empresarial.
- ii. Polos Regionais de Tecnologia da Informação: os polos reúnem empresas de Tecnologia da Informação (TI), centros de pesquisa e instituições de fomento numa articulação com foco no desenvolvimento do setor no interior do estado. Atualmente, estes polos localizam-se apenas nos municípios de Vitória da Conquista, Feira de Santana, Jequié e Ilhéus.
- iii. Bahia Inovação: tem como objetivo promover o desenvolvimento da inovação e do empreendedorismo, notadamente para motivar “a cooperação entre as empresas, as instituições de ensino superior, os centros de pesquisa, organizações não governamentais e o governo”. Este projeto agrega dentre seus principais eixos específicos a Rede de Empreendedorismo, a Rede de Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica da Bahia.
- iv. Rede Baiana de Arranjos Produtivos Locais: visa a melhorar a competitividade de segmentos econômicos do estado da Bahia, a exemplo de sisal, cacau e rochas ornamentais.

Em relação à Fapesb, suas modalidades regulares de apoio incluem o financiamento de projetos de pesquisa, participação dos pesquisadores em reuniões científicas, organização de eventos para a publicação de trabalhos científicos e/ou tecnológicos, publicações especializadas e bolsas para a elaboração de teses e dissertações. Infere-se, desta maneira, que o fortalecimento da base científica está entre os principais objetivos da instituição.

O programa de bolsas da Fapesb atende desde estudantes do ensino médio de escolas públicas até pós-doutores, com o intuito de estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa em Instituições de Ensino Superior e/ou Centros de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica e em empresas no estado. Além destes instrumentos de apoio regular, a Fapesb possui outras ações, como programas específicos conectados aos projetos estratégicos da Secti.

Além da Secti e da Fapesb, o estado possui ainda importantes instituições de pesquisa públicas (federais e estaduais) que desenvolvem atividades ligadas aos setores de CT&I, são elas: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dentre outros. Já dentre as instituições de pesquisa privada, tem-se: o Centro de Tecnologia Industrial

O programa de bolsas da Fapesb atende desde estudantes do ensino médio de escolas públicas até pós-doutores, com o intuito de estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa [...]

Pedro Ribeiro (Cetind), Companhia de Promoção Agrícola (CPA), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O Estado possui, ainda, a presença de uma gama significativa de agências de fomento, dentre as quais a Fapesb, o Banco do Nordeste, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Fundação de Administração e Pesquisa Econômico-Social (Fapes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex/UFBA).

No que diz respeito aos serviços tecnológicos, que incluem as chamadas tecnologias industriais básicas, as principais instituições fornecedoras destes serviços no estado são:

- Ifet-BA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, que além da formação de tecnólogos atua como Instituição de Ensino Superior, com contribuição relevante nas áreas de formação e treinamento de mão de obra especializada;
- Ceped – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, que é uma instituição pública orientada para pesquisa tecnológica, contando com laboratórios bem equipados e atuando em várias searas dos serviços tecnológicos. Abriga a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (Incubatec);
- Cetind – Centro de Tecnologia Industrial Pedro Ribeiro, uma entidade subordinada ao SENAI-BA, oferecendo serviços de consultoria às micro e pequenas empresas, pesquisa aplicada, ensaios, capacitação e informação tecnológica para diversos ramos industriais;
- Cetrel – Empresa de Proteção Ambiental, uma instituição privada, especializada em engenharia ambiental e capacitação que presta serviços tecnológicos nesta área, incluindo gestão, diagnóstico e auditoria, licenciamento e monitoramento;
- Cimatec – Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia, órgão ligado ao SENAI que oferece suporte à

O Estado possui [...] a presença de uma gama significativa de agências de fomento, dentre as quais a Fapesb, o Banco do Nordeste, a Capes, [...] a FAPES, [...] o CNPq [...] e a Fapex/UFBA

formação de mão de obra qualificada em processos industriais automatizados e fornecendo serviços tecnológicos em áreas como mecatrônica e metal-mecânica;

- Ibametro – Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade, vinculado à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia e órgão delegado do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

O incentivo à expansão e diversificação da oferta destes serviços se tornou prioridade para a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Dentre as iniciativas de estímulo a estes serviços, destacam-se a Rede de Tecnologia da Bahia (Retec), liderada pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que visa integração entre a oferta e a demanda tecnológica, beneficiando, sobretudo, as pequenas e médias empresas; e a Rede Baiana de Metrologia (RBME), cujo objetivo é elevar e qualificar a oferta de serviços de calibração e ensaios.

No que tange às ações de ensino e pesquisa básica, verifica-se que a Bahia possui 119 instituições de ensino superior. A maior parte são instituições privadas (111), enquanto apenas oito são públicas, sendo quatro federais (Universidade Federal da Bahia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Universidade Federal do Vale do São Francisco, com campi em Juazeiro-BA e em Petrolina-PE) e quatro estaduais (Universidade Estadual

da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia).

Nessa perspectiva, pode-se observar o reduzido número de instituições públicas de ensino superior na Bahia, principalmente levando-se em consideração que é o quarto estado mais populoso do país. Minas Gerais, por exemplo, detém 32 instituições públicas de ensino superior, sendo 24 federais, quatro estaduais e quatro municipais. Este fato comprova a distribuição desigual dos recursos de CT&I entre as regiões e estados brasileiros. Contudo, as universidades estaduais baianas têm o mérito de serem descentralizadas, alcançando espacialmente unidades territoriais importantes como o Recôncavo Baiano, Extremo Sul e Sudoeste Baiano.

Para a pós-graduação, tem-se que o estado possui 144 cursos de pós-graduação reconhecidos pela Capes, sendo que mais de 85% destes estão em universidades públicas federais e estaduais. Em relação à sua distribuição, observa-se que 63% são cursos de mestrado, 29% de doutorado e 8% de mestrado profissional.

As instituições de ensino superior são de vital importância, na medida em que têm como principais funções formar mão de obra qualificada e aumentar o estoque de capital humano, realizar pesquisa básica e aplicada e transferir as tecnologias e o suporte técnico para instituições privadas e públicas. Assim, são ofertantes de serviços intensivos em conhecimento, atendendo tanta

áreas sociais quanto o que se refere à tecnologia e inovação (BRITTO; MENDONÇA; ALMEIDA, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de inovação brasileiro apresenta como principais características o alto grau de dependência tecnológica externa, os níveis reduzidos de gastos em ciência e tecnologia e pesquisa e desenvolvimento (P&D), a predominância dos investimentos públicos para estes setores e o nível reduzido de investimentos privados em P&D. No país, existe uma relação tênue e de pouca densidade das empresas instaladas com a variável tecnológica, mesmo no polo desenvolvido da economia nacional.

Apesar da presença de elementos de infraestrutura científica e de alguma capacidade tecnológica no setor produtivo, o caráter incompleto do sistema de inovação é evidente. Sua imaturidade pode ser comprovada a partir da comparação das estatísticas de ciência e tecnologia. A análise do número de pedidos de patentes de invenção à USPTO mostra o fraco desempenho do país em relação a outras nações, notadamente as participantes do BRIC. Cabe ressaltar também o baixo nível de recursos aplicados em atividades de P&D no Brasil, pois o país investe somente cerca de 1% do seu PIB, enquanto países avançados e com industrialização recente, como a Coreia do Sul, alocam entre 2% e 3% do seu PIB.

Ressalta-se a dinâmica concentradora e desigual na distribuição dos recursos de C&T, cujas assimetrias da base técnico-científica nacional favorecem o desenvolvimento de atividades mais complexas nas regiões mais ricas do país. Compreende-se que o caráter continental e federativo do país, para a área de ciência e tecnologia, exige uma análise das diferenças regionais. E destaca-se o papel da construção de sistemas de inovação regionais, estaduais e locais no país, de forma a desenvolver, entre outros, uma base educacional local mais eficiente, com uma infraestrutura de apoio técnico (laboratórios, prestação de serviços etc.) e de comunicação que dê subsídios para o desenvolvimento econômico local.

[...] o reduzido número de instituições públicas de ensino superior na Bahia [...] detém 32 instituições públicas de ensino superior, sendo 24 federais, quatro estaduais e quatro municipais

No que tange ao Sistema de Inovação do Estado da Bahia, apesar de sua imaturidade e de estar no estágio inicial, tem-se a expectativa de que se torne mais denso e complexo. Tal perspectiva deve-se aos esforços realizados pelas instituições públicas e privadas ao estabelecer ações orientadas aos setores de CT&I. Entretanto, tais recursos devem ser orientados para colaborar com a desconcentração da dinâmica econômica do estado, com o desenvolvimento de novas regiões, a partir, por exemplo, da estruturação e maior oferta do ensino superior no interior do estado.

REFERÊNCIAS

- ÁUREA Adriana; GALVÃO, Antonio. Importação de tecnologia, acesso às inovações e desenvolvimento regional: o quadro recente do Brasil. In: _____. *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no MERCOSUL*. Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Indicadores nacionais de ciência e tecnologia* – 2007. Brasília, 2007. Disponível em : <<http://www.mct.gov.br/indicadores>>. Acesso em: 23 jul. 2008.
- BRITTO, Elissandra; MENDONÇA, Joseanie Aquino; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Expansão do ensino superior e desenvolvimento da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Serviços estratégicos na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: SEI, 2004, p. 81-92. (Série estudos e pesquisas, 70).
- CASSIOLATO, José; LASTRES, Helena M. M. Sistemas locais de inovação: uma introdução. In: _____. *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no MERCOSUL*. Brasília: IBICT/MCT, 1999, p 13-33, 1999.
- _____. Sistemas de inovação: políticas e perspectivas. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 8, p. 237-255, maio 2000.
- IBGE. Pesquisa de inovação tecnológica: 2005. Rio de Janeiro, 2007.
- MOTA, Teresa Lenice Nogueira da Gama. Sistema de inovação regional e desenvolvimento tecnológico. *Revista Parcerias Estratégicas*, Brasília, 2001.
- MOREIRA, Bruno et al. *Onde está a inovação no Brasil?* Belo Horizonte: Instituto Inovação, 2007. Disponível em: <http://www.institutoinovacao.com.br/downloads/Onde_esta_a_inovacao_no_Brasil-2007.pdf>. Acesso em: 19 jul.2008.
- NATÁRIO, Maria Manuela Santos et al. Determinantes da capacidade nacional de inovação: uma análise à realidade europeia. In: JORNADAS HISPANO LUSAS DE GESTIÓN CIENTÍFICA, 17., 2007, Logroño. Conocimiento, Innovación y Emprendedores. Logroño, Espanha: Universidad de Rioja, 2007.
- NICOLSKY, Roberto. Inovação tecnológica industrial e desenvolvimento sustentado. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 13, p. 80-109, dez. 2001.
- ROCHA, Ivan. Sistemas locais de inovação dos estados do Nordeste do Brasil. In: CASSIOLATO, HMM Lastres. *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no MERCOSUL*. Brasília: IBICT/MCT, 1999. p. 464-506, 1999.
- SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SICSÚ, Abraham; LIMA, João Policarpo. Regionalização das políticas de C&T: concepção, ações e propostas tendo em conta o caso do Nordeste. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 13, p. 23-42, dez. 2001.
- SILVA, M. J. O Papel da inovação e do conhecimento na construção da competitividade regional. In: JORNADAS HISPANO LUSAS DE GESTIÓN CIENTÍFICA, 17., 2007, Logroño. Conocimiento, Innovación y Emprendedores. Logroño, Espanha: Universidad de Rioja, 2007.



Em tempo de crise internacional, economia baiana apresenta crescimento de 0,6% no primeiro trimestre de 2009

Denis Veloso da Silva^A
Gustavo Casseb Pessoti^B

A crise mundial, que já custou ao Brasil uma retração do PIB no quarto trimestre de 2008, afetou principalmente o desempenho do setor industrial, sobretudo nos segmentos voltados para a exportação. Só para se ter uma ideia do impacto negativo, a indústria de transformação do Brasil apresentou uma queda na produção da ordem de 12,6% no acumulado dos primeiros três meses do ano em comparação com igual período de 2008. Na Bahia, o resultado da indústria de transformação nesse mesmo período foi um pouco melhor, com queda de aproximadamente 10,6%. Como a construção civil ainda registrou um incremento de 6,2% no primeiro trimestre, o setor industrial como um todo encerrou

^A Graduado em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnico da Equipe de Contas Regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). dveloso@sei.ba.gov.br

^B Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor do curso de Economia da Unifacs; diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). cassebpeessoti@gmail.com

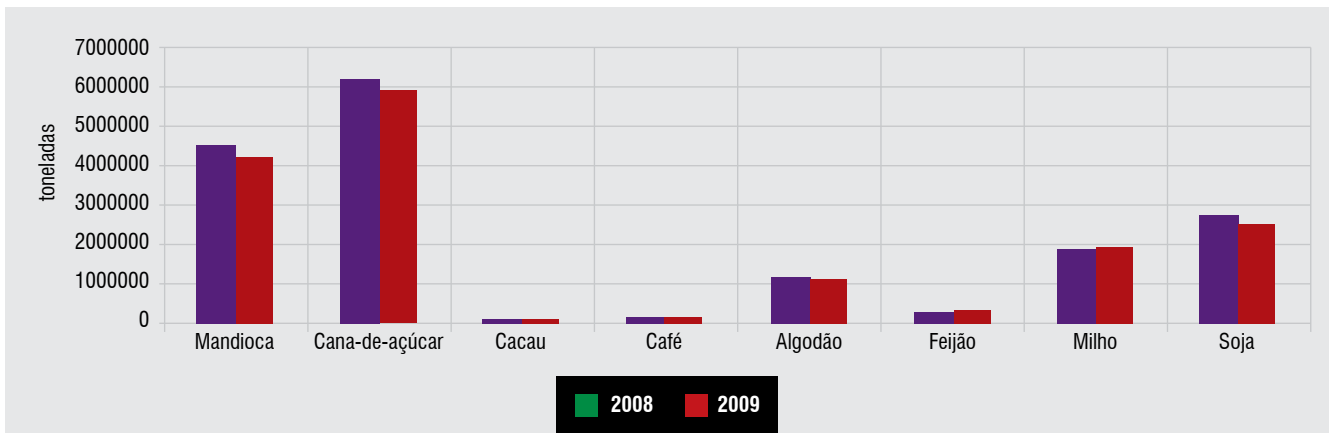


Gráfico 1
Estimativa da produção agrícola – Bahia – mar. 2009

Fonte: IBGE–LSPA–PAM.
Elaboração: SEI/Coref.

este período de 2009 com uma retração de 3,7% em relação ao três primeiros meses de 2008.

O setor agropecuário, por sua vez, apresentou uma taxa positiva no primeiro trimestre de 2009 de aproximadamente 2,2%, em função do bom desempenho daquelas safras que são, normalmente, colhidas no primeiro trimestre, a exemplo do feijão, que apresentou um incremento tanto em sua produção quanto em sua produtividade de 12% e 26,8%, respectivamente. Outras culturas que se destacaram, porém em menor intensidade, foram o milho, cuja produção expandiu-se 4,1% no primeiro trimestre de 2009, e o cacau, que apresentou leve incremento de 1,7%. Na contramão, houve queda na produção de importantes culturas como a soja (-8,6%), a mandioca (-7,6%) e a cana-de-açúcar (-4,7%).

Apesar do bom resultado observado na produção agrícola da Bahia no primeiro trimestre do ano 2009 em comparação ao mesmo período de 2008, as estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE apontam que em 2009 a safra de grãos do estado será de aproximadamente 6 milhões de toneladas, segunda melhor da história da Bahia, 2,6% menor que a registrada em 2008 (a maior safra de todos os tempos).

Outra contribuição bastante positiva para o resultado da atividade econômica no primeiro trimestre foi dada pelo desempenho dos serviços, setor mais importante

na agregação de valor ao Produto Interno Bruto (PIB) do estado (com cerca de 60% da estrutura produtiva). Capitaneados pelo comércio, administração pública e pelos segmentos ligados à atividade turística, que é tradicionalmente incrementada no início do ano, o setor de serviços da Bahia apresentou expansão de 2,8% no primeiro trimestre em comparação com igual período de 2008.

O PIB da Bahia registrou um pequeno incremento de 0,6% no nível da atividade econômica no primeiro trimestre de 2009 em comparação com igual período do ano anterior. O resultado foi de certa forma surpreendente, pois todas as estimativas anteriores indicavam uma leve retração,

Tabela 1
Taxa de crescimento setorial do PIB
Bahia – 2009

Atividades	Variação no primeiro trimestre do ano em comparação ao igual período do ano anterior (%)	Variação nos últimos doze meses em relação ao igual período do ano anterior (%)
Agropecuária	2,2	4,4
Indústria	-3,7	0,9
Ind. transformação	-10,6	-2,0
Construção civil	6,2	6,5
Serviços	2,8	3,7
Comércio	3,8	5,0
PIB	0,6	2,9

Fonte: SEI/Coref.

tal qual a registrada para o país – segundo os dados do IBGE, o PIB brasileiro apresentou uma queda de 1,8% em relação ao primeiro trimestre de 2008 – nesse mesmo período, em função da diminuição na demanda agregada causada pela crise da economia mundial.

SETOR INDUSTRIAL REGISTRA QUEDA DE 3,7% NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2009

Analisando os resultados do segmento industrial¹, pode-se observar uma perda de dinamismo, causada, sobretudo, pelo reflexo da crise na economia mundial em relação aos principais segmentos da indústria de transformação, que apresentou seu pior desempenho dos últimos anos (o resultado foi o pior da série, desde que o PIB trimestral começou a ser mensurado, em 2002). A queda na produção física da indústria baiana de transformação no primeiro trimestre do ano foi de aproximadamente 10,6% em relação a igual período de 2008.

A diminuição na demanda internacional (grande consumidora dos produtos fabricados pelas unidades industriais da Bahia) e o menor ritmo da indústria brasileira, especialmente localizada no Sudeste, ajudam a explicar a queda no desempenho da indústria baiana de transformação no primeiro trimestre de 2009. A despeito das medidas implementadas em âmbito federal para desonerar alguns setores industriais, ainda persiste um clima de insegurança e de expectativas negativas por parte do empresariado industrial, e também em relação aos consumidores, quanto ao futuro da economia. Por isso, no primeiro trimestre, alguns segmentos industriais ligados, sobretudo, à produção de bens intermediários diminuíram a produção em função da existência de estoques acumulados de períodos anteriores.

Conforme corroboram os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM, 2009), a maior parte dos segmentos da indústria baiana de transformação, principalmente

aqueles que têm maior representatividade na estrutura produtiva local, apresentou uma retração na produção física no primeiro trimestre de 2009 quando comparado com igual período do ano anterior. Entre os setores que apresentaram as maiores perdas estão: produtos químicos (-19,7%), em função da retração na produção de polietileno de baixa densidade; metalurgia básica (-35,8%), proveniente da redução da barra de ferro, perfis e vergalhões de cobre; refino de petróleo e produção de álcool (-8,1%), procedente da queda na produção de óleo diesel e nafta. Já as maiores contribuições positivas foram observadas em alimentos e bebidas (13,6%) e minerais não metálicos (11,8%), consequência do aumento na fabricação de farinhas e pellets da extração do óleo de soja e massa de concreto para construção, respectivamente.

Em função dessa perda de dinamismo, o reflexo no mercado de trabalho industrial foi imediato, com redução de 1,6% no número de ocupados na indústria geral, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES, 2009) do IBGE. Analisando a indústria de transformação, verifica-se que os segmentos produtivos que registraram as maiores quedas no nível de ocupação para o acumulado do ano foram: Fabricação de outros produtos da indústria de transformação (-26,2%), Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações (-24,0%), e Produtos químicos (-15,7%). Por outro lado, os segmentos que apresentaram maior contribuição para o crescimento no número de pessoas ocupadas nesse período foram: Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (20,4%); Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (15,7%); Calçados e couro (10,0%); e Metalurgia básica (5,1%).

No primeiro trimestre de 2009 também foram registrados resultados negativos em outros dois segmentos industriais: os serviços industriais de utilidade pública e a indústria extrativa mineral. Em relação ao primeiro, que na verdade apresentou uma relativa estabilidade (com queda de aproximadamente 0,1% em relação ao primeiro trimestre de 2008), a explicação é bastante intuitiva e diretamente relacionada à diminuição no ritmo de crescimento da economia baiana. Considerando-se o consumo das principais classes em 2009, tem-se que a residencial e a comercial registraram um crescimento

¹ Chamamos de segmento industrial o agrupamento formado pela indústria de transformação, indústria extrativa mineral, indústria da construção civil e os serviços industriais de utilidade pública.

de 8,6% e 6,4% no ano, com consumo total de 413 GWh e 236 GWh em março, respectivamente. A despeito do bom desempenho apresentado por essas classes nesse período, o consumo da classe de energia elétrica nas indústrias, que representa 48,7% no consumo total, apresentou uma redução de 6,5% para o primeiro trimestre, fato que pode justificar o tímido desempenho apresentado pelo setor no acumulado do ano.

Para o resultado da indústria extrativa, que se retraiu aproximadamente 4,6% na comparação entre o primeiro trimestre de 2009 e 2008, as explicações recaem sobre a diminuição na extração de petróleo em cerca de 6% e de gás natural em 19,6%. O resultado para o setor só não foi pior porque aumentou a extração de minerais metálicos em aproximadamente 9,4% nesse mesmo período (ANP, 2009).

A construção civil foi o único entre os setores industriais que apresentou resultado positivo no primeiro trimestre de 2009 em comparação a igual período de 2008. A taxa de crescimento de 6,2% confirma o bom momento pelo qual passa o setor na Bahia, diretamente relacionado ao crescimento imobiliário da Região Metropolitana de Salvador. Além disso, há que se destacar que ao longo do primeiro trimestre aumentou o emprego formal no setor da construção civil: foram ao todo 21.961 novos postos de trabalho contra 19.498 demissões, totalizando um saldo de 2.463 novos postos de trabalho, resultado 2,4% maior que o registrado no primeiro trimestre de 2008. O bom desempenho da construção civil ajudou a frear o ímpeto recessivo dos demais segmentos do setor industrial no primeiro trimestre de 2009.

SETOR DE SERVIÇOS APRESENTA EXPANSÃO DE 2,8% NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2009

Nesse breve balanço da economia baiana pela ótica do resultado do PIB, merece um grande destaque o resultado dos serviços, que contribuíram de maneira decisiva para o desempenho do PIB da Bahia no primeiro trimestre. O crescimento nas atividades chegou a 2,8% em comparação com o primeiro trimestre de 2008. Os melhores

desempenhos estiveram relacionados ao comércio (com expansão de 3,8%), serviços da administração pública – setor sempre chamado a intensificar suas atividades em momentos de crise –, que expandiu seus serviços em 4,5%, e os setores de alojamento (com expansão de 3,2%). Em relação a este último segmento, que normalmente apresenta bons desempenhos no primeiro trimestre do ano em função dos festejos de carnaval e final de verão, o resultado do primeiro trimestre de 2009 teve o efeito multiplicado em virtude da crise internacional e, em razão disto, da preferência nacional pelo turismo doméstico.

Apesar de claramente apresentar uma taxa de crescimento em ritmo decrescente, o comércio baiano (varejista e atacadista) apresentou uma expansão de 3,8% no primeiro trimestre de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008. Apenas para corroborar afirmação anterior, esse mesmo panorama na comparação entre o primeiro trimestre de 2008 e 2007, apontava para uma expansão de 10,2%. Essa desaceleração das vendas do comércio vem repercutindo na arrecadação de impostos, como o ICMS, que nos últimos meses tem apresentado sucessivas quedas, em razão de parte expressiva desse tributo se originar do comércio varejista.

Além desses fatores adversos, a inadimplência do comércio varejista e do mercado financeiro tem aumentado. Diante disso, as instituições financeiras se tornaram mais seletivas na concessão de financiamentos. Também em função da crise, o crédito, além de mais escasso, ficou mais caro em razão dos juros altos e o prazo de parcelamento, que, anteriormente, era bastante elástico, apresentou redução. Tais fatores foram determinantes para influenciar o desempenho do setor.

Diante do cenário econômico desfavorável – reforçado pela crise da economia mundial –, o governo federal vem tomando medidas no sentido de impedir o desaquecimento mais acentuado do varejo. Dentre essas, destacam-se no âmbito da indústria automotiva: liberação de crédito para as montadoras e redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas vendas de veículos. Além desse setor, a desoneração fiscal se estendeu também para os ramos de material de construção e, mais recentemente, para eletrodomésticos. Os resultados foram imediatos. Em março de 2009, as

vendas de veículos, motos e peças apresentaram um incremento de 20,4%, acumulando no primeiro trimestre uma expansão de 7,6%.

Além disso, também para incentivar o consumo, em março, o Banco Central deu continuidade à política de redução da taxa básica anual de juros (Selic). O Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu em 1,5 ponto percentual essa taxa, passando-a de 12,75% para 11,25%. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial adotado para estabelecer as metas de inflação, apresentou em março variação de 0,2%, acumulando no primeiro trimestre uma alta de 1,2%. O arrefecimento da inflação resulta do desaquecimento da economia. Diante disso, provavelmente, a inflação deverá situar-se abaixo do centro da meta de 4,5% fixada para 2009. Portanto, as expectativas são de que o Banco Central dará continuidade à redução da taxa Selic num ritmo mais intenso do que se esperava. Vale ressaltar que os preços estão desacelerando em consequência do cenário desfavorável que tem atingido os diversos setores da economia. No âmbito da indústria, as linhas de produção, com capacidade ociosa, não permitem reajustes de preços.

Assim, a inflação sob controle, as promoções, além da ligeira queda no desemprego e a melhoria nos rendimentos dos trabalhadores são os fatores que corroboram esse desempenho ainda positivo no comércio baiano. Apesar disso, conforme demonstram os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), houve uma queda na geração de emprego formal no comércio baiano, com o fechamento de 2.300 postos de trabalho no primeiro trimestre de 2009 (CAGED, 2009).

Segundo os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC, 2009) – que mede apenas o desempenho do comércio varejista –, os impactos positivos no primeiro trimestre do ano couberam, por ordem de grandeza, às atividades Outros artigos de uso pessoal e doméstico (38,5%), Livros, jornais, revistas e papelaria (33,7%) – por conta do efeito sazonal –, Artigos farmacêuticos, médicos ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (9,6%) e Hipermercados e supermercados (4,4%), sendo que este último possui maior peso no indicador do comércio varejista. Em outro sentido, os segmentos que registraram resultado negativo no primeiro trimestre de 2009 foram:

Tabela 2
Indicadores de desempenho do comércio varejista baiano, segundo grupos de atividades
Jan./mar. 2009

Atividades	Acumulado no ano de 2009 ¹ volume de vendas ²
Comércio varejista*	2,6
1 - Combustíveis e lubrificantes	-2,0
2 - Hipermercados, supermercados, prods. aliment., bebidas e fumo	4,4
2.1 - Hipermercado e supermercado	2,5
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-4,8
4 - Móveis e eletrodomésticos	-4,0
5 - Art. farm., med., ort. e de perfumaria	9,6
6 - Equip. mat. p/ esc., inf. e comunicação	-26,7
7 - Livros, jornais, rev. e papelaria	33,7
8 - Outros art. de uso pessoal e doméstico	38,5
9 - Veículos e motos, partes e peças	7,6
10 - Material de construção	-6,8

Fonte: IBGE-PMC.

* O Indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

¹ Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

² Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-26,7%), Tecidos, vestuário e calçados (-4,8%), Móveis e eletrodomésticos (-4,0%) e Combustíveis e lubrificantes (-2,0%).

O comércio exterior baiano registrou um resultado ainda superavitário no período compreendido entre janeiro e março de 2009, apesar da conjuntura internacional desfavorável, fortemente abalada pela crise da economia mundial. Segundo os dados do Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo), agência responsável pela análise do comércio exterior da Bahia, o que explica o resultado positivo no confronto entre exportações e importações é uma queda generalizada em ambos, mas em maior intensidade nas importações. Com isso, houve superávit comercial de aproximadamente US\$ 500 milhões no primeiro trimestre de 2009. Entre janeiro e março de 2009, as exportações recuaram 32% em relação ao mesmo período de 2008, enquanto as importações despencaram pela metade, com queda de 52,6% (PROMO, 2009, p. 2). Com isso, a corrente de comércio exterior da Bahia retraiu 42%.

Tabela 3
Balança Comercial
Bahia – jan./mar. 2008/2009

Valores em US\$ 1000 FOB

Discriminação	2008	2009	Var. %
Exportação	1.959.663	1.317.091	-32,8
Importação*	1.725.586	817.547	-52,6
Saldos	234.077	499.544	-
Corrente de comércio	3.685.249	2.134.638	-42,1

Fonte: MDIC/Secex. Dados coletados em 09/01/2009.

* Importações efetivas, dados preliminares.

Entre as explicações para a queda nas vendas externas estão a diminuição do ritmo de crescimento da economia mundial e, por conseguinte, a queda nas encomendas por commodities e produtos intermediários (principais produtos da pauta de exportações da Bahia). Entre os produtos que apresentaram as maiores retrações nas vendas estão: o petróleo e seus derivados, produtos metalúrgicos e petroquímicos, veículos automotores, devido à redução drástica nas compras realizados no âmbito do Mercosul. De outro lado, as vendas de papel e celulose ampliaram-se em quase 10%, consolidando o segmento como o mais importante da pauta de exportações do estado da Bahia. O desempenho das principais exportações da Bahia pode ser verificado na tabela a seguir.

Conforme demonstrado na tabela anterior, os produtos agrícolas apresentaram auspiciosos desempenhos no comércio exterior, a exemplo da soja e seus derivados, que experimentaram um crescimento de mais de 300% nas vendas, e o algodão e seus subprodutos, com expansão de 126% no primeiro trimestre de 2009 em relação ao mesmo período de 2008. Entretanto, justamente esses dois produtos agrícolas devem apresentar uma queda na produção em 2009, conforme evidenciam os dados do LSPA do IBGE – a colheita de soja estimada para 2009 deverá ser 8,6% menor do que em 2008 –, de sorte que parte relevante dessa expansão está relacionada ao incremento nos preços desses produtos no cenário internacional.

Entretanto, a questão mais preocupante em relação ao desempenho do comércio internacional está relacionada à diminuição nas exportações de produtos manufaturados em virtude do alto valor agregado e da contribuição para

Tabela 4
Exportações baianas
Principais segmentos
Jan./mar. 2008/2009

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2008	2009		
Papel e celulose	320.745	353.063	10,1	26,8
Químicos e petroquímicos	358.869	225.930	-37,0	17,2
Metalúrgicos	310.810	138.034	-55,6	10,5
Soja e derivados	24.225	98.449	306,4	7,5
Petróleo e derivados	346.643	84.264	-75,7	6,4
Automotivo	145.202	63.212	-56,5	4,8
Minerais	89.013	53.428	-40,0	4,1
Algodão e seus subprodutos	22.789	51.566	126,3	3,9
Cacau e derivados	55.020	45.894	-16,6	3,5
Borracha e suas obras	64.534	44.214	-31,5	3,4
Demais segmentos	43.452	33.612	-22,6	2,6
Café e especiarias	37.187	31.929	-14,1	2,4
Sisal e derivados	34.042	24.464	-28,1	1,9
Calçados e suas partes	24.032	20.751	-13,7	1,6
Couros e peles	25.208	18.144	-28,0	1,4
Maq., apars. e mat. elétricos	21.937	15.349	-30,0	1,2
Frutas e suas preparações	14.093	8.374	-40,6	0,6
Fumo e derivados	5.947	3.011	-49,4	0,2
Móveis e semelhantes	14.738	2.891	-80,4	0,2
Pesca e aquicultura	1.177	512	-56,5	0,0
Total	1.959.663	1.317.091	-32,79	100,00

Fonte: MDIC/Secex. Dados coletados em 10/10/2008.

Elaboração: Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo).

o resultado das exportações da Bahia. Se o desempenho negativo continuar seguindo esse mesmo ritmo, fatalmente, depois de dez anos apresentando continuados superávits comerciais, a Bahia poderá apresentar um déficit na balança comercial. A esse respeito, o informativo do mês de março do Promo (2009, p. 2-3) afirma:

Um aspecto preocupante no desempenho das exportações baianas no primeiro trimestre e que tem a ver fortemente com a crise de crédito e de consumo é a queda nas exportações dos produtos manufaturados. As vendas externas desses produtos encerraram o primeiro trimestre com a maior queda entre todos os agregados, superior inclusive ao total das exportações: 51,3%. Em janeiro e fevereiro, a receita de exportação de manufaturados recuou 57% na comparação com o mesmo período de 2008. A última queda anual ocorreu em 1999 e foi de 7%. Da perda de US\$ 642,6 milhões nas exportações

no primeiro trimestre de 2009 na comparação anual, quase 90% provêm dos manufaturados. Já os produtos básicos tiveram crescimento de 31,4% no trimestre. Os manufaturados têm forte efeito multiplicador no emprego e na renda. São estimados que a cada US\$ 1 bilhão de manufaturados exportados são gerados 50 mil empregos. Nos básicos, esse número não passa de 20 mil.

Em relação aos demais serviços, deve-se destacar que em função da diminuição na demanda interna e externa da economia brasileira, que, conforme já mencionado, impactou em toda a dinâmica da economia baiana no primeiro trimestre de 2009, houve uma retração de aproximadamente 5,5% nos serviços de transportes e armazenagens. Corroborando a diminuição nas encomendas, principalmente no que diz respeito ao comércio internacional, o transporte de mercadorias nos principais portos de Salvador retraiu 15,5% em comparação ao primeiro trimestre de 2008 (CODEBA, 2009). O transporte rodoviário, em função do próprio desaquecimento do setor industrial, também apresentou uma queda de 5,2% no primeiro trimestre de 2009.

Assim, é importante que se mencione que a despeito de não ter apresentado uma retração no PIB no primeiro trimestre de 2009, semelhante ao que aconteceu com o país, a economia baiana também está bastante afetada pelo desaquecimento das economias brasileira e mundial. O ritmo, ao longo de todo o ano de 2009, deverá ser de lenta recuperação, mês após mês, mas em relação ao patamar de produção do ano anterior, que já estava bastante expandido, dificilmente a economia baiana poderá apresentar semelhante expansão.

Nesse sentido, algumas pistas já começam a ser desenhadas como indicadores antecedentes do desempenho econômico do estado ao longo do ano. O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC) já evidenciou para abril um desaquecimento na comparação sazonal (em relação ao mês de março) com queda de 1,6% no nível da atividade da capital baiana. Esse foi o primeiro decréscimo registrado em 2009 nesse tipo de comparação. Na comparação com o mês de abril de 2008, o índice aponta retração de 2,9% na atividade econômica.

O resultado do desempenho da indústria de transformação em abril (tanto para o Brasil quanto para a Bahia) não

deixa dúvidas de que esse não será o ano da indústria, devendo o segmento apresentar queda na produção física, em relação ao mesmo período do ano anterior, em todos os meses durante o primeiro semestre de 2009. Em abril a indústria brasileira recuou 14% em relação à produção do mesmo mês do ano anterior. A indústria baiana nesse mesmo período apresentou uma grande retração de 20,4% em relação a abril de 2008 e queda de 11% em relação a março de 2009. Apesar disso, o aumento na arrecadação de ICMS (imposto que guarda forte correlação com o nível de atividade interna) na indústria baiana no mês de maio (14,5% em relação a maio de 2008) abre espaço para uma expectativa de melhores resultados para o setor a partir do segundo semestre do ano.

Na agropecuária, o resultado esperado para a safra 2009/2008 já é conhecido e indica que, em que pese o fato de ser esperada a segunda maior safra agrícola da história da Bahia, com aproximadamente 6 milhões de toneladas, ela será justamente inferior à registrada no ano anterior, com queda de 2,4%.

Assim, a tônica do resultado anual deve ser dada pelo desempenho do setor de serviços, que conforme demonstrado, vem crescendo a taxas decrescentes. O comércio baiano, que já apresenta uma expansão nas vendas reais nos últimos 65 meses, já começa a demonstrar sinais de desaceleração, inclusive com o fechamento de postos de trabalho formais. Como consequência da diminuição na intensidade das produções da agropecuária, da indústria e do comércio, os segmentos de transportes e armazenagens também deverão apresentar retrações no nível da atividade interna. A despeito do que se imaginava, que as medidas de incentivo à demanda interna poderiam ser suficientes para equacionar a falta de demanda externa, o resultado do comércio internacional vai ser de fundamental importância para a recuperação da economia baiana, principalmente no segundo semestre do ano.

As taxas estimadas para o desempenho da economia brasileira iniciaram o ano indicando que seria possível expandir o PIB em aproximadamente 2%. A última estimativa do Banco Central (em maio de 2009) já indicava uma taxa próxima de 1%. É sempre difícil prever o futuro. Mas este ano ele é mais preto do que nunca.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). Produção e refino de petróleo e outros combustíveis. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Investimentos industriais realizados na Bahia em 2007. Salvador: SICM, 2007. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 2 maio 2009.

BOLETIM DO CAGED. Salvador: SEI, 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 3 abr. 2009.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. Informativo de comércio exterior. Salvador: Promo, 2009. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 5 maio 2009.

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA. Evolução das exportações nos portos baianos – portos da Codeba e terminais privativos. Salvador: Codeba, 2009.

DESEMPENHO da conjuntura baiana no 1º Trimestre de 2009. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 163, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 6 jun. 2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. Movimentações operacionais no Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães. Salvador: Infraero, 2009.

IBGE. Contas trimestrais do Brasil. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2009.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 7 maio 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DO EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 maio 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2009.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 maio 2009.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Bahia tem maior saldo de empregos formais do Nordeste. *Caged – emprego formal*. Salvador: SEI, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 6 maio 2009.

Empreendedor Individual cidadania empresarial para milhões de brasileiros

Edval Passos

Economista, diretor-superintendente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (Sebrae).



Poucas vezes se ousou tanto numa política de inclusão econômica e social. A Lei Complementar 128, de dezembro de 2008, que regulamenta o Empreendedor Individual, além de criar as condições para que milhões de Empreendedores Individuais e trabalhadores por conta própria conduzam empresarialmente seus negócios, cria benefícios que podem ser acessados por mais de dez milhões de pessoas em todo o país, segundo informações do IBGE, proporcionando aos empreendedores informais e profissionais por conta própria a possibilidade de se formalizar, conquistando a cidadania empresarial.

Fazendo um reconhecimento histórico-evolutivo das várias medidas anteriores à (a) Lei 128/08, teremos inicialmente a figura jurídica estabelecida do Novo Código Civil, que, em seu artigo 966, caracteriza como empresário aquele profissional que exerce atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou serviços, com registro na Junta Comercial. Entretanto, essa categoria estava submetida a cumprir com obrigações contábeis (escrituração, balanço, resultados econômicos), além de não absorver os trabalhadores por conta própria, incluídos agora na Lei 128.

Em seguida, preocupado com a informalidade, o deputado Luiz Carlos Hauly apresentou o projeto de Lei 210/04, conceituando a Pré-Empresa. A proposta era criar uma situação transitória por um ano, para que o negócio tivesse a possibilidade de se estruturar antes da formalização definitiva. Essa categoria previa diversos benefícios que hoje estão regulamentados no Empreendedor Individual. A proposta da pré-empresa foi mais tarde incorporada

pela aprovação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa – conhecido como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. A Lei Geral já representou um importante passo para criar no país um ambiente favorável ao desenvolvimento dos micro e pequenos negócios. O Estatuto, resultado de um esforço de mobilização iniciado em 2003 e ampla discussão com conjunto de membros do Congresso Nacional, instituições públicas, SEBRAE, associações de classe e empresários, foi sancionado em 2006. Agora, com a incorporação da nova Lei (LC 128) esses benefícios são ampliados e se tornam realidade.

Com a regulamentação do Empreendedor Individual, sapateiros, costureiras, encanadores, eletricitistas, ambulantes, feirantes, sacoleiras, assim como outras atividades mais estruturadas, como transporte escolar, poderão se formalizar obtendo a cidadania empresarial, credibilidade e a tranquilidade de atuar no mercado amparado pela lei. A nova situação prevê menor grau de burocracia, simplificação das obrigações acessórias e importantes benefícios previdenciários. São cerca de 300 categorias que se enquadram nessa modalidade, cujo faturamento não ultrapasse R\$ 36 mil anuais, equivalentes a um faturamento médio de R\$ 3 mil mensais.

Se no Brasil o público-alvo se constitui de mais de dez milhões de pessoas, na Bahia somam um pouco mais de um milhão, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, entre trabalhadores por conta própria e empreendedores informais urbanos, potenciais beneficiários da Lei. A informalidade representa 68% dos ocupados na Bahia. Somente

a Região Metropolitana de Salvador concentra entre 60 e 70% destes empreendedores. Daí o grau de abrangência dessa política também no estado da Bahia.

Um aspecto importante que merece reflexão é o desafio a ser enfrentado pelas instituições envolvidas nesse processo. Além da amplitude de beneficiários, a acessibilidade aos empreendedores para sensibilização e esclarecimentos não será fácil. Segundo dados do IBGE, somente 35% do total do público-alvo são representados por ambulantes, feirantes ou atividades prestadas em vias públicas. Portanto, a grande parte desse público trabalha em domicílio ou no local onde presta o serviço, e assim não tem visibilidade para esses órgãos. Isso significa que será necessário um grande esforço não só das instituições envolvidas como também do público em geral. O Sebrae tem importante papel nesse processo, mas acreditamos que o efeito multiplicador que o próprio público pode gerar é uma das melhores formas de disseminação.

Há que se considerar também o esforço a ser empreendido pelas diversas instâncias constituídas pelos responsáveis diretamente pelo registro e baixa de empreendimentos, quais sejam Junta Comercial, Receita Federal, Previdência, Prefeituras (emissão de licenças), órgãos de controle, além das Entidades de Representação da Categoria Contábil, uma vez que os mesmos têm a responsabilidade de acompanhar o empreendedor, gratuitamente, no processo do registro. Trata-se de uma conjunção de esforços dessas instâncias, inclusive em nível nacional.

Em termos de benefícios sociais, a Lei prevê o direito à aposentaria por idade e por invalidez, auxílio-doença,

auxílio-maternidade, auxílio-reclusão ou pensão para os dependentes, constituindo-se em uma grande conquista para os beneficiários e uma das políticas sociais de maior alcance. Como lhe é concedido o direito de contratação de um empregado, pode-se inferir que os benefícios se estendem a esse terceiro, tendo em vista que estão assegurados todos os direitos trabalhistas.

No plano econômico, os empreendedores individuais poderão emitir notas fiscais, ampliando o seu mercado através de vendas a empresas e órgãos públicos, ter acesso a crédito bancário, além de conquistar a credibilidade empresarial, adquirida em decorrência do trabalho realizado no regime de formalização. Ainda no plano econômico, há a possibilidade de ampliar as opções de fornecedores, uma vez que poderão comprar como pessoa jurídica. Outros benefícios ainda estão sendo criados, a exemplo dos bancos públicos e privados, que já desenvolveram ou estão em fase de conclusão de uma série de produtos e serviços devidamente customizados para atender as especificidades dessa categoria. Tudo isso proporcionará um ambiente mais propício para que esses micronegócios possam, no médio prazo, alcançar um patamar mais elevado de crescimento, gerando mais renda e ocupação para a economia.

Essa é uma realidade que certamente promoverá, além de todos os benefícios diretos mencionados anteriormente, desdobramentos que irão reverberar para todos, comunidade empresarial e sociedade, constituindo um ambiente economicamente mais inclusivo e favorável para os Empreendedores Individuais e Trabalhadores por Conta Própria.

Os investimentos industriais previstos deverão gerar, até 2013, um volume de aproximadamente **R\$ 76,8 bilhões**

Esse volume global de investimentos industriais previstos agrega ao todo 536 projetos de empresas de diversos setores com a intenção de investir no estado e que devem gerar cerca de 83.936 empregos diretos até 2013.

Analisando os investimentos previstos por Territórios de Identidade, observa-se que no Litoral Sul concentra-se a maior parte dos investimentos para até 2013, que chegam a R\$ 51,8 bilhões, com o Complexo de Atividade Metal-Mecânico, destacando-se no segmento da metalurgia básica, que deve gerar cerca de 31.000 empregos diretos em um único empreendimento.

Destaca-se ainda o território Metropolitano de Salvador, para o qual está previsto um volume de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões e 250 projetos.

No Extremo Sul a soma em investimentos chega a R\$ 3,7 bilhões, com previsão de 16 projetos em vista de implantação, e no Sertão Produtivo é de R\$ 3,8 bilhões, com 5 empresas com intenção de investimento, destacando-se, neste território, a atividade mineral e de beneficiamento com a extração de minérios.

Há ainda os investimentos por Complexo de Atividade, em que os investimentos previstos no Complexo Químico-Petroquímico somam um volume de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões e 125 projetos em vistas de serem implantados. No Complexo Atividade Mineral e Beneficiamento há um montante em investimentos previstos de R\$ 6,3 bilhões, com 31 projetos em vista.

Assim sendo, a política de atração de investimentos industriais adotada pelo governo do estado da Bahia vem contribuindo significativamente para a diversificação do parque industrial e para a mudança gradativa na matriz industrial do estado, com a vinda de empreendimentos dos mais variados portes e segmentos. Esta ação governamental, com o objetivo de desenvolver o setor industrial baiano, vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente, esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, que concede benefícios fiscais para as empresas dos mais variados setores que tenham a intenção de investir no estado.





Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
2009-2013

Complexo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	2.374.660.028	109	3,1	20,3
Atividade mineral e beneficiamento	6.268.528.611	31	8,2	5,8
Calçados/têxtil/confeccões	955.161.397	60	1,2	11,2
Complexo madeireiro	3.104.592.945	23	4,0	4,3
Eletroeletrônico	243.411.955	51	0,3	9,5
Metal-mecânico	52.104.343.407	52	67,9	9,7
Químico-petroquímico	7.336.339.593	125	9,6	23,3
Reciclagem	4.800.000	1	0,0	0,2
Transformação petroquímica	771.321.712	66	1,0	12,3
Outros	3.604.810.019	18	4,7	3,4
Total	76.767.969.667	536	100,0	100,0

Fonte: SICM/Coinc.

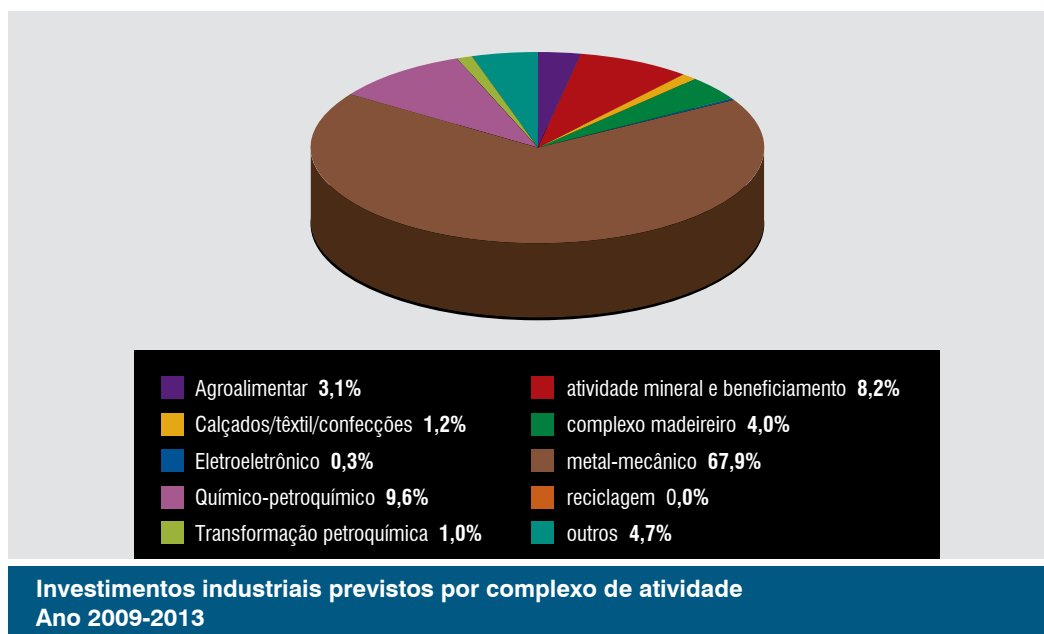
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30.04.2009.

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade
2009-2013

Território	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.580.465.667	22	2,1	4,1
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	354.519.785	18	0,5	3,4
Bacia do Jacuípe	14.364.490	3	0,0	0,6
Baixo Sul	685.866.869	7	0,9	1,3
Chapada Diamantina	4.322.137	4	0,0	0,7
Extremo Sul	3.730.056.487	16	4,9	3,0
Irecê	27.193.000	3	0,0	0,6
Itapetinga	189.270.227	12	0,2	2,2
Litoral Sul	51.862.810.397	42	67,6	7,8
Médio Rio das Contas	543.458.237	13	0,7	2,4
Metropolitana de Salvador	6.323.538.195	250	8,2	46,6
Oeste Baiano	1.153.541.098	18	1,5	3,4
Piemonte da Diamantina	22.975.297	2	0,0	0,4
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0,0	0,9
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0,0	0,2
Portal do Sertão	324.096.134	45	0,4	8,4
Recôncavo	3.392.267.268	27	4,4	5,0
Semi-Árido Nordeste II	12.336.622	2	0,0	0,4
Sertão do São Francisco	103.904.375	10	0,1	1,9
Sertão Produtivo	3.846.883.086	5	5,0	0,9
Sisal	14.500.000	5	0,0	0,9
Vale do Jiquiriçá	1.939.183.000	7	2,5	1,3
Velho Chico	503.000.000	2	0,7	0,4
Vitória da Conquista	90.507.136	17	0,1	3,2
Total	76.767.969.667	536	100,0	100,0

Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30.04.2009.



Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/2009.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

Ferrovia de Integração Oeste-Leste • Complexo Porto Sul • Novo Aeroporto de Ilhéus
• Sistema BA-093 • Via Expressa Baía de Todos os Santos • Complexo Viário 2 de Julho,
Aeroporto Internacional de Salvador • Recuperação e Manutenção de Rodovias
• Mobilidade Urbana de Salvador – Copa 2014

morya / dep



As obras do Governo da Bahia estão fazendo o nosso Estado crescer e se integrar cada vez mais. Em todos os sentidos.

Investir em infraestrutura e logística é fundamental para o crescimento do nosso Estado, do nosso país e da nossa gente. Por isso, o Governo da Bahia se desdobra em grandes obras por todo o território baiano. Da Ferrovia Oeste-Leste, que cruza o Estado, ao Sistema Viário 2 de Julho, em Salvador. Da dragagem e derrocamento da Hidrovia do São Francisco ao Complexo do Porto Sul, que será um dos maiores postos de escoamento de minério e produtos da agricultura e da indústria da Bahia e do Brasil. É o Governo da Bahia trabalhando duro e gerando mais desenvolvimento e oportunidades na terra de todos nós.

 **Bahia**
TERRA DE TODOS NÓS

Secretaria do Planejamento



COMO PREPARAR UMA EMPRESA PARA O COMÉRCIO EXTERIOR

Série Comércio Exterior – Volume 1

Como preparar uma empresa é o primeiro volume da Série Comércio Exterior, onde Nelson Ludovico demonstra que o sucesso de qualquer empresa que atua ou pretende atuar na área de comércio exterior dependerá sempre de uma boa organização e do domínio dos procedimentos obrigatórios em relação às regras nacionais e internacionais. Além de chamar à atenção para a necessidade de conhecer os caminhos que a empresa deve trilhar.



FUNDAMENTOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Série Comércio Exterior – Volume 2

No segundo volume da Série Comércio Exterior, José Meireles de Sousa busca contextualizar o comércio internacional de forma acessível, fornecendo ao leitor não somente um panorama global das transações internacionais, mas também um histórico de como essa prática evoluiu no Brasil. Aborda aspectos fundamentais para o entendimento do comércio internacional, como a nomenclatura fiscal de mercadorias, a terminologia utilizada em operações internacionais de compra e venda e todos os aspectos operacionais decorrentes de acordos internacionais, estabelecidos pelos principais organismos que regulamentam os fluxos de mercadorias entre os países.



CONTABILIDADE DE CUSTOS

Contabilidade de Custos é um livro em que Osni Moura Ribeiro apresenta uma das áreas da contabilidade de forma tranquila, partindo sempre do mais simples para o mais complexo. A explanação do assunto é feita de maneira a capacitar não só os estudantes de contabilidade, mas também dos profissionais da área, que têm, no seu dia a dia, diversas informações a decifrar e precisam de um embasamento teórico forte.



MERCADO DE OPÇÕES

A estratégia vencedora

Em Mercado de Opções, o autor Luiz Francisco Rogé Ferreira aborda sobre o emprego de estratégias tanto de “defesa” quanto de “ataque”, possibilitando que o risco dos investimentos em ações seja minimizado e, ao mesmo tempo, que os ganhos sejam maximizados. Trata-se de um livro que apresentará a teoria e a prática no mercado local em que até o leitor não especialista acompanhará sem dificuldades as estratégias de operação exemplificadas no texto.



VIVENDO A NEGOCIAÇÃO

Estratégias, técnicas negociais e jurídicas e modelos de contrato para fechar o melhor negócio

Vivendo a negociação é um livro em que Renato Ochman transmite as técnicas de negociação para a compra e venda de empresas e traz a união do mundo dos negócios e do direito de uma forma acessível, com indicações suficientes para que o leitor saiba o momento correto de forçar ou recuar na sua negociação. Para fundamentar a teoria, traz modelos de auditoria e contratos envolvidos numa negociação de compra e venda de empresas.



VOCÊ PODE CRIAR EMPRESAS

Diferentemente de outras literaturas sobre o assunto, Você pode criar empresas de Cyro Bernardes, descreve as agruras de um empreendedor e empresário que, por meio de erros e acertos, mostrará os procedimentos seguidos por organizações de sucesso, as quais também começaram quase do nada. No livro são apresentadas as etapas que ajudam na criação de empresas e orientações sobre como o empreendedor precisa influenciar pessoas.

Conjuntura Econômica Baiana



A crise financeira internacional ainda está sendo o principal empecilho na performance da economia brasileira e baiana. O impacto negativo sofrido pela economia em ambas as esferas foi verificado a partir de setembro de 2008, sobretudo nos últimos dois meses do ano. No entanto, a economia fechou o ano de 2008 com expansão nos principais indicadores analisados, porém esse desempenho não foi verificado no primeiro trimestre do ano de 2009 para todos os indicadores analisados.

A produção da indústria baiana de transformação registrou, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), queda de 10,3 % em 2009 na comparação com o ano de 2008. Os segmentos que influenciaram negativamente foram: *metalurgia básica* (-35,8%), *produtos químicos* (-19,7%) e *refino de petróleo e álcool* (-8,1%). Os setores de *alimentos e bebidas e minerais não metálicos*, com forte peso na indústria baiana, registraram crescimento de 13,6% e 11,8%, respectivamente. Já o setor *veículos automotores* teve decréscimo de 0,8%.

Seguindo a mesma análise, a balança comercial baiana registrou declínio significativo tanto das exportações quanto nas importações, com queda de 32,8% e 52,7%, respectivamente, fechando o trimestre com saldo de US\$ 86,1 milhões. No primeiro quadrimestre essa trajetória persiste em patamares negativos, porém em percentuais menores, apontando para as exportações e importações taxas decrescentes de 31,1% e 48,7%,

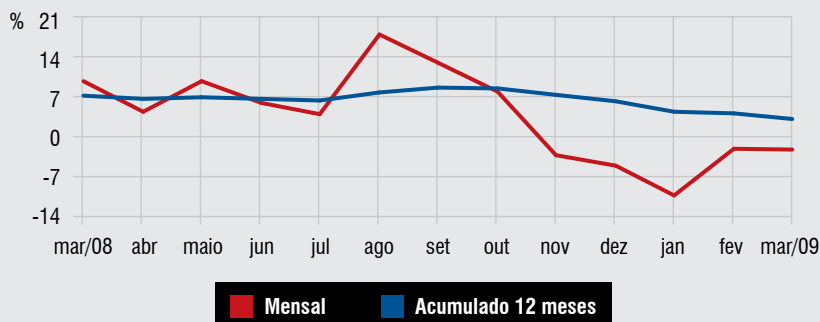
respectivamente, favorecendo um saldo positivo de US\$ 180,2 milhões.

O comércio varejista foi o setor da economia que apresentou o melhor desempenho no primeiro trimestre de 2009, favorecido pelo aquecimento da economia, que, em relação à atividade varejista, se manteve mesmo em meio à crise econômica. As vendas registraram crescimento de 2,6%, percentual inferior aos registrados desde fevereiro de 2004. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (38,5%), *livros, jornais e papelaria* (33,7%), *artigos farmacêuticos* (9,6%) e *hipermercados, supermercados e produtos alimentícios* (16,3%). As vendas de *veículos, motos e peças* registraram crescimento de 7,6% no mesmo período.

No primeiro trimestre, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 1,7% em 2009. Já primeiro quadrimestre de 2009, o acréscimo de 1,8%; os segmentos de *transporte e comunicação* (1,1%), *alimentos e bebidas* (1,2%) e *despesas pessoais* (4,1%) foram os que pressionaram no acumulado do ano.

No mercado de trabalho, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa média de desemprego em 2009 fechou em 20,1% no primeiro trimestre, já no primeiro quadrimestre a taxa é de 20,5%. Ainda conforme a mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores teve crescimento de 7,4% em março 2009 em relação a março de 2008.

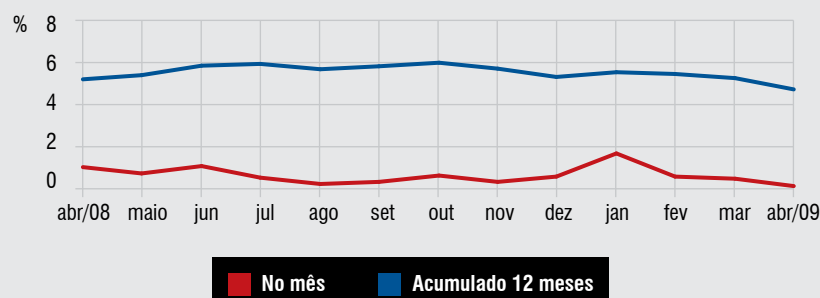
O Índice de Movimentação Econômica (IMEC), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em março de 2009, retração de 2,3% na comparação com o mesmo mês de 2008. Esse foi o quinto mês consecutivo de queda na atividade econômica, e que teve como principal fator os impactos negativos da crise financeira internacional. Refletindo negativamente no primeiro trimestre de 2009, quando a atividade econômica de Salvador fechou com retração de 4,9% em relação ao ano de 2008. Apesar de apresentar taxas decrescentes, o índice acumula acréscimo de 2,8% nos últimos 12 meses.



Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador

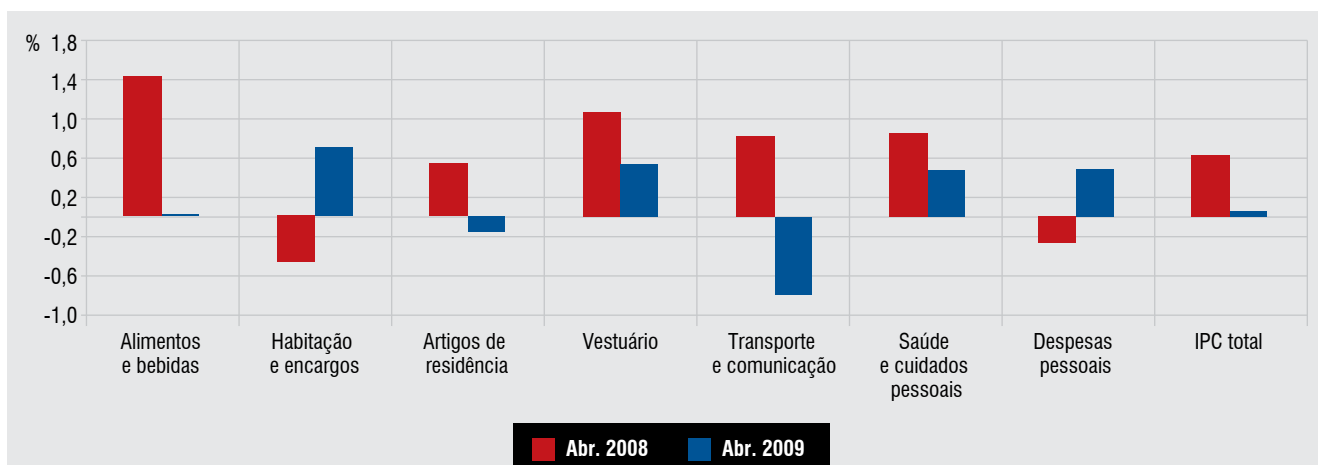
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

No mês de abril de 2009, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação positiva de 0,05%, taxa inferior à registrada no mesmo mês do ano passado, quando teve acréscimo de 0,64%. No acumulado dos doze meses, a tendência de elevação dos preços permanece (4,61%), porém com taxa inferior aos doze meses imediatamente anteriores (5,23%). Despesas pessoais (7,24%) e Alimentos e bebidas (5,9%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses.



Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador

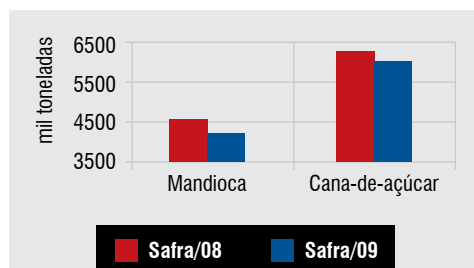
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Os grupos habitação e encargos (0,72%) e despesas pessoais (0,49%) apresentaram, no mês de abril, as maiores contribuições para a elevação da inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos operação (1,68%) e recreação e fumo (0,63%) foram os que apresentaram as maiores variações no período, determinadas pelo aumento de alguns produtos, tais como: energia elétrica (2,70%); cera e lustra móveis (1,67%); esponja e bucha de aço (1,63%); cigarro (19,41%); caderno (6,60%) e acessórios fotográficos (5,42%). Os grupos de artigos de residência (0,17%) e transporte e comunicação (0,82%) registraram variação negativa no referido mês.

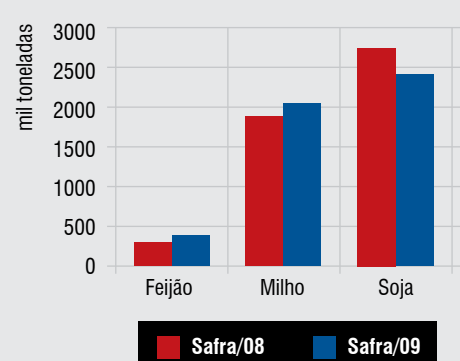


Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

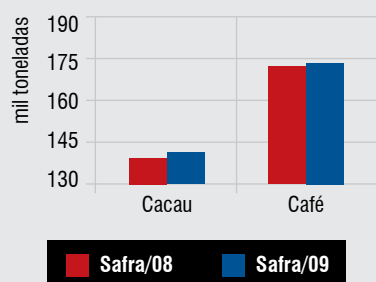
Os resultados para a safra baiana de maio de 2009, divulgados pelo último Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, apresentam previsões de queda de 7,1 % para a produção de mandioca no estado. A cana-de-açúcar aponta queda de 3,9% na produção em relação à safra anterior. Apesar da crise internacional, o bom desempenho dos preços em 2008 no setor sucroalcooleiro parece que não está sendo muito afetado em 2009, principalmente com o retorno da depreciação do câmbio.

As estimativas de maio de 2009 para a safra de feijão apresentam um expressivo crescimento de 30,1% em relação ao ano anterior. Os preços atrativos do grão e as melhorias nas técnicas de produção são fatores que influenciam neste desempenho. As estimativas da produção de milho figuram com acréscimo de 9,2% em relação a 2008 e a performance dos preços está dependente do mercado externo e do clima. Já a produção de soja apresenta queda de 12,0%, contrariando o comportamento positivo da safra anterior. Embora a crise internacional tenha afetado essa importante commodity agrícola, em maio do corrente ano o fator câmbio e o aquecimento da demanda externa contribuíram para elevar a cotação da soja no mercado internacional. O algodão apresentou a maior queda de produção em 2009 no rol dos grãos, registrando taxa negativa de 17,6%. Além da produção, verificou-se também redução na área colhida (-4,8%) e no rendimento (-13,4%). As chuvas de abril e maio vêm trazendo prejuízos para os produtores com quebra de safra e retardo na colheita.



**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho, soja e algodão – Bahia**

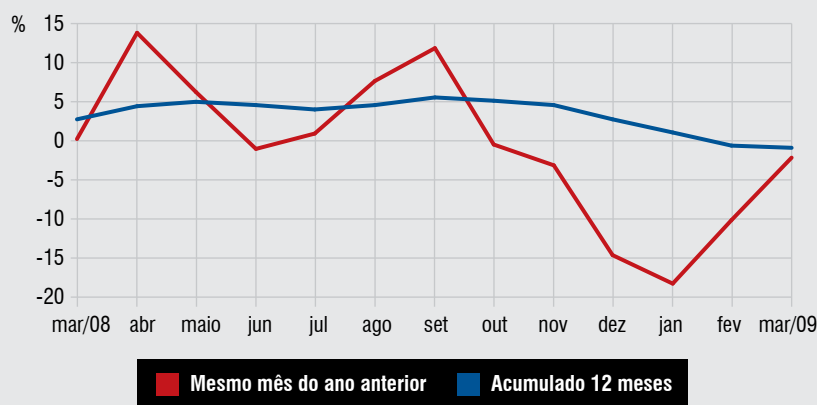
Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.



**Estimativa da produção agrícola:
cacau e café – Bahia**

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas para a produção de cacau em maio de 2009 apresentam acréscimo de 1,4%. Já para o café aponta-se um tímido resultado para 2009, com incremento de apenas 0,6%, em razão do aumento de produtividade da ordem de 2,8%, não obstante a queda de sua área colhida em 1,7%.

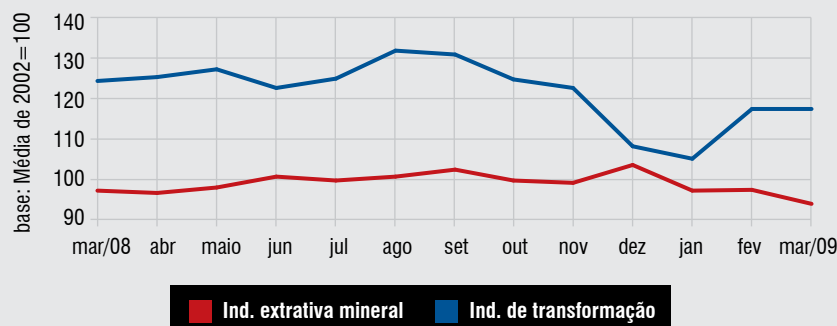


**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia**

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria de transformação baiana registrou, em março de 2009, queda de 2,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O indicador, no primeiro trimestre do ano, acumula retração de 10,3%, reduzindo significativamente as expectativas iniciais quanto ao crescimento da atividade industrial no estado. No que se refere aos setores neste mesmo período, os de alimentos e bebidas (13,6%) – com aumento na fabricação de farinhas e “pellets” da extração do óleo de soja – e minerais não-metálicos (11,8%) – em função do aumento na produção de massa de concreto para construção – foram os que registraram as maiores expansões.

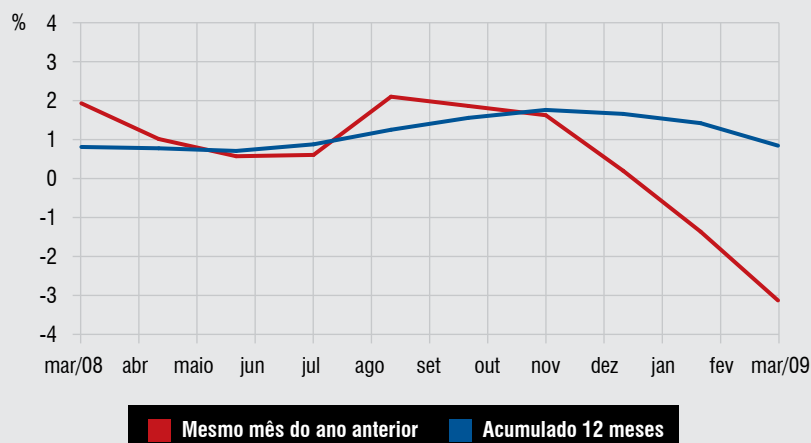
A análise da indústria de transformação, eliminando influências sazonais, aponta que, em março de 2009, houve acréscimo de 0,1% na comparação com o mês de fevereiro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo acréscimo de 10,5% no ramo de produtos químicos. Além deste ramo, os setores que também apresentaram crescimento foram: borracha e plástico (2,4%) e papel e celulose (4,4%). O setor que registrou maior decréscimo foi o de metalurgia básica (-13,1%). A indústria extrativa também registrou decréscimo (-3,6%) nesta análise.



Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia

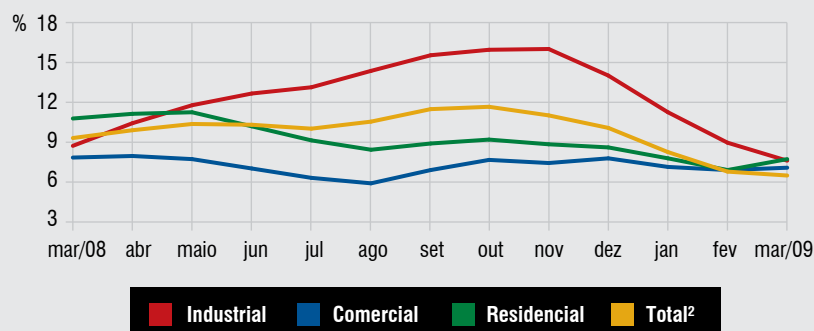
Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Em março de 2009, a indústria baiana de transformação teve redução de 1,7% no nível de emprego, quando comparada ao mesmo mês de 2008, contribuindo para o decréscimo apontado no primeiro trimestre de 2009 (-2,0%) e no acumulado dos doze meses (-0,25%). Portanto, cabe destacar os segmentos que contribuíram para a retração do emprego industrial nos primeiros meses de 2009: produtos químicos, (-15,7%); borracha e plástico (-4,10%) e vestuário (-11,7%).



Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ – Bahia

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

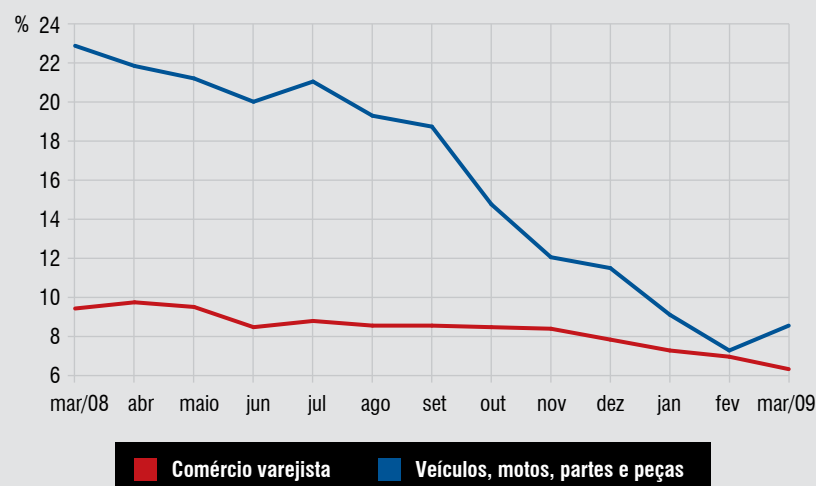
¹ Acumulado 12 meses.

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.

O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de março de 2009, acréscimo de 9,2% em relação ao mesmo mês de 2008. No acumulado dos doze meses, o consumo de energia elétrica registra expansão de 6,7%. Dentre os principais setores de consumo, no primeiro trimestre de 2009, o setor industrial apresenta decréscimo de 6,5%, enquanto os outros dois setores, residencial e comercial, expandiram 8,6% e 6,4%, respectivamente.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), o volume de vendas do varejo baiano apresentou no mês de março/09, comparado a igual mês do ano passado, um incremento de 1,3%, dando continuidade à desaceleração no ritmo de crescimento. No primeiro trimestre de 2009 acumula alta de 2,6%, impulsionada pelo acréscimo de 4,4% registrado pela atividade de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, atividade que representa maior peso no comércio. Já no acumulado dos últimos 12 meses, mantém-se a trajetória de crescimento, registrando taxa positiva de 6,3%. Para o segmento de veículos, motos e peças, verificou-se crescimento expressivo de 20,4% no mês de março na comparação com igual período do ano anterior, conferindo alta de 8,5% nos últimos doze meses.

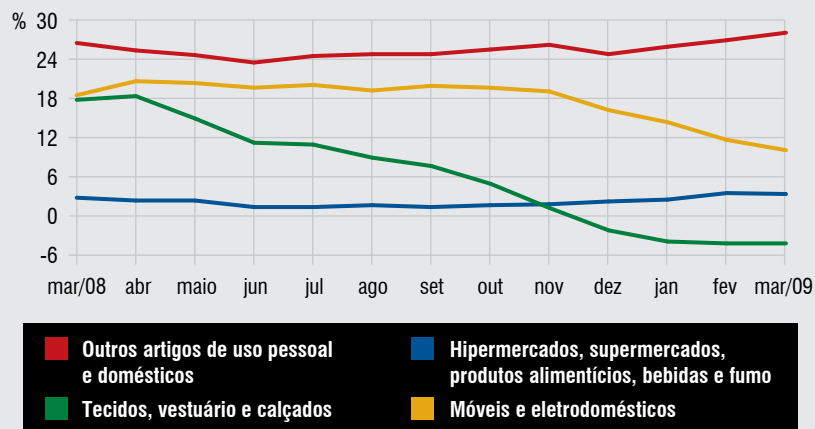


Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ – Bahia

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Acumulado nos últimos 12 meses.



Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos – Bahia

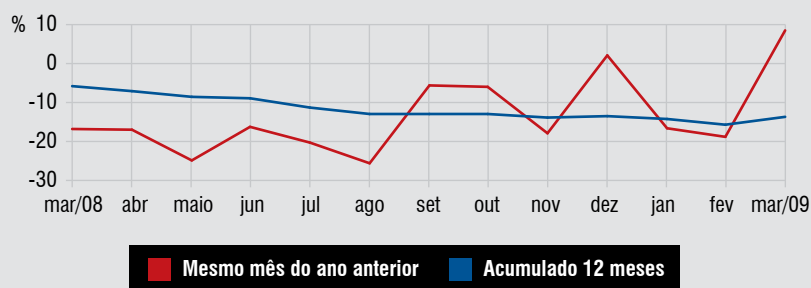
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Acumulado nos últimos 12 meses.

Por atividade, verifica-se que os principais destaques do comércio varejista para o acumulado dos últimos 12 meses foram: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,2%); combustíveis e lubrificantes (7,1%); móveis e eletrodomésticos (10,0%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (28,4%). Apenas a atividade de tecidos, vestuário e calçados apresenta decréscimo (-4,6%) nesta análise.

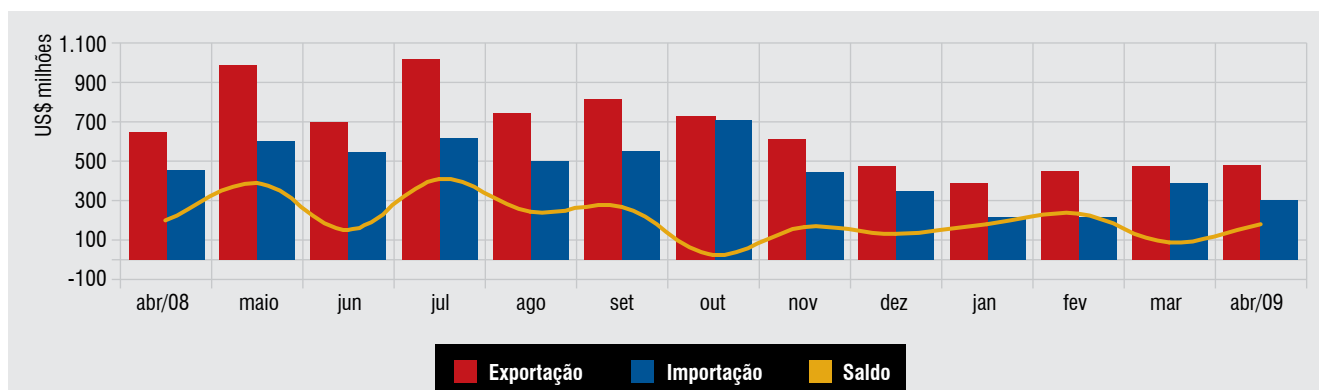
Em março de 2009 foram emitidos 360,7 mil cheques sem fundos na Bahia, representando crescimento de 7,2% na comparação com o mesmo mês de 2008. As sucessivas taxas negativas registradas desde julho de 2007, com exceção do mês de dezembro de 2008 (0,91%) e março (7,2%), determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos doze meses. Desde o mês de março de 2007 têm-se verificado taxas negativas no acumulado dos doze meses, culminando com o percentual de 14,5% em março de 2009. O acumulado no primeiro trimestre frente a igual período de 2008 apresenta taxa negativa de 10,3%.



Quantidade de cheques sem fundos – Bahia

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

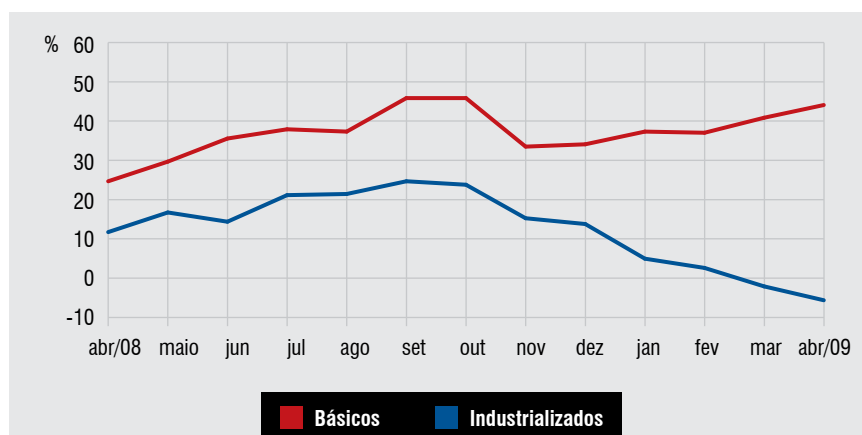


Balança comercial – Bahia

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

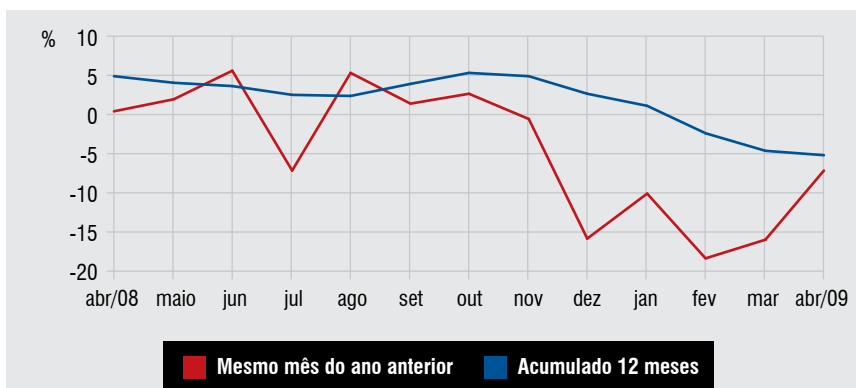
As exportações baianas somaram, em abril de 2009, US\$ 480,2 milhões e as importações, US\$ 300,0 milhões, resultando num superávit mensal de US\$ 180,2 milhões. Confrontando abril de 2009 com o mesmo mês do ano anterior, tanto as exportações quanto as importações baianas apresentaram taxas negativas, 26,2% e 33,9%, respectivamente, em virtude da crise internacional que estamos vivenciando.

As exportações por fator agregado, na comparação abril de 2009 em relação a abril de 2008, registraram crescimento apenas nas vendas de produtos básicos (68,3%), enquanto as vendas de produtos industrializados recuaram 31,7%. No acumulado dos doze meses, as exportações dos básicos também apresentam crescimento (46,67%) e os industrializados apresentam queda de 7,5%; os dados demonstram que as exportações de produtos básicos estão crescendo mais que expressivamente em relação aos produtos industrializados. É importante destacar que esse crescimento é pautado, em grande parte, mais sobre o valor dos produtos do que sobre a quantidade dos mesmos.



Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ – Bahia

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
¹ Acumulado 12 meses.

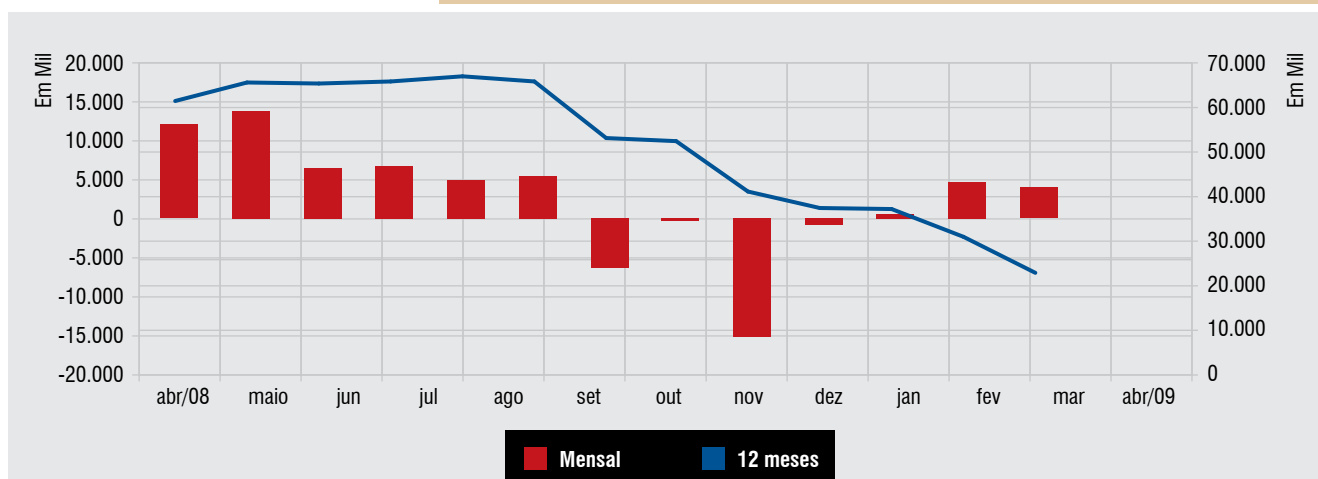


A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, em abril de 2009, decréscimo de 6,8% na comparação com o mesmo mês de 2008. Nesse mês, a arrecadação foi de R\$ 741,8 milhões. Tanto no primeiro quadrimestre como nos doze meses a arrecadação acumula decréscimo de 12,6% e 5,0%, respectivamente. Este desempenho é proveniente da baixa arrecadação verificada no estado nos últimos seis meses.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

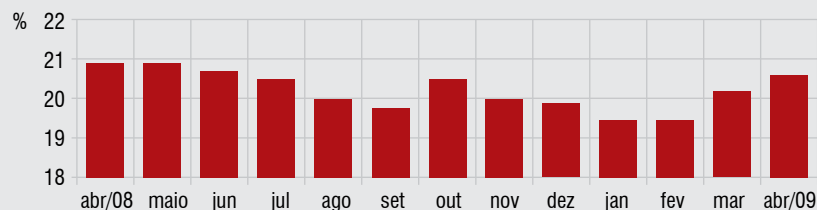
Em março, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia aponta crescimento (3.917 postos de trabalho). Esse foi o terceiro dado positivo consecutivo após quatro meses de intensiva queda resultante do agravamento da crise internacional sobre a economia baiana, agora com sinais de recuperação. Com o resultado de março, o saldo de postos de trabalho no primeiro quadrimestre de 2009 ficou em 7.919. Já nos doze meses, o saldo de empregos aponta desaceleração no ritmo de crescimento, acumulando 22.732 postos de trabalho.



Geração de empregos celetistas na Bahia

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC

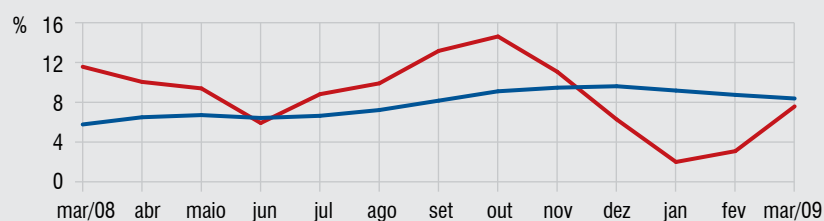
Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, em abril de 2009 cerca de 376 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 20,5% da PEA (População Economicamente Ativa). Cotejando-se com abril de 2008, verificou-se redução de 1,4% e com relação a março de 2009, observou-se incremento de 2,0%. O crescimento da PEA e a redução do nível de ocupação no período explicam esse desempenho.



Taxa de desemprego total – RMS

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de março de 2009 (R\$ 1.002,00), em comparação ao mesmo mês de 2008 (R\$ 943,00), apresentou crescimento de 7,4%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS). Quanto à massa de rendimentos, verificou-se crescimento de 7,5%, em razão do aumento dos rendimentos no período.



Taxa de variação do rendimento médio real¹ – RMS

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

¹ Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ¹ – Salvador – abr. 2009						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	abr/08	abr/09	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Jun/07 = 100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	1,47	0,01	1,24	5,93	118,94	291,20
Habitação e encargos	-0,49	0,72	1,91	3,76	107,48	736,90
Artigos de residência	0,55	-0,17	-0,94	1,74	96,62	222,34
Vestuário	1,09	0,55	0,07	4,56	104,03	186,55
Transporte e comunicação	0,85	-0,82	1,07	1,92	103,37	741,18
Saúde e cuidados pessoais	0,87	0,48	3,02	4,92	113,40	380,09
Despesas pessoais	-0,28	0,49	4,06	7,82	113,33	447,02
Geral	0,64	0,05	1,78	4,61	109,77	369,02

Fonte: SEI.

¹ O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – abr. 2009					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	163,76	-2,16	-15,27	-5,50	38,28
Belém	200,52	-1,24	0,74	-1,03	46,87
Belo Horizonte	214,55	3,85	-6,82	-6,03	50,15
Brasília	221,18	1,69	-6,34	3,25	51,70
Curitiba	209,73	-0,39	-8,57	0,10	49,03
Florianópolis	210,13	-1,90	-12,09	-0,14	49,12
Fortaleza	186,28	3,95	-5,59	-1,35	43,54
Goiânia	211,85	1,26	1,16	9,38	49,52
João Pessoa	184,02	5,32	-8,24	1,72	43,02
Natal	191,77	0,02	-9,88	2,06	44,83
Porto Alegre	234,81	-1,64	-7,87	3,54	54,89
Recife	176,65	0,67	-3,79	2,60	41,29
Rio de Janeiro	222,60	1,82	-7,16	0,16	52,03
Salvador	191,17	-1,16	-0,98	8,21	44,69
São Paulo	225,63	1,68	-5,79	-0,96	52,74
Vitória	219,32	0,65	-3,61	3,26	51,27
Manaus	210,69	-2,58	-6,70	nd	49,25

Fonte: Dieese.

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

² Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2008/2009

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2008 ²	2009 ³	Variação(%)	2008 ²	2009 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	170.998	168.976	-1,2	25.121	24.157	-3,8
Algodão herbáceo	1.189.460	980.363	-17,6	3.770	3.264	-13,4
Alho	4.124	4.646	12,7	6.761	7.386	9,2
Amendoim	7.393	6.939	-6,1	1.073	1.072	-0,1
Arroz total	40.897	58.815	43,8	1.598	1.747	9,3
Arroz sequeiro	35.512	53.047	49,4	1.488	1.655	11,2
Arroz irrigado	5.385	5.772	7,2	3.120	3.554	13,9
Batata-inglesa	291.220	290.800	-0,1	39.904	37.668	-5,6
Cana-de-açúcar	6.180.785	5.940.840	-3,9	56.977	56.349	-1,1
Cebola	254.785	254.128	-0,3	23.411	23.128	-1,2
Feijão total	298.556	388.282	30,1	610	539	-11,6
Feijão 1ª safra	92.607	109.183	17,9	526	539	2,5
Sequeiro	29.277	40.115	37,0	466	599	28,5
Irrigado	13.123	13.256	1,0	2.942	3.360	14,2
Caupi	50.207	55.812	11,2	462	598	29,4
Feijão 2ª safra	205.949	279.099	35,5	657	825	25,6
Sequeiro	161.933	228.813	41,3	572	742	29,7
Irrigado	33.946	42.654	25,7	2.653	2.757	3,9
Caupi	10.070	7.632	-24,2	560	516	-7,9
Fumo	8.705	7.805	-10,3	984	1.012	2,8
Girassol	10.291	5.929	-42,4	1.134	1.514	33,5
Mamona	97.954	61.116	-37,6	831	588	-29,2
Mandioca	4.519.966	4.200.960	-7,1	13.126	12.952	-1,3
Milho total	1.882.648	2.056.707	9,2	2.663	3.979	49,4
Milho 1ª safra	1.404.873	1.543.338	9,9	3.725	3.725	0,0
Sequeiro	1.236.158	1.383.538	11,9	3.454	3.750	8,6
Irrigado	168.715	159.800	-5,3	8.783	8.455	-3,7
Milho 2ª safra	477.775	513.369	7,4	1.448	1.533	5,9
Sequeiro	473.162	512.486	8,3	1.440	1.532	6,4
Irrigado	4.613	883	-80,9	3.661	2.493	-31,9
Soja	2.747.634	2.417.150	-12,0	3.036	2.550	-16,0
Sorgo granífero	103.049	128.746	24,9	1.599	1.458	-8,8
Tomate	269.754	265.581	-1,5	44.099	44.907	1,8
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	1.425.709	1.425.421	0,0	15.442	15.481	0,3
Cacau	139.331	141.662	1,7	255	258	1,2
Café	170.680	172.356	1,0	1.105	1.136	2,8
Castanha-de-cajú	4.536	5.130	13,1	186	213	14,5
Coco-da-baía ⁴	598.815	613.550	2,5	7.394	7.446	0,7
Guaraná	2.071	2.073	0,1	318	318	0,0
Laranja ⁵	1.125.609	1.113.168	-1,1	17.462	17.327	-0,8
Mamão ⁵	1.128.754	951.726	-15,7	62.417	59.487	-4,7
Pimenta-do-reino	4.181	4.260	1,9	2.362	2.369	0,3
Sisal	240.084	231.737	-3,5	878	874	-0,5
Uva	101.787	97.521	-4,2	23.107	23.104	0,0

Fonte: IBGE/GCEA–LSPA–PAM.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro de 2008 (dados sujeitos a retificação).³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio de 2009 (dados sujeitos a retificação).⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual.

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos – Bahia – 2008/2009

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2008 ²	2009 ³	Variação (%)	2008 ²	2009 ³	Variação (%)	2008 ²	2009 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	9.328	9.512	2,0	6.807	6.995	2,8	2.521	2.517
Algodão herbáceo	315.477	300.645	-4,7	315.477	300.370	-4,8	0	275
Alho	610	629	3,1	610	629	3,1	0	0
Amendoim	6.887	6.915	0,4	6.887	6.915	0,4	0	0
Arroz total	25.642	33.667	31,3	25.587	33.667	31,6	55	0
Arroz sequeiro	23.916	32.043	34,0	23.916	32.043	34,0	0	0
Arroz irrigado	1.726	1.624	-5,9	1.726	1.624	-5,9	0	0
Batata-inglesa	7.298	7.720	5,8	7.298	7.720	5,8	0	0
Cana-de-açúcar	109.558	109.828	0,2	108.479	105.429	-2,8	1.079	4.399
Cebola	10.883	10.988	1,0	10.883	10.883	0,0	0	105
Feijão total	578.400	587.782	1,6	489.617	540.833	10,5	88.783	46.949
Feijão 1ª safra	259.383	249.348	-3,9	175.970	202.399	15,0	83.413	46.949
Sequeiro	135.607	107.602	-20,7	62.823	66.947	6,6	72.784	40.655
Irrigado	4.660	3.485	-25,2	4.660	3.945	-15,3	0	-460
Caupi	119.316	137.801	15,5	108.687	131.507	21,0	10.629	6.294
Feijão 2ª safra	319.017	338.434	6,1	313.647	338.434	7,9	5.370	0
Sequeiro	287.208	308.166	7,3	282.868	308.166	8,9	4.340	0
Irrigado	12.795	15.470	20,9	12.795	15.470	20,9	0	0
Caupi	19.014	14.798	-22,2	17.984	14.798	-17,7	1.030	0
Fumo	8.850	7.716	-12,8	8.850	7.716	-12,8	0	0
Girassol	9.071	3.915	-56,8	9.071	3.915	-56,8	0	0
Mamona	120.379	106.468	-11,6	117.934	103.998	-11,8	2.445	2.470
Mandioca	393.036	397.983	1,3	344.364	324.360	-5,8	48.672	73.623
Milho total	804.372	838.704	4,3	707.014	722.644	2,2	97.358	116.060
Milho 1ª safra	471.310	503.897	6,9	377.117	387.837	2,8	94.193	116.060
Sequeiro	452.100	484.997	7,3	357.907	368.937	3,1	94.193	116.060
Irrigado	19.210	18.900	-1,6	19.210	18.900	-1,6	0	0
Milho 2ª safra	333.062	334.807	0,5	329.897	334.807	1,5	3.165	0
Sequeiro	331.802	334.507	0,8	328.637	334.507	1,8	3.165	0
Irrigado	1.260	300	-76,2	1.260	300	-76,2	0	0
Soja	905.018	947.902	4,7	905.018	947.902	4,7	0	0
Sorgo granífero	65.540	96.550	47,3	64.440	88.310	37,0	1.100	8.240
Tomate	6.117	5.914	-3,3	6.117	5.914	-3,3	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	96.889	96.824	-0,1	92.326	92.073	-0,3	4.563	4.751
Cacau	569.155	566.332	-0,5	547.244	548.253	0,2	21.911	18.079
Café	160.569	161.277	0,4	154.399	151.774	-1,7	6.170	9.503
Castanha-de-cajú	24.613	24.336	-1,1	24.324	24.077	-1,0	289	259
Coco-da-baía	81.954	83.452	1,8	80.992	82.395	1,7	962	1.057
Guaraná	6.667	6.698	0,5	6.512	6.522	0,2	155	176
Laranja	64.513	64.525	0,0	64.462	64.244	-0,3	51	281
Mamão	18.154	16.175	-10,9	18.084	15.999	-11,5	70	176
Pimenta-do-reino	1.840	1.798	-2,3	1.770	1.798	1,6	70	0
Sisal	280.813	269.096	-4,2	273.398	265.026	-3,1	7.415	4.070
Uva	4.405	4.380	-0,6	4.405	4.221	-4,2	0	159

Fonte: IBGE/GCEA–LSPA–PAM.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2008 (dados sujeitos a retificação).³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2009 (dados sujeitos a retificação).⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida.

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – mar. 2009			
			(%)
Classes e gêneros	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Indústria geral	-2,4	-10,1	-1,1
Extrativa mineral	-3,1	-4,7	-0,4
Indústria de transformação	-2,4	-10,3	-1,1
Alimentos e bebidas	14,0	13,6	7,4
Celulose, papel e produtos de papel	10,6	-0,2	22,2
Refino de petróleo e álcool	-1,7	-8,1	-1,7
Produtos químicos	-3,3	-19,7	-10,5
Borracha e plástico	4,9	3,0	10,5
Minerais não metálicos	9,6	11,8	18,0
Metalurgia básica	-37,2	-35,8	-7,0
Veículos automotores	0,9	-0,8	-10,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – mar. 2008/mar. 2009			
			(%)
Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Março 2008	0,0	3,8	2,4
Abril	13,2	6,0	4,1
Maio	5,9	6,0	4,6
Junho	-1,3	4,8	4,2
Julho	0,6	4,1	3,6
Agosto	7,3	4,5	4,1
Setembro	11,3	5,3	5,2
Outubro	-0,8	4,6	4,8
Novembro	-3,3	3,9	4,3
Dezembro	-14,5	2,4	2,4
Janeiro	-18,1	-18,1	0,8
Fevereiro	-10,1	-14,2	-0,9
Março 2009	-2,4	-10,3	-1,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – mar. 2009				
				(%)
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/irrigação	24,6	43,2	-3,5	-0,3
Residencial	10,4	19,4	8,6	7,9
Industrial ¹	11,7	0,7	-6,5	7,8
Comercial	9,3	13,1	6,4	7,3
Utilidades públicas ²	9,0	10,7	4,1	0,6
Setor público	22,8	17,4	6,3	7,1
Concessionária	9,2	7,6	-1,0	-0,4
Total	11,7	9,2	-0,1	6,7

Fontes: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.⁵ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ – Bahia – mar. 2008			
			(%)
Classes e gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio varejista	1,3	2,6	6,3
Combustíveis e lubrificantes	-4,2	-2,0	7,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,2	4,4	3,2
Hipermercados e supermercados	-1,4	2,5	1,7
Tecidos, vestuário e calçados	-4,2	-4,8	-4,6
Móveis e eletrodomésticos	-0,5	-4,0	10,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	14,7	9,6	11,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	11,4	33,7	26,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-22,3	-26,7	1,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	36,7	38,5	28,4
Veículos, motos e peças	20,4	7,6	8,5
Material de construção	-1,4	-6,8	6,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Dados deflacionados pelo IPCA.² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Total de cheques compensados – Bahia – mar. 2008/mar. 2009

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³
Março 2008	1,0	-10,9	-8,6	2,4	0,6	5,1
Abril	-6,5	-15,9	-10,4	-3,0	-0,2	3,8
Maio	-1,6	-18,2	-11,9	0,0	-4,1	2,2
Junho	1,2	-9,5	-11,6	1,1	5,0	2,6
Julho	5,3	-15,5	-12,1	9,3	5,3	3,0
Agosto	-6,7	-17,5	-12,8	-6,0	-0,84	2,5
Setembro	11,0	3,0	-11,2	9,3	21,8	4,5
Outubro	-3,3	-16,5	-11,8	3,4	5,2	4,6
Novembro	-12,7	-20,1	-12,5	-15,4	-3,5	3,8
Dezembro	18,1	-2,2	-11,7	16,3	12,5	4,6
Janeiro	-10,4	-23,3	-23,3	-9,9	-13,1	-13,1
Fevereiro	-13,1	-20,3	-21,9	-12,3	-9,4	-11,4
Março 2009	20,5	-5,0	-16,6	20,5	6,6	-5,7

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.³ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador – abr. 2009				(%)
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios	
Desemprego total	20,5	18,2	29,4	
Desemprego aberto	12,7	11,5	17,4	
Desemprego oculto	7,8	6,7	11,9	
Participação (PEA/PIA)	58,8	58,9	58,5	

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/abr. 2009					(%)
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2008	11,7	11,1	61,8	62,5	
Fevereiro	11,9	11,1	61,4	61,7	
Março	12,3	11,6	60,9	61,3	
Abril	12,6	12,0	60,1	60,3	
Maio	12,4	11,7	59,9	60,1	
Junho	12,2	11,5	59,7	59,9	
Julho	12,2	11,3	59,6	60,2	
Agosto	12,2	11,5	60,0	60,7	
Setembro	12,2	11,6	60,3	60,8	
Outubro	12,6	12,0	60,5	60,7	
Novembro	11,9	11,3	60,1	60,2	
Dezembro	11,7	11,0	59,3	59,4	
Janeiro 2009	11,5	10,9	58,9	59,4	
Fevereiro	11,5	11,0	58,7	59	
Março	12,0	10,9	58,7	59,1	
Abril	12,7	11,5	58,8	58,9	

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/abr. 2009

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	10 anos números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2008	1.862	141,9	1.493	142,7	369	138,7	1.151	125,7	61,8	19,8	3.506
Fevereiro	1.855	141,4	1.467	140,2	388	145,9	1.165	127,2	61,4	20,9	3.512
Março	1.844	140,5	1.457	139,3	387	145,5	1.183	129,1	60,9	21,0	3.518
Abril	1.824	139,0	1.445	138,1	379	142,5	1.210	132,1	60,1	20,8	3.524
Mai	1.822	138,9	1.443	138,0	379	142,5	1.220	133,2	59,9	20,8	3.531
Junho	1.820	138,7	1.445	138,1	375	141,0	1.229	134,2	59,7	20,6	3.537
Julho	1.821	138,8	1.449	138,5	372	139,8	1.235	134,8	59,6	20,4	3.543
Agosto	1.838	140,1	1.472	140,7	366	137,6	1.225	133,7	60,0	19,9	3.549
Setembro	1.851	141,1	1.486	142,1	365	137,2	1.219	133,1	60,3	19,7	3.555
Outubro	1.862	141,9	1.482	141,7	380	142,9	1.216	132,8	60,5	20,4	3.562
Novembro	1.854	141,3	1.485	142,0	369	138,7	1.231	134,4	60,1	19,9	3.568
Dezembro	1.833	139,7	1.470	140,5	363	136,5	1.259	137,4	59,3	19,8	3.574
Janeiro 2009	1.825	139,1	1.471	140,6	354	133,1	1.273	139,0	58,9	19,4	3.580
Fevereiro	1.823	138,9	1.469	140,4	354	133,1	1.283	140,1	58,7	19,4	3.587
Março	1.827	139,3	1.460	139,6	367	138,0	1.285	140,3	58,7	20,1	3.593
Abril	1.834	139,8	1.458	139,4	376	141,4	1.285	140,3	58,8	20,5	3.599
Variação mensal											
Abr. 09/mar. 09	0,4		-0,1		2,5		0,0		0,2		2,0
Variação no ano											
Abr. 09/dez. 08	0,1		-0,8		3,6		2,1		-0,8		3,5
Variação anual											
Abr. 09/abr. 08	0,5		0,9		-0,8		6,2		-2,2		-1,4

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.² Base: Dezembro 1996 = 100. A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/abr. 2009

(%)

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2008	9,4	6,3	16,5	31,6	26,8	8,6	0,8
Fevereiro	9,5	6,0	17,0	31,6	26,5	8,4	1,0
Março	9,2	5,8	16,1	31,9	27,5	8,2	1,3
Abril	9,0	4,9	16,2	32,5	28,1	8,0	1,3
Maio	8,4	5,2	15,7	33,7	27,7	8,0	1,3
Junho	8,7	5,5	15,3	34,0	27,1	8,4	1,0
Julho	8,5	5,9	15,2	34,2	26,6	8,6	1,0
Agosto	8,6	5,8	15,6	33,5	27,0	8,5	1,0
Setembro	8,5	5,7	15,5	33,3	27,5	8,7	0,8
Outubro	8,8	6,2	15,2	32,7	27,6	8,3	1,2
Novembro	8,9	6,0	15,0	32,6	28,5	8,0	1,0
Dezembro	8,8	6,3	16,0	32,5	27,6	7,7	1,1
Janeiro 2009	8,6	6,1	17,0	32,4	26,7	8,2	1,0
Fevereiro	9,0	6,2	16,6	32,7	26,1	8,5	0,9
Março	8,5	6,2	16,0	33,1	26,7	8,5	1,0
Abril	8,5	6,0	15,0	33,4	27,9	8,1	1,1

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros;

Comunicação; diversão, radiodifusão, e televisão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza.

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços.

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/abr. 2009

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos					
	Total	Assalariado priv. c/ carteira	Assalariado priv. s/ carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/ público	Autônomo trab. p/ empresa	Empregador	Domésticos	Outros ¹
Janeiro 2008	61,9	39,3	9,7	12,8	23,4	19,3	4,1	2,9	8,6	3,2
Fevereiro	61,2	39,1	9,3	12,8	23,8	19,1	4,7	3	8,4	3,6
Março	61,9	38,6	9,7	13,6	23,2	18,9	4,3	3,5	8,2	3,2
Abril	63,2	38,7	10,1	14,4	22,5	18,6	3,9	3,4	8,1	2,8
Maio	63,8	39,1	10,7	14,0	22,5	19,2	3,4	3,2	8,0	2,5
Junho	64,8	39,7	10,9	14,3	21,6	18,9	2,8	2,9	8,4	2,3
Julho	64,7	39,9	10,7	14,0	21,7	19,3	2,4	2,9	8,6	2,1
Agosto	64,5	39,7	10,6	14,0	21,7	19,2	2,5	3,1	8,5	2,2
Setembro	64,5	40,2	10,6	13,6	21,4	18,8	2,6	3,2	8,7	2,2
Outubro	64,9	40,3	10,5	14,0	21,4	18,8	2,5	3,4	8,3	2,0
Novembro	65,4	40,4	10,2	14,6	21,0	18,2	2,9	3,5	8,0	2,1
Dezembro	64,5	40,3	9,6	14,5	21,9	18,6	3,4	3,6	7,7	2,3
Janeiro 2009	64,0	40,6	9,3	13,9	22,3	18,7	3,6	3,2	8,2	2,3
Fevereiro	64,2	41,0	9,4	13,8	22,5	19,3	3,2	2,9	8,5	1,9
Março	64,7	40,8	9,5	14,4	21,9	19,3	2,6	2,8	8,5	2,1
Abril	65,7	41,4	9,2	15,1	21,3	18,6	2,7	3,0	8,1	1,9

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/mar. 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados¹			Assalariados²		
	Valor absoluto³		Índice⁴	Valor absoluto³		Índice⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2008	949,9	539,9	90,4	1.076,1	641,9	89,3
Fevereiro	943,2	535,2	89,8	1.047,7	636,8	87,0
Março	933,3	530,3	88,9	1.045,6	636,6	86,8
Abril	942,5	546,8	89,7	1.053,6	655,6	87,5
Maiο	967,7	572,5	92,1	1.090,8	681,8	90,6
Junho	967,9	571,6	92,2	1.096,3	677,0	91,0
Julho	974,8	567,7	92,8	1.101,9	674,9	91,5
Agosto	969,3	568,0	92,3	1.079,8	673,9	89,6
Setembro	980,8	565,9	93,4	1.078,5	667,5	89,5
Outubro	1002,1	593,4	95,4	1.099,4	665,0	91,3
Novembro	1003,8	593,3	95,6	1.110,6	669,9	92,2
Dezembro	987,3	608,4	94,0	1.085,6	683,7	90,1
Janeiro 2009	971,0	604,0	92,4	1.074,3	683,5	89,2
Fevereiro	974,2	601,8	92,7	1.077,0	674,0	89,4
Março	1002,0	600,0	95,4	1.100,9	659,0	91,4
Variação mensal						
Mar. 09/fev. 09	2,9	-0,3	2,9	2,2	-2,2	2,2
Variação anual						
Mar. 09/mar. 08	7,4	13,1	7,4	5,3	3,5	5,3

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de março – 2009.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro –1996 = 100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/mar. 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2008	378	523	607	979	2.394
Fevereiro	418	514	604	947	2.419
Março	383	494	606	904	2.427
Abril	372	487	601	902	2.444
Maio	370	491	603	919	2.444
Junho	350	480	604	942	2.434
Julho	345	500	619	947	2.509
Agosto	339	499	611	947	2.524
Setembro	332	530	591	938	2.622
Outubro	332	520	571	966	2.638
Novembro	317	517	563	979	2.680
Dezembro	344	514	580	985	2.608
Janeiro 2009	344	522	602	971	2.473
Fevereiro	350	526	609	952	2.417
Março	350	531	614	958	2.441

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de março – 2009

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/mar. 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2008	93	84	79	102	86	114
Fevereiro	91	81	78	98	85	101
Março	89	84	78	95	83	107
Abril	90	90	80	97	85	104
Maio	92	95	87	97	87	107
Junho	94	96	90	99	89	104
Julho	94	95	95	98	89	104
Agosto	94	91	92	100	90	103
Setembro	94	93	88	99	89	102
Outubro	97	99	86	102	91	104
Novembro	97	104	86	102	91	103
Dezembro	94	94	85	101	88	105
Janeiro 2009	92	86	85	100	85	110
Fevereiro	91	84	82	100	83	113
Março	91	86	83	101	84	111

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de março – 2009

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/mar. 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2008	213	407	540	1.063	2.142	404	436	642	1.177	2.223
Fevereiro	212	403	535	1.058	2.125	402	428	637	1.169	2.142
Março	210	403	530	1.051	2.018	401	437	637	1.158	2.115
Abril	209	412	547	1.046	2.082	402	436	656	1.173	2.104
Maio	208	432	572	1.051	2.090	432	436	682	1.254	2.155
Junho	208	429	572	1.045	2.082	429	438	677	1.254	2.195
Julho	206	428	568	1.041	2.081	428	444	675	1.240	2.278
Agosto	206	427	568	1.030	2.067	427	442	674	1.210	2.233
Setembro	205	426	566	1.030	2.060	426	430	668	1.138	2.167
Outubro	205	426	593	1.028	2.057	425	441	665	1.229	2.148
Novembro	204	424	593	1.125	2.054	424	449	670	1.232	2.146
Dezembro	203	422	608	1.059	2.046	422	460	684	1.225	2.056
Janeiro 2009	203	418	604	1.021	2.041	418	453	683	1.208	2.114
Fevereiro	203	421	602	1.017	2.034	417	466	674	1.208	2.106
Março	220	447	600	1.100	2.013	417	466	659	1.203	2.206

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de março de 2009.

² Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

³ Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia – jan. 2008/abr. 2009					
Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2008	40.922	4.094	3.892	13.643	19.292
Janeiro	2.714	691	1.564	154	-506
Fevereiro	810	-277	1.508	708	-764
Março	10.595	767	3.561	88	4.854
Abril	11.990	2.600	2.390	573	2.793
Maio	13.619	3.340	3.181	1.256	1.781
Junho	6.427	161	-485	2.177	2.570
Julho	6.685	1.033	-1.425	-552	3.040
Agosto	4.793	1.344	805	2.041	1.122
Setembro	5.313	916	739	2.378	4.095
Outubro	-6.446	-333	-3.834	2.140	-1.317
Novembro	-353	-2.728	231	2.898	3.300
Dezembro	-15.225	-3.420	-4.343	-218	-1.676
2009	7.919	-1.649	5.028	-1.836	4.216
Janeiro	-917	-1.018	906	-1.480	-256
Fevereiro	422	-277	-282	-421	945
Março	4.497	27	1.839	-425	2.042
Abril	3.917	-381	2.565	490	1.485
maio 2008 – abr 2009	22.732	-1.336	-103	10.284	17.131

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/abr. 2009

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2008	22.035	909	1.873	4.550	13.636
Janeiro	67	121	1.378	-313	-1.122
Fevereiro	1.241	-58	925	366	-159
Março	6.943	55	2.495	87	4.250
Abril	3.287	419	1.465	7	1.444
Maio	5.375	611	2.810	344	1.427
Junho	2.592	318	-517	595	1.983
Julho	96	44	-1.689	-384	1.958
Agosto	2.074	488	21	810	512
Setembro	4.909	528	76	1.101	3.096
Outubro	-3.081	-21	-2.569	932	-1.343
Novembro	4.532	-464	716	1.077	2.952
Dezembro	-6.000	-1.132	-3.238	-72	-1.362
2009	3.510	-1.539	3.591	-1.611	3.411
Janeiro	-1.146	101	378	-1.179	-241
Fevereiro	-1.219	-649	-489	-359	333
Março	2.810	-620	1.529	-295	2.185
Abril	3.065	-371	2.173	222	1.134
Maio 2008 – abr. 2009	14.007	-1.167	-799	2.792	12.634

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

FINANÇAS PÚBLICAS

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-mar. 2009							
(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Fev-mar 2009 (c)	% C/b	Até o bimestre (d)	% D/b	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	1.043.551.330	1.043.551.330	339.488.913	32,53	413.815.059	39,65	629.736.271
Receitas correntes	839.902.453	839.902.453	112.282.399	13,37	181.539.892	21,61	658.362.561
Receita tributária	289.838.529	289.838.529	38.176.303	13,17	64.211.770	22,15	225.626.759
Receita de contribuições	431.990.477	431.990.477	58.223.540	13,48	90.539.109	20,96	341.451.368
Receita patrimonial	51.636.459	51.636.459	5.192.292	10,06	8.586.500	16,63	43.049.959
Receita agropecuária	23.078	23.078	2.930	12,70	5.386	23,34	17.692
Receita industrial	653.879	653.879	83.283	12,74	140.436	21,48	513.443
Receita de serviços	33.660.979	33.660.979	5.499.267	16,34	10.121.829	30,07	23.539.150
Transferências correntes	304.760	304.760	15.156	4,97	38.208	12,54	266.552
Receitas correntes a classificar	-	-	(8.417)	-	8.649	-	(8.649)
Outras receitas correntes	31.794.293	31.794.293	5.098.044	16,03	7.888.004	24,81	23.906.289
Receitas de capital	203.648.877	203.648.877	227.206.514	111,57	232.275.168	114,06	(28.626.291)
Operações de crédito	119.064.938	119.064.938	32.809.069	27,56	34.363.360	28,86	84.701.578
Alienação de bens	5.070.315	5.070.315	50.959	1,01	60.787	1,20	5.009.528
Amortizações de empréstimos	22.261.895	22.261.895	5.048.976	22,68	7.103.639	31,91	15.158.256
Transferências de capital	149.781	149.781	6.417	4,28	11.727	7,83	138.054
Outras receitas de capital	57.101.948	57.101.948	189.291.094	331,50	190.735.645	334,03	(133.633.697)

Fonte: STN/CCONT/Geinc-Siafi.

(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial(a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Fev-mar 2009 (c)	% C/b	Até o bimestre (d)	% D/b	
Receitas (intraorçamentárias) (II)	12.349.868	12.349.868	1.583.965	12,83	2.418.103	19,58	9.931.765,00
Receitas correntes	12.349.868	12.349.868	1.583.965	12,83	2.418.103	19,58	9.931.765,00
Receita tributária	-	-	448	-	505	-	(505,00)
Receita de contribuições	12.166.601	12.166.601	1.560.505	12,83	2.388.713	19,63	9.777.888,00
Receita patrimonial	2.039	2.039	(7)	(0,34)	741	36,34	1.298,00
Receita industrial	135.172	135.172	19.685	14,56	23.616	17,47	111.556,00
Receita de serviços	42.862	42.862	2.824	6,59	3.673	8,57	39.189,00
Outras receitas correntes	3.915	3.915	338	8,63	519	13,26	3.396,00
Subtotal das receitas (III)=(I+II)	1.055.901.198	1.055.901.198	341.072.878	45	416.233.162	59	639.668.036
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	525.546.563	525.546.563	18.760.400	4	48.115.264	9,16	477.431.299
Operações de crédito internas	525.546.563	525.546.563	18.760.400	4	47.199.335	8,98	478.347.228
Mobiliária	525.546.563	525.546.563	18.760.400	4	47.199.335	8,98	478.347.228
Operações de crédito externas	-	-	-	-	915.929	-	(915.929)
Mobiliária	-	-	-	-	915.929	-	(915.929)
Subtotal com refinanciamento (V) = (III+IV)	1.518.447.762	1.518.447.762	359.833.277	23	464.348.427	29,36	1.117.107.984
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII)=(V+VI)	1.518.447.762	1.518.447.762	359.833.277	23	464.348.427	29,36	1.117.107.984
Saldo de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: STN/CCONT/Geinc-Siafi.

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – jan.-mar. 2009										(R\$ 1.000)
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c) = a + b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% h = (g/c)	Saldo a liquidar j = c-g	
				Fev-mar 2009 (d)	Até o bimestre (e)	Fev- mar/2009 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas (exceto intraorçamentárias) (VIII)	1.042.130.304	2.702.114	1.044.832.418	119.368.219	680.870.090	130.364.083	208.560.001	19,96	836.272.417	
Despesas correntes	821.050.335	425.101	821.475.436	37.390.094	570.792.443	107.255.382	183.669.504	22,36	637.805.932	
Pessoal e encargos sociais	155.981.984	(2.970)	155.979.014	22.673.005	40.306.545	22.564.422	37.910.014	24,30	118.069.000	
Juros e encargos da dívida	124.710.971	-	124.710.971	(15.359.964)	83.321.500	10.835.995	36.159.638	28,99	88.551.333	
Outras despesas correntes	540.357.380	428.071	540.785.451	30.076.784	447.164.398	73.854.965	109.599.851	20,27	431.185.600	
Transf. a estados, DF e municípios	194.719.309	9.900	194.729.209	16.428.866	162.612.107	26.339.632	37.233.921	19,12	157.495.288	
Benefícios previdenciários	222.091.907	-	222.091.907	403.957	218.094.910	33.548.901	49.061.409	22,09	173.030.498	
Demais despesas correntes	123.546.164	418.172	123.964.336	13.243.961	66.467.381	13.966.432	23.304.521	18,80	100.659.815	
Despesas de capital	195.150.888	2.277.013	197.427.901	81.978.124	110.077.647	23.108.700	24.890.497	12,61	172.537.404	
Investimentos	47.588.413	2.251.639	49.840.052	4.809.447	5.478.453	402.704	402.704	0,81	49.437.348	
Inversões financeiras	41.431.286	25.373	41.456.659	2.744.151	22.683.716	3.023.598	4.387.580	10,58	37.069.079	
Amortização da dívida	106.131.188	-	106.131.188	74.424.526	81.915.479	19.682.398	20.081.016	18,92	86.050.172	
Reserva de contingência	25.929.081	-	25.929.081	-	-	-	-	-	25.929.081	
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	13.786.894	-	13.786.894	2.332.254	3.489.989	1.838.723	2.751.737	19,96	11.035.157	
Despesas correntes	13.214.245	-	13.214.245	1.806.344	2.961.684	1.804.804	2.715.431	20,55	10.498.814	
Pessoal e encargos sociais	12.815.893	-	12.815.893	1.717.161	2.797.088	1.747.305	2.646.486	20,65	10.169.407	
Outras despesas correntes	398.352	-	398.352	89.183	164.596	57.499	-	-	398.352	
Despesas de capital	572.650	-	572.650	525.910	528.305	33.920	36.306	6,34	536.344	
Investimentos	44.348	-	44.348	11.602	11.603	691	692	1,56	43.656	
Inversões financeiras	528.302	-	528.302	514.308	516.702	33.229	35.613	6,74	492.689	
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	1.055.917.198	2.702.114	1.058.619.312	121.700.472	684.360.079	132.202.806	211.311.738	19,96	847.307.574	
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	525.546.563	-	525.546.563	763.314	517.964.940	3.141.527	105.135.196	20,00	420.411.367	
Amortização da dívida interna	511.274.394	-	511.274.394	-	511.274.394	2.428.106	104.037.255	20,35	407.237.139	
Dívida mobiliária	511.274.074	-	511.274.074	-	511.274.074	2.428.017	10.037.093	1,96	501.236.981	
Outras dívidas	320	-	320	-	320	89	163	50,94	157	
Amortização da dívida externa	14.272.169	-	14.272.169	763.314	6.690.546	713.420	1.097.941	7,69	13.174.228	
Dívida mobiliária	11.321.474	-	11.321.474	-	4.074.707	320.685	627.272	5,54	10.694.202	
Outras dívidas	2.950.695	-	2.950.695	763.314	2.615.838	392.735	470.669	15,95	2.480.026	
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	1.581.463.761	2.702.114	1.584.165.875	122.463.786	1.202.325.019	135.344.333	316.446.934	39,97	1.267.718.941	
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	147.901.492	-	-	
Total xiv = (XII + XIII)	1.581.463.761	2.702.114	1.584.165.875	122.463.786	1.202.325.019	135.344.333	464.348.426	39,97	1.267.718.941	

Fonte: STN/CONT/Geinc-Siafi.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Estado

(Continua)

Balanço Orçamentário – Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-fev. 2009							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan.-fev. 2009 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	21.191.016.222	21.000.929.459	2.912.105.603	14,78	2.912.105.603	13,87	18.088.823.856
Receitas correntes	19.694.297.535	19.704.210.772	2.900.669.020	26,78	2.900.669.020	14,72	16.803.541.752
Receita tributária	10.829.527.822	10.829.481.822	1.734.904.028	16,57	1.734.904.028	16,02	9.094.577.794
Impostos	10.472.927.837	10.472.927.837	1.682.734.678	471,88	1.682.734.678	16,07	8.790.193.159
Taxas	356.599.985	356.599.985	52.169.350	14,63	52.169.350	14,63	304.430.635
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	1.276.609.873	1.276.609.873	173.964.266	13,63	173.964.266	13,63	1.102.645.607
Contribuições sociais	1.276.609.873	1.276.609.873	173.964.266		173.964.266	13,63	1.102.645.607
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	234.133.247	234.133.247	31.532.829	134,08	31.532.829	13,47	202.600.418
Receitas imobiliárias	23.517.358	23.517.358	2.217.157	1,09	2.217.157	9,43	21.300.201
Receitas de valores mobiliários	203.190.889	203.190.889	29.135.816	457,03	29.135.816	14,34	174.055.073
Receitas de concessões e permissões	6.375.000	6.375.000	135.261	12,88	135.261	2,12	6.239.739
Outras receitas patrimoniais	1.050.000	1.050.000	44.594	3,62	44.594	4,25	1.005.406
Receita agropecuária	1.232.000	1.232.000	-	-	-	-	1.232.000
Receita da produção vegetal	11.000	11.000	-	-	-	-	11.000
Receita da produção animal e derivados	907.000	907.000	-	-	-	-	907.000
Outras receitas agropecuárias	314.000	314.000	-	-	-	-	314.000
Receita industrial	124.000	124.000	-	-	-	-	124.000
Receita da indústria de transformação	124.000	124.000	-	-	-	-	124.000
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	118.834.730	118.834.730	12.635.053	10,63	12.635.053	10,63	106.199.677
Receita de serviços	118.834.730	118.834.730	12.635.053	0,15	12.635.053	10,63	106.199.677
Transferências correntes	8.612.222.303	8.612.268.303	1.261.241.595	15,13	1.261.241.595	14,64	7.351.026.708
Transferências intergovernamentais	8.337.289.446	8.337.289.446	1.246.903.918	-	1.246.903.918	14,96	7.090.385.528
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	3.256.500	3.256.500	-	-	-	-	3.256.500
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	271.676.357	271.676.357	14.337.676	-	14.337.676	5,28	257.338.681
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	1.127.295.097	1.137.208.334	79.014.415	43,88	79.014.415	6,95	1.058.193.919
Multas e juros de mora	180.060.747	180.060.747	16.598.261	14,40	16.598.261	9,22	163.462.486
Indenizações e restituições	115.261.302	115.261.302	1.442.195	10,28	1.442.195	1,25	113.819.107
Receita da dívida ativa	14.030.000	14.030.000	1.298.102	0,16	1.298.102	9,25	12.731.898
Receitas diversas	817.943.048	827.856.285	59.675.856	(2,38)	59.675.856	7,21	768.180.429
Conta retificadora da receita orçamentária	(2.505.681.537)	(2.505.681.537)	(392.623.165)	(26,23)	(392.623.165)	15,67	(2.113.058.372)
Receitas de capital	1.496.718.687	1.496.718.687	11.436.583	1,93	11.436.583	0,76	1.485.282.104
Operações de crédito	592.951.645	592.951.645	9.117.402	9,45	9.117.402	1,54	583.834.243
Operações de crédito internas	96.496.000	96.496.000	8.514.836	1,72	8.514.836	8,82	87.981.164
Operações de crédito externas	496.455.645	496.455.645	602.567	0,61	602.567	0,12	495.853.078
Alienação de bens	98.260.617	98.260.617	59.455	0,06	59.455	0,06	98.201.162
Alienação de bens móveis	93.166.866	93.166.866	-	-	-	-	93.166.866
Alienação de bens imóveis	5.093.751	5.093.751	59.455	0,11	59.455	1,17	5.034.296
Amortização de empréstimos	52.662.367	52.662.367	485.889	0,92	485.889	0,92	52.176.478

(Conclusão)

Balanco Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-fev. 2009

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan.-fev. 2009 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Amortização de empréstimos	52.662.367	52.662.367	485.889	0,06	485.889	0,92	52.176.478
Transferências de capital	752.631.058	752.631.058	1.773.813	1,79	1.773.813	0,24	750.857.245
Transferências intergovernamentais	98.832.903	98.832.903	1.167.345	114,22	1.167.345	1,18	97.665.559
Transferências de instituições privadas	1.022.000	1.022.000	-	-	-	-	1.022.000
Transferências do exterior	1.216.200	1.216.200	-	-	-	-	1.216.200
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	651.559.955	651.559.955	606.469	0,09	606.469	0,09	650.953.486
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	213.000	213.000	23	0,01	23	0,01	212.977
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-
Div. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	213.000	213.000	23	-	23	0,01	212.977
Receitas (intraorçamentárias) (II)	1.289.168.127	1.289.168.127	222.309.646	17,24	222.309.646	17,24	1.066.858.481
Subtotal das receitas (III)=(I+II)	22.480.184.349	22.290.097.586	3.134.415.250	14,06	3.134.415.250	14,06	19.155.682.336
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V)=(III+IV)	22.480.184.349	22.290.097.586	3.134.415.250	14,06	3.134.415.250	14,06	19.155.682.336
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII)= (V+VI)	22.480.184.349	22.290.097.586	3.134.415.250	14,06	3.134.415.250	14,06	19.155.682.336
Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	9.913.237	-	-

Receitas intraorçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan.-fev. 2009 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas correntes	1.289.168.127	1.289.168.127	222.309.646	17,24	222.309.646	17,24	1.066.858.481
Receita de contribuições	1.287.268.127	1.287.268.127	222.309.646	17,27	222.309.646	17,27	1.064.958.481
Contribuições sociais	1.287.268.127	1.287.268.127	222.309.646	17,27	222.309.646	17,27	1.064.958.481
Total	1.289.168.127	1.289.168.127	222.309.646	17,24	222.309.646	17,24	1.066.858.481

Fonte: STN/CCONT/Geinc-Siafi.

Balanco Orçamentário - Despesa Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-fev. 2009										RS 1
Despesas	Dotação (d)	Créditos (e)	Dotação (f) = (d+e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas			Saldo a executar (f-i)	
				Jan.-fev. 2008 (g)	Até o bimestre (h)	Jan.-fev. 2009 (i)	Até o bimestre (j)	% (j/f)		
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	21.192.701.222	(6.466.997)	21.186.234.225	2.791.918.184	2.791.918.184	2.609.416.036	2.609.416.036	12,32	18.576.818.189	
Despesas correntes	17.352.701.222	36.920.536	17.389.621.758	2.420.022.979	2.420.022.979	2.273.687.485	2.273.687.485	13,07	15.115.934.274	
Pessoal e encargos sociais	8.979.276.674	23.753.337	9.003.030.011	1.487.131.627	1.487.131.627	1.466.005.399	1.466.005.399	16,28	7.537.024.612	
Juros e encargos da dívida	465.075.358	-	465.075.358	76.119.674	76.119.674	76.119.674	76.119.674	16,37	388.955.684	
Outras despesas correntes	7.907.820.002	13.167.199	7.920.987.201	856.771.678	856.771.678	731.562.411	731.562.411	9,24	7.189.424.790	
Transferências a municípios	2.848.612.230	-	2.848.612.230	425.392.426	425.392.426	425.392.426	425.392.426	14,93	2.423.219.804	
Demais despesas correntes	5.059.207.772	13.167.199	5.072.374.971	431.379.251	431.379.251	306.169.985	306.169.985	6,04	4.766.204.986	
Despesas de capital	3.758.715.188	(43.822.663)	3.714.892.525	371.895.206	371.895.206	335.728.552	335.728.552	9,04	3.379.163.973	
Investimentos	2.309.186.546	48.822.663	2.358.009.209	60.750.699	60.750.699	24.584.045	24.584.045	1,04	2.333.425.164	
Inversões financeiras	278.172.000	-	278.172.000	12.844.693	12.844.693	12.844.693	12.844.693	4,62	265.327.307	
Amortização da dívida	1.171.356.642	(92.210.196)	1.079.146.446	298.299.814	298.299.814	298.299.814	298.299.814	27,64	780.846.632	
Reserva de contingência	30.000.000	-	30.000.000	-	-	-	-	-	30.000.000	
Reserva do rpps	51.814.000	-	51.814.000	-	-	-	-	-	51.814.000	
Despesas (intraorçamentárias) (II)	1.287.483.127	16.380.234	1.303.863.361	211.791.736	211.791.736	203.948.191	203.948.191	15,64	1.099.915.170	
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	22.480.184.349	9.913.237	22.490.097.586	3.003.709.920	3.003.709.920	2.813.364.228	2.813.364.228	28	19.676.733.358	
Amortização da dívida/refinanciamento (IV)										
Amortização da dívida interna										
Dívida mobiliária										
Outras dívidas										
Amortização da dívida externa										
Dívida mobiliária										
Outras dívidas										
Subtotal com refinanciamento (V)=(III+IV)	22.480.184.349	9.913.237	22.490.097.586	3.003.709.920	3.003.709.920	2.813.364.228	2.813.364.228	28	19.676.733.358	
Superávit (VI)										
Total (VII) = (V+VI)	22.480.184.349	9.913.237	22.490.097.586	3.003.709.920	3.003.709.920	2.813.364.228	2.813.364.228	28	19.676.733.358	

Despesas Intraorçamentárias	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f) = (d+e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas			Saldo a executar a executar (f-i)
				Jan.-fev. 2008 (g)	Até o bimestre (h)	Jan.-fev. 2008 (i)	Até o bimestre (j)	% (j/f)	
Despesas correntes	1.287.483.127	16.379.223	1.303.862.350	211.791.736	211.791.736	203.948.191	203.948.191	15,64	1.099.914.159
Pessoal e encargos sociais	1.287.483.127	969.223	1.288.452.350	211.623.916	211.623.916	203.780.371	203.780.371	15,82	1.084.671.979
Total	1.287.483.127	16.379.223	1.303.862.350	211.791.736	211.791.736	203.948.191	203.948.191	15,64	1.099.914.159

Fonte: STN/COONT/Geinc-Siafi.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2008/abr. 2009

(R\$ 1.000)

Jan./abr. 2009	ICMS		Outras		Total	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Janeiro	799.172	779.342	80.784	71.996	879.956	851.338
Fevereiro	873.329	770.421	105.360	113.144	978.689	883.566
Março	762.968	682.089	91.822	102.636	854.790	784.725
Abril	759.911	741.771	102.448	133.491	862.358	875.262
Maio	746.918		128.088		875.006	
Junho	831.137		117.469		948.606	
Julho	725.767		857.154		857.154	
Agosto	847.276		986.625		986.625	
Setembro	821.628		951.855		951.855	
Outubro	832.036		922.936		922.936	
Novembro	811.058		87.201		898.259	
Dezembro	746.839		123.495		870.334	
Total	9.558.039	2.973.624	4.555.236	421.267	10.886.568	3.394.891

Fonte: Sefaz - Balancetes mensais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

Balanço orçamentário

(Continua)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-fev. 2009							
(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan.-fev. 2009 (b)	% b/a	Até o bimestre (c)	% c/c	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	2.848.678.000	2.848.678.000	419.204.623	14,72	419.204.623	14,72	2.429.473.377
Receitas correntes	2.880.126.000	2.880.126.000	435.954.921	15,14	435.954.921	15,14	2.444.171.079
Receita tributária	827.878.000	827.878.000	190.148.127	22,97	190.148.127	22,97	637.729.873
Impostos	712.024.000	712.024.000	159.137.763	22,35	159.137.763	22,35	552.886.237
Taxas	114.147.000	114.147.000	30.771.787	26,96	30.771.787	26,96	83.375.213
Outras receitas tributárias	1.707.000	1.707.000	238.577	13,98	238.577	13,98	1.468.423
Receita de contribuições	86.435.000	86.435.000	13.089.266	15,14	13.089.266	15,14	73.345.734
Contribuições sociais	34.435.000	34.435.000	6.503.152	18,89	6.503.152	18,89	27.931.848
Contribuições econômicas	52.000.000	52.000.000	6.536.134	12,57	6.586.134	12,67	45.413.866
Receita patrimonial	74.024.000	74.024.000	7.460.493	10,08	7.460.493	10,08	66.563.507
Receitas imobiliárias	2.794.000	2.794.000	251.929,00	9,02	251.929	9,02	2.542.071
Receitas de valores mobiliários	25.596.000	25.596.000	4.822.952	18,84	4.822.952	18,84	20.773.048
Receitas de concessões e permissões	45.089.000	45.089.000	2.385.612	5,29	2.385.512	5,29	42.703.488
Outras receitas patrimoniais	545.000	545.000	-	-	-	-	500
Receita industrial	1.574.000	1.574.000	316.791	20,13	316.791	20,13	1.257.209
Receita da indústria de construção	1.574.000	1.574.000	316.791	20,13	316.791	20,13	1.257.209
Receita de serviços	13.538.000	13.538.000	170.162	1,26	170.162	1,26	13.367.838
Receita de serviços	13.538.000	13.538.000	170.162	1,26	170.162	1,26	13.367.838
Transferências correntes	1.735.509.000	1.735.509.000	211.254.073	12,17	211.254.073	12,17	1.524.254.927
Transf. Intergovernamentais	1.666.756.000	1.666.756.000	205.855.426	12,35	205.855.428	12,35	1.460.900.572
Transf. de instituições privadas	8.951.000	8.951.000	3.533.200	39,47	3.533.200	39,47	5.417.800
Transf. de pessoas	120.000	120.000	930	0,78	930	0,78	119.070
Transferências de convênios	59.682.000	59.682.000	1.854.516	3,11	1.854.516	3,11	57.827.484
Outras receitas correntes	141.168.000	141.168.000	13.515.986	9,57	13.515.988	9,57	127.652.012
Multas e juros de mora	68.167.000	68.167.000	7.062.039	10,36	7.062.039	10,36	61.104.961
Indenizações e restituições	2.385.000	2.385.000	204.607	8,58	204.607	8,58	2.180.393
Receita da dívida ativa	51.951.000	51.951.000	4.619.668	8,89	4.619.668	8,89	47.331.332
Receitas diversas	18.665.000	18.665.000	1.629.675	8,73	1.629.675	8,73	17.035.325
Receitas de capital	155.445.000	155.445.000	3.907.457	2,51	3.907.457	2,51	151.537.543
Operações de crédito	10.566.000	10.566.000	-	-	-	-	10.566.000
Operações de crédito internas	10.566.000	10.566.000	-	-	-	-	10.566.000
Alienação de bens	107.000	107.000	-	-	-	-	107.000
Alienação de bens móveis	107.000	107.000	-	-	-	-	107.000
Transferências de capital	144.663.000	144.663.000	3.907.457	2,70	3.907.457	2,70	140.755.543
Transf. Intergovernamentais	3.650.000	3.650.000	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	141.013.000	141.013.000	3.907.457	2,77	3.907.457	2,77	137.105.543
Outras receitas de capital	109.000	109.000	-	-	-	-	-
Receitas de capital diversas	109.000	109.000	-	-	-	-	-
Dedução da receita corrente	(186.893.000)	(186.893.000)	(20.657.755)	-	(20.657.755)	11,05	(166.235.245)
Receitas intraorçamentárias (II)	54.575.000	54.575.000	8.331.722	15,27	8.331.722	15,27	46.243.278

(Conclusão)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-fev. 2009							
(R\$ 1.000)							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan.-fev. 2009 (b)	% b/a	Até o bimestre (c)	% c/c	
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	3.004.123.000	3.004.123.000	423.112.080	14	423.112.080	14,08	2.581.010.920
Déficit (IV)							-
Total (V) = (III + VI)				15,37			-
Saldos de exercícios anteriores	3.004.123.000	3.004.123.000	423.112.080	14	423.112.080	14	2.581.010.920

Fonte: Sefaz/CGM/Supig.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

(R\$ 1.000)							
Receitas intraorçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan.-fev. 2009 (b)	% b/a	Jan.-fev. 2009 (c)	% c/a	
Receitas correntes	53.953.000	53.953.000	8.331.722	15,44	8.331.722	15,44	45.621.278
Receita de contribuições	52.945.000	52.945.000	8.254.073	16	8.254.073	16	44.690.927
Receita de serviços	1.008.000	1.008.000	77.649	7,70	77.649	7,70	930.351
Total	53.953.000,00	53.953.000	8.331.722	15	8.331.722	15	45.621.278

Fonte: SEFAZ/CGM/Supig.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balanco Orçamentário Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Salvador – jan.-fev. 2009									
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas				% h = (g/c)	Saldo i = (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jan.-fev. 2009 (d)	Até o bimestre (e)	Jan.-fev. 2009 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	2.848.678.000	(1.010.000)	2.847.668.000	1.524.641.901	1.524.641.901	315.049.142	315.049.142	11	2.532.618.858
Despesas correntes	2.542.806.000	1.598.700	2.544.404.700	1.420.292.480	1.420.292.480	293.943.463	293.943.463	12	2.250.461.237
Pessoal e encargos sociais	930.891.000	(1.520.000)	929.371.000	806.986.184	806.986.184	142.196.681	142.196.681	15	787.174.319
Juros e encargos da dívida	92.385.000	(15.000)	92.370.000	73.210.654	73.210.654	11.743.197	11.743.197	13	80.626.803
Outras despesas correntes	1.519.530.000	3.133.700	1.522.663.700	540.095.642	540.095.642	140.003.386	140.003.386	9	1.382.660.314
Despesas de capital	299.932.000	(2.608.700)	297.323.300	104.349.421	104.349.421	21.105.678	21.105.678	7	276.217.622
Investimentos	203.985.000	(3.285.700)	200.699.300	31.707.315	31.707.315	1.973.800	1.973.800	1	198.725.500
Inversões financeiras	4.264.000	-	4.284.000	4.200.000	4.200.000	-	-	-	4.284.000
Amortização da dívida	91.663.000	677.000	92.340.000	68.442.106	68.442.106	19.131.878	19.131.878	21	73.208.122
Reserva de contingência	5.940.000	-	5.940.000	-	-	-	-	-	5.940.000
Despesas (intraorçamentárias) (II)	54.575.000	1.010.000	55.585.000	49.764.864	49.764.864	7.394.491	7.394.491	13	48.190.509
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	2.903.253.000	2.903.253.000	427.536.345	1.574.406.765	1.574.406.765	322.443.633	322.443.633	75	105.092.712
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	2.903.253.000	2.903.253.000	427.536.345	1.574.406.765	1.574.406.765	322.443.633	322.443.633	75	105.092.712

Fonte: Sefaz/CGM/Suplig

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

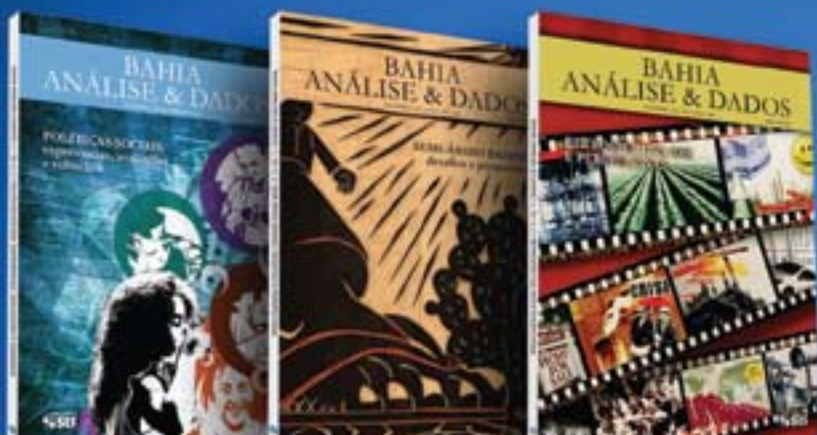
Despesas Intraorçamentárias										(R\$ 1,00)
	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas				% h = (g/c)	Saldo i = (c-g)	
				Empenhadas		Liquidadas				
				Jan.-fev. 2009 (d)	Até o bimestre (e)	Jan.-fev. 2009 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas correntes	54.295.000	1.010.000	55.305.000	49.764.864	49.764.864	7.394.491	7.394.491	13,37	47.910.509	
Pessoal e encargos sociais	52.945.000	10.000	52.965.000	48.680.900	48.680.900	7.387.039	7.387.039	14	45.577.961	
Outras despesas correntes	1.350.000	1.000.000	2.350.000	1.083.964	1.083.964	7.452	7.452	0,32	2.342.548	
Despesas de capital	280.000	-	280.000	-	-	-	-	-	280.000	
Investimentos	280.000	-	280.000	-	-	-	-	-	280.000	
Total	54.295.000	1.010.000	55.305.000	49.764.864	49.764.864	7.394.491	7.394.491	13	48.190.509	

Fonte: Sefaz/CGM/Suplig

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.

Onde comprar:

Biblioteca Rômulo Almeida – SEI
CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Preço para aquisição:

R\$ 15,00 cada

Download gratuito: www.sei.ba.gov.br